

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

3 DE MARÇO DE 2010

5.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. ENG.º MÁRIO LINO, EX-MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Jorge Costa (PSD)

Ramos Preto (PS)

Bruno Dias (PCP)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, estamos em condições de reiniciar os nossos trabalhos.

Está reaberta a reunião.

*Eram 15 horas e 6 minutos.*

Vamos ter oportunidade de ouvir o Sr. Eng.º Mário Lino, anterior Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que teve uma intervenção directa neste processo e a quem agradeço a disponibilidade para estar presente nesta Comissão.

Nos termos em que acertei com o Sr. Eng.º Mário Lino, e conforme tem sido prática desta Comissão, vou dar-lhe a palavra para uma intervenção inicial sobre os aspectos que considerar relevantes, após o que passaremos ao período de perguntas a colocar pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino** (ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero dizer que venho a esta Comissão com total sentido de responsabilidade e na obrigação que sinto de esclarecer a Comissão sobre todas as matérias que entenderem ser necessário serem esclarecidas por mim e que eu possa esclarecer. Estarei aqui o tempo que for preciso e virei o número de vezes que os Srs. Deputados entenderem necessário para poder esclarecê-los de tudo o que estiver ao meu alcance.

Começo por fazer uma intervenção para enquadrar toda esta matéria ligada ao Programa e.escola e à Fundação para as Comunicações Móveis.

Ontem, ouvi, pela televisão, as intervenções do Sr. Presidente da Fundação e, hoje, as do Sr. Prof. Freitas do Amaral. Portanto, acompanho

esta matéria com atenção, aliás, não seria de esperar outra coisa da minha parte.

Podemos dizer que esta matéria tem o seu início em 2000. Em 2000, julgo que em Agosto, foi lançado o concurso para a atribuição de licenças para os telemóveis 3G, chamemos-lhes assim, em linguagem simplificada. Concorreram vários concorrentes, não sei exactamente quantos, mas sei que foram seleccionados quatro, a TMN, a Vodafone, a Optimus e a OniWay, que ganharam as licenças. Para essas licenças, os vários concorrentes apresentaram as suas propostas, dizendo como iam fazer, as suas obrigações, a percentagem do País que cobriam num ano, em dois anos, em três anos, os tarifários, enfim, uma série de coisas. Cada um apresentou um *business plan* e tudo isto foi considerado pela comissão que avaliou as propostas e atribuiu as licenças a estes quatro operadores.

Havia uma responsabilidade financeira associada à atribuição de licenças, que era o pagamento de um valor em dinheiro na ordem dos 100 milhões de euros, que cada concorrente, cada empresa, cada operador a quem foi atribuída a licença pagou. Os quatro operadores pagaram 100 milhões de euros e estes 100 milhões de euros entraram para os cofres do Estado, como é natural.

Estas propostas, na sua formulação, e relacionado com a matéria que aqui nos traz, continham, todas elas, um conjunto de intenções (se quiserem, compromissos, podemos chamar-lhe assim) dos operadores no sentido de que se propunham, ao longo da vigência da licença (licença que foi atribuída por 15 anos), desenvolver diversos projectos para fomentar a difusão da Sociedade da Informação.

Presumo que os Srs. Deputados tiveram acesso às licenças propriamente ditas, porque esta matéria está nas propostas e traduzida nas licenças. As chamadas «ofertas especiais» estão formuladas de um modo relativamente vago, com quantitativos estimados, sem calendarização e vão

desde a aplicação de tarifários especiais para utilizadores especiais (como, por exemplo, pessoas com deficiência, pessoas que vivem em zonas rurais), mostrando disponibilidade para avançarem com pacotes tarifários com determinados valores, até à fomentação da difusão de certos equipamentos, não especificamente computadores mas também placas e outros equipamentos, que contribuam para a difusão da sociedade da informação.

Uma estimativa feita por cima, com base nas propostas dos quatro concorrentes a quem foram atribuídas as licenças — se àquilo que eles próprios estimaram como ordem de grandeza, com expressões do tipo «poderá ir até», somarmos isto tudo —, dá o valor que aparece no preâmbulo de um despacho que eu fiz, ou o Conselho de Ministros, já não me recordo bem, que é 1300 milhões de euros, um valor que os Srs. Deputados já aqui referiram várias vezes e que não consta de nenhum documento e que resultou da soma aritmética, por cima, da tradução dessas várias responsabilidades assumidas em termos das propostas apresentadas pelos quatro operadores.

Qualquer deles indicava (aliás, isto foi comum aos quatro) que iriam fazer essa aplicação através de uma fundação que cada um criaria e havia uma avaliação financeira de todas estas matérias. Por exemplo, quando se diz «eu vou fazer uns tarifários especiais com descontos para deficientes», contabilizou-se a diferença para o valor normal e diz-se «estou aqui a fazer uma contribuição de  $x$  milhões de euros, porque deixo de cobrar...».

Nada é com contratos públicos, nem com concursos, nem com nada deste género, nem com dinheiro. Não há qualquer assunção de responsabilidade da parte dos operadores, nem nas suas propostas, nem nas licenças que foram atribuídas, de que existe alguma dívida ou algum compromisso de entregar um cêntimo que seja ao Estado por conta destas ofertas especiais ou contrapartidas, como às vezes lhes chamam. Para mim, a expressão mais correcta é «ofertas especiais», mas tanto faz desde que se

saiba do que se está a falar. São compromissos, intenções, que os operadores declararam nas suas propostas cumprir ao longo de 15 anos para contribuir para a difusão da sociedade da informação.

Tenho aqui as licenças, se quiserem posso lê-las, mas elas são mais ou menos iguais, só não são exactamente iguais porque cada operador propôs as suas condições e formulou o problema à sua maneira. Mas é que lá vem e, como os senhores também têm as licenças, podem ler isso.

Ficou, pois, claro que essas ofertas especiais, essas intenções, esses projectos que os operadores se propuseram fazer para difundir a sociedade da informação foram devidamente ponderadas quando se analisaram as propostas e, portanto, quem apresentou mais, teve, claro, uma vantagem competitiva relativamente a quem apresentou menos. Por isso, é importante garantir que elas sejam cumpridas. Para levar a acabo este cumprimento, a primeira coisa que, na altura, foi feita pelo então Ministro da Economia, Dr. Carlos Tavares, foi um acordo com as quatro operadoras no sentido de, no âmbito destas ofertas especiais, se avançar com quatro estudos, que se destinavam à concepção de quatro projectos: cidadãos com necessidades especiais; construção do portal do cidadão; um relativo a questões de saúde; e um outro sobre vigilância de florestas.

Estes quatro projectos foram contratados pelos operadores junto de consultores, com quem foi contratualizado desenvolver esses projectos, e não me consta que tivesse sido feito com recurso a qualquer concurso público. Eram actividades normais, os operadores tinham-se comprometido com o governo em desenvolver vários projectos e o governo, na altura, e bem, atacou logo o problema no princípio, dizendo: «Vamos lá entender-nos sobre os primeiros projectos». E, assim, assentaram nestes quatro e contratualizaram-nos — isto ainda em 2001 ou, talvez, em 2002, mas logo no primeiro ano das licenças. Portanto, tendo sido contratualizados as empresas foram encarregues de fazer estes estudos.

Faço aqui um pequeno parêntesis, para dizer que, de acordo com as licenças, estas foram outorgadas em Janeiro de 2000, a actividade comercial deveria ter tido início ainda em 2001, mas, por razões várias, que foram aceites e assumidas pelo governo de então, verificou-se um grande atraso. Foi porque tinha havido uma certa crise económica que afectou muito o sector das telecomunicações; porque houve pressupostos das propostas que não se vieram a verificar; porque houve alterações impostas pelo regulador relativamente a tarifários. Houve, no fundo, uma quantidade de questões que alteraram os pressupostos dos *business plan* apresentados por cada operador.

Ora, na sequência dessas dificuldades, em 2003, a OniWay veio solicitar a revogação da sua licença, dizendo que não tinham quaisquer capacidades para cumprir os seus compromissos. Pediu essa revogação (a expressão consta do requerimento) «sem imposição de qualquer condição ou encargo», propondo, inclusive, a devolução da garantia bancária que tinha sido fixada para cada operador que ganhou a licença.

O Sr. Ministro da Economia solicitou um parecer à ANACOM e, com base neste parecer, despachou no sentido favorável. Concedeu a revogação da licença à OniWay, libertando as frequências que tinham ficado para a OniWay, pois elas tinham sido distribuídas pelos quatro operadores. Revogou a licença e, portanto, acabaram os compromissos da OniWay sobre esta matéria. Podem ler, porque consta também do despacho do Sr. Ministro da Economia que está publicado em *Diário da República*, que especificou as condições em que essa revogação iria ser feita, um vez que a mesma era pedida sem qualquer condição ou encargo.

O Sr. Ministro da Economia, no Despacho n.º 170/2003, disse que concorda.

Mais, nessa altura e em simultâneo, os outros três operadores candidataram-se às frequências que tinham ficado livres, requerendo a divisão pelos três.

Portanto, o Sr. Ministro da Economia despachou não só autorizando a revogação como concordando com a atribuição dessas frequências aos três outros operadores. Neste despacho foi dito que a atribuição do espectro adicional referido no n.º 1 (o tal que sobeja pelo facto de a OniWay ter saído) obriga a assegurar a execução dos projectos já contratados (os tais quatro), designadamente quanto à sua disponibilização ao público em geral e ao contributo, em termos profissionais, dos operadores para os projectos necessários ao desenvolvimento da sociedade da informação e como tal definidos pelo governo.

Este despacho motivou cartas de todos os operadores ao Sr. Ministro da Economia para ele explicar bem o que queria dizer, porque o despacho não lhes pareceu claro. Tenho aqui, por exemplo, as cartas da Optimus e da Vodafone, há certamente a da TMN, e o que diz, na resposta, o Sr. Ministro da Economia? O Sr. Ministro da Economia, respondendo à Vodafone, diz que a OniWay está, portanto, vinculada (ele concordou com a revogação, mas não desvinculou a OniWay) ao cumprimento dos compromissos já assumidos no âmbito da sociedade da informação, nomeadamente no que se refere aos projectos efectivamente contratados.

As exigências relativas aos restantes três operadores mantêm-se nos termos das respectivas licenças, apesar do adiamento da exploração da UMTS (era para iniciar em 2000, depois foi dada uma nova data, para se iniciar a exploração comercial só em 2003).

Os projectos no âmbito da sociedade da informação devem ser levados a cabo nos termos previstos, os quatro projectos que já estavam contratados, sobre o sistema GSM/GPRS e na medida em que seja tecnicamente possível, de acordo com o Despacho n.º 886/2003, do

Ministro da Economia. E o Sr. Ministro vem clarificar que nos projectos já contratados, os operadores devem assegurar a sua execução, designadamente quanto à disponibilização ao público em geral. Ou seja, diz o Sr. Ministro da Economia que «os três operadores devem assegurar a concepção e a execução dos projectos supra-referidos».

Portanto, compreendamos: há quatro projectos contratados, com o acordo do Governo, e não foram contratados em conjunto, dividiram os projectos em quatro partes — o Sr. Secretário de Estado deve saber isto até mais em pormenor do que eu —...

**O Sr. Jorge Costa (PSD):** — Está nas actas!

**O Sr. Eng.º Mário Lino:** — ... e cada um tinha de fazer uma parte. Ele diz: «Revogo a licença da OniWay, mas os outros três têm de cumprir a parte da OniWay nestes quatro projectos» — eram aqueles quatro estudos já encomendados.

«Projectos necessários ao desenvolvimento da sociedade da informação e como tal definidos pelo Governo, os contributos dos operadores, constantes das licenças, serão disponibilizados consoante as prioridades definidas pelo Governo, através da missão da UMIC, tendo em vista, nomeadamente, assegurar a adequada coordenação entre eles, evitando também sobreposições. Além disso,...» — diz o Sr. Ministro da Economia — «... deverá ser assegurada a realização da contribuição, em valor não inferior a 24 939 000 €,...» — os tais 25 milhões — «... para a fundação para a sociedade da informação que o Governo pretende promover, seja pela OniWay, seja pelos seus accionistas, ou, proporcionalmente, pelos outros operadores».

Portanto, recapitulando: quatro operadores, cada um pagou 100 milhões de euros de licença; o Estado arrecadou o dinheiro, acabou-se a contribuição financeira.

Há compromissos dos quatro operadores para determinados projectos, dos quais quatro projectos estavam acordados com o Governo e contratados já com entidades de consultoria que os iriam fazer.

A OniWay pede para ser libertada sem qualquer encargo e o Governo diz que sim; manda devolver a caução, revoga a licença, mas diz que aqueles projectos já contratados, nos quais a OniWay entrava, tinham de continuar a ser feitos e, mais, os outros três operadores tinham de contribuir com 25 milhões de euros, em dinheiro, para uma fundação que o Governo estava a constituir.

Foi assim que se passou com a saída da OniWay e foi daqui que «nasceram» os 25 milhões de euros.

Desde essa data — passaram-se os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 — não houve concretização desses 25 milhões de euros. Não tenho, normalmente, a opinião de entender que quem não consegue fazer uma coisa é muito incompetente; às vezes, é, mas, muitas vezes, não é, a matéria é que é difícil, complexa e tem muitos contornos a que é preciso atender.

A verdade é que quatro anos do Governo PSD e mais o primeiro ano... Chamo à atenção que isto já tinha começado no Governo de Guterres, porque o ano de 2000 ainda é do Governo de Guterres. Não estou aqui a culpabilizar nenhuma... Não conseguiram resolver dois problemas essenciais. Primeiro: como fazer entrar os 25 milhões de euros numa fundação que o Ministério da Economia ou que o Governo estava a constituir e que nunca chegou a ser constituída — isto não se concretizou; quanto à concretização dos tais projectos especiais, que os Srs. Deputados têm chamado «contrapartidas», a única coisa que estava em cima da mesa eram quatro estudos feitos com o acordo do Governo, que concordou que

eram uma primeira materialização dos tais compromissos. Nada mais tinha sido feito.

Entretanto, convém dizer que o Governo, na altura, constituiu logo um grupo de trabalho — na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001 —, e bem, para assegurar as ligações entre uma comissão que existia, a chamada «Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação», os operadores e a ANACOM, que era o regulador, e para monitorizar o cumprimento das obrigações. Portanto, o Governo teve a preocupação, e bem, de, havendo aquelas obrigações, arranjar um sistema que garantisse a monitorização da situação, ou seja, saber se aquilo estava a ser feito, como estava a ser feito, quais os montantes que se poderiam aceitar como entradas para o tal encontro de contas das contrapartidas, como os Srs. Deputados lhes chamam, e criou o Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho, depois, mudou um pouco a sua composição, porque acabou a Comissão Interministerial, mas isto é irrelevante, são coisas de pormenor, e veio a fazer-se, já em 2006, quando eu era Ministro, uma reformulação deste Grupo de Trabalho, mantendo-se, no essencial, a sua composição, ou seja, inclui os operadores, a UMIC e a ANACOM, para acompanhar essa concretização.

Se os Srs. Deputados lerem as actas desse Grupo de Trabalho, lembro-me de as ter lido na altura, verificarão aquilo a que se pode chamar uma incapacidade entre o Estado ou o Governo e os operadores para chegarem a acordo sobre a concretização das medidas. Penso até que a última acta que me lembro de ter visto desse Grupo de Trabalho é de 2009, depois de 2009, não há mais nenhuma, mas não tenho a certeza. Em todo o caso, para o que quero dizer, é irrelevante.

Nessas actas, verificar-se-á que há uma insistência, da parte do Grupo de Trabalho, ou dos representantes do Governo no Grupo de Trabalho, dizendo aos operadores: «Façam favor, digam lá quais são os

projectos que vocês querem fazer para materializar. Quando é que os vão fazer? Que características é que têm?»), e uma ausência de resposta da parte dos operadores. Esta situação mantém-se até 2006.

Em 2006, como sabem, o Governo estava muito empenhado nesta matéria, em desenvolver a sociedade do conhecimento e da informação no nosso País, em promover o desenvolvimento das novas tecnologias e o acesso das pessoas à banda larga, ao computador, já que Portugal tinha os indicadores mais baixos da União Europeia em utilização de computadores e da *Internet* e, portanto, era uma matéria que estava muito sob a atenção do Governo, em particular do meu Ministério, que era o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, razão pela qual me cabia um papel importante na promoção do desenvolvimento deste projecto.

O que fiz foi retomar exactamente no ponto em que o Sr. Ministro Carlos Tavares tinha deixado a matéria, ou seja, era preciso transferir 25 milhões de euros para uma fundação a criar pelo Governo e era preciso que houvesse compromissos dos operadores, concretos, relativamente ao cumprimento daquelas que eram as suas obrigações contratuais, as quais estavam espelhadas na licença, em resultado das propostas que eles tinham feito, sempre na medida do que fosse tecnicamente possível, porque, entretanto, as condições mudaram e houve algumas coisas que os operadores propuseram que nem sequer eram realizáveis, como o Governo de então reconheceu.

Bom! Lembro-me de que, nas primeiras reuniões que se fizeram com os operadores, sobre esta matéria, a primeira coisa que foi questionada, por parte dos operadores, e compreensivelmente, foi esta: os operadores manifestaram dúvidas sobre se tinham de concretizar algum projecto, porque as intenções de projectos que tinham avançado tinham sido feitas nas condições em que foram feitas as propostas, com base num *business plan* que tinha tarifas fixadas, etc., mas, entretanto, a ANACOM mandou

baixar tarifas, os equipamentos subiram muito mais do que eles tinham previsto no *business plan* e, portanto, se fossem fazer muito bem as contas — lembro-me muito bem desta fase, que foi uma fase inicial, bem sei, e que é normal, faz parte destas negociações —, não sabiam se não deveria mesmo ser o Estado a pagar aos operadores e não a receber projectos, antes, a indemnizar pela alteração das condições.

A verdade é que discutimos isso e acertámos o seguinte: primeiro, era preciso chegarmos a acordo, no sentido de que havia projectos que tinham uma estimativa por detrás e tínhamos de acertar um montante. Insisto que os operadores não tinham, nem nunca tiveram, nenhum compromisso de entregar qualquer dinheiro ao Governo para fazer o que quer que fosse, tinham-se comprometido a desenvolver projectos; o que o Governo tinha de fazer era aceitar que esses projectos, sim, senhor, correspondiam ao cumprimento das suas obrigações em matéria de propostas feitas e em matéria de licença.

Em segundo lugar, tínhamos de acertar num calendário e em projectos concretos para realizar. E a resposta que tive, também inicialmente, numa fase muito inicial, foi que era uma coisa para fazer em 15 anos e o Governo não podia estar a pressionar para fazer, porque ainda faltavam muitos anos para chegar ao fim da licença. Isto é compreensível, quem está habituado a estas discussões sabe que isto é assim.

Nós dissemos aos operadores que não podia ser assim, porque tínhamos 15 anos para concretizar, mas, se pudéssemos concretizar nos primeiros três, era melhor do que nos últimos três anos. Além disso, tínhamos de acertar em números e tínhamos de verificar a situação, porque eles diziam que, entretanto, já tinham feito várias coisas, designadamente os tais quatro projectos, aqueles quatro estudos já encomendados no tempo do Ministro Carlos Tavares, e tínhamos de fazer uma validação de tudo o que eles diziam já ter feito.

Essas contas foram feitas e conduziram ao seguinte: o valor total que resultava das próprias propostas dos três operadores — já não estou a considerar a OniWay, porque revogou a licença e deixou de contar — somava 931 milhões de euros. Este foi o valor que acordámos traduzir os compromissos assumidos e corresponde à soma dos valores indicados pelos próprios operadores nas suas propostas, porque não aceitámos nenhuma redução. Vou apenas dizer os números inteiros, para não referir até ao centavo: eram 532 milhões da TMN, 125 milhões da Vodafone e 274 milhões da Sonaecom. Tudo isto soma cerca de 931 milhões de euros.

Acordámos, primeiro, no seguinte: «Vocês têm de fazer projectos neste valor e a cada um compete isto».

Em segundo lugar, acordámos no seguinte: «Vamos validar aquilo que vocês dizem que já fizeram» — Comité de Validação. O Comité de Validação discutiu com os operadores e validou, daquilo que eles diziam já ter feito, 173 milhões. Portanto, dos 931 milhões, em 2006, ou seja, seis anos depois da atribuição das licenças, foram validados 173 milhões, pelo Comité de Validação.

Nessa altura, o que dissemos aos operadores foi o seguinte: «Meus amigos, vamos sentar, porque é preciso que cada um apresente projectos que, no seu total, somem 758 milhões, que é o valor que adicionado aos 173 milhões dá os tais 931 milhões. É isto que é preciso fazer e precisamos de ter estes projectos não digo já, de entrada, para os 758 milhões, mas precisamos de um programa em que isto se vá realizando, e não digam que é no último ano que o vão fazer».

Então, o Governo propôs o seguinte: «Em vez de os senhores estarem a fazer, cada um, *de per si*, uns projectos avulsos, cuja contribuição para o desenvolvimento da sociedade da informação resulta da própria natureza de projectos avulsos, o Governo tem uma proposta para vos fazer, para utilizar uma parte do valor que vocês têm de realizar, que são 758

milhões. E a proposta que fazemos é a seguinte: nós queremos lançar um programa que permita incentivar os estudantes, os professores e os formandos do programa Novas Oportunidades, a adquirir computadores e ligações à banda larga em condições favoráveis, e os senhores vão contribuir, numa parte, para financiar esse programa. Como? Em espécie, digamos assim, ou seja, em vez de cobrarem  $x$  por cada ligação, vão cobrar menos uma certa parcela, aliás, menos duas parcelas. A primeira parcela que vão cobrar a menos é a do tarifário, porque, para este programa, vão aplicar um tarifário mais baixo do que o tarifário comercial normal. Vamos supor que o tarifário normal, de ligação à *Internet*, é de 30 €/mês e, para este programa, vocês só cobram 25 €. Destes 25 €, 20 € são vossos, mas 5 €/mês, o que, num contrato de três anos, dá 180 €, é a vossa contribuição, a qual vamos abater aos 758 milhões que vocês devem. Vocês oferecem os computadores — este ‘oferecem’ é em termos de oferta comercial —, nós vamos definir convosco, por acordo, quais são as características que os computadores devem ter, como, por exemplo, se devem ser fixos ou portáteis». O Governo defendeu, e os operadores concordaram, que se deveria optar por computadores portáteis, com determinadas especificações técnicas, com qualidade, e não de fraca qualidade, porque também eram computadores para professores. E o programa começou, se se lembram, com os alunos do 10.º ano, com professores e com formandos das Novas Oportunidades. Depois, generalizou-se, sucessivamente, para os 11.º e 12.º anos; depois para os 8.º e o 9.º anos; depois para os 5.º, 6.º e 7.º anos; e, mais tarde, para os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos.

Fizemos uma estimativa sobre quantos meninos e professores iriam aderir a este Programa. Em comum acordo, estimámos um valor.

No Programa inicial — o e.escola para os professores, para os alunos do 10.º, 11.º e 12.º anos e para os formandos das Novas Oportunidades — os computadores só eram atribuídos a quem fizesse ligação à *Internet*. A

cada computador corresponderia uma ligação e, portanto, sabia-se qual era a receita. Feita uma estimativa, calculámos que isto iria envolver da parte dos operadores, aplicando esta mecânica que vos transmiti, a utilização de cerca de 390 milhões de euros.

Depois, dissemos o seguinte: então, dos 758 milhões que vocês ainda têm para desenvolver projectos, concordamos todos com os 390 milhões, dos quais cabem 260 milhões à TMN, 115 milhões à Sonaecom e 13 milhões à Vodafone (isto resultava daquilo a que eles se tinham comprometido e da parte que já tinha sido validada dos tais 173 milhões), que vocês vão ter de suportar desta forma. Concordaram com isto e fizemos os protocolos, os contratos necessários para proceder assim. E assim começou o Programa e.escola na sua componente de professores e de alunos do 10.º, depois de alunos do 11.º e do 12.º, tendo-se alargado também a outros anos e por aí fora, até que, já em 2008, se estendeu ao ensino básico, do 1.º ao 4.º ano. E ainda ficaram 360 milhões para realizar outros projectos.

Recapitulo: o total era de 931 milhões, validámos 173 milhões e ficaram 758 milhões. Destes 758 milhões, utilizámos 390 milhões, ainda ficaram 360 milhões para projectos que eles tinham de fazer. Mas concentrámo-nos nestes 390 milhões de euros para um Programa para um ano ou dois e, num ano ou dois — não estávamos à espera de 15 anos —, dávamos uma boa utilização a esses compromissos dos operadores, e o projecto começou a ser desenvolvido.

Ponto um, Srs. Deputados, que isto fique claro: o único comprometimento financeiro que tinha sido assumido pelos operadores, em resultado de uma determinação do Sr. Ministro da Economia, Carlos Tavares, no seio das relações entre os operadores e o Governo, era de 25 milhões de euros para uma fundação a constituir pelo Governo.

Ponto dois: não há mais nenhum compromisso financeiro. Há compromissos de desenvolver projectos e quatro até já estavam adjudicados. Como a OniWay saiu, os outros três tinham de se encarregar em levar aqueles quatro projectos até ao fim, que eram os estudos encomendados a umas empresas, que não sei quais foram, mas foram contratadas, e podem ter a certeza de que foi sem concurso público, pois foram os operadores que contrataram, como sempre sucede, quem entenderam. Não faço ideia quem consultaram, se fizeram consulta, se adjudicaram, aliás nem se passou no Governo, mas isto foi feito, como era natural.

Não há mais dinheiro. A Fundação não recebeu, até agora, mais dinheiro algum para a sua gestão. Também aproveito para esclarecer que estes 25 milhões estão realizados na totalidade. Hoje de manhã, pareceu-me ouvir algum Sr. Deputado dizer que tinha sido realizado menos. Não, os 25 milhões foram realizados na totalidade pelos três operadores e constituíram a forma como eles entraram na Fundação, na tal que já estava a ser estudada pelo Governo do Dr. Carlos Tavares e que nós concretizámos.

Depois, fizeram-se contratos entre o Estado e os operadores — são os contratos que existem — e entre os operadores e os distribuidores de equipamento. Não há contratos entre operadores e produtores de equipamento; não há, por exemplo, qualquer contrato entre os operadores e a JP Sá Couto. Há contratos com os distribuidores de equipamentos que foram feitos com base em especificações técnicas. Isto é constante em todas as componentes do Programa e.escola, incluindo a versão e.professor, e.oportunidades, e.escolinha, e.juventude, há vários «e» que se compõem cá dentro.

Não há nenhum documento, nenhum contrato, nenhum acordo, nenhum protocolo que especifique que compete à Fundação, que ainda nem existia nesta altura, ou ao Ministério das Obras Públicas ou a qualquer

entidade do Governo a escolha de qualquer computador ou de qualquer marca. Aliás, como os Srs. Deputados provavelmente saberão, esta matéria foi objecto de um comunicado conjunto dos operadores que diz o seguinte: «relativamente à aquisição de computadores ou outro material integrado nas ofertas dos operadores do Programa e.escola, que inclui a iniciativa e.escolinha, a responsabilidade pela sua aquisição é dos operadores que disponibilizam tal oferta, não havendo qualquer intervenção do Estado ou da Fundação para as Comunicações Móveis neste processo, para além da fixação das especificações técnicas mínimas e do custo máximo».

Portanto, espero que tenha ficado claro que nem o Governo nem a Fundação contrataram com qualquer distribuidor ou fornecedor de equipamento qualquer marca, qualquer equipamento. Isto foi sempre matéria da responsabilidade e assumida pelos operadores, tal como o Programa foi composto e desenvolvido.

Tínhamos de encontrar uma forma de acompanhar isto. Como os senhores estão lembrados, como é que isto funcionava? Como consta dos documentos feitos na altura, primeiro, havia um *site* disponível na *Internet* — a Fundação teve de trabalhar com os operadores para construir este *site* — onde os estudantes ou os pais dos alunos se inscreviam. Recebiam uma credencial, uma senha, um código de cada escola e inscreviam-se nesse *site*. Nesta inscrição diziam qual era o operador a que queriam ficar ligados (por exemplo, à TMN, à Vodafone...) e, como cada um dos operadores oferecia dois ou três computadores, tinham de escolher o computador que queriam. Depois, faziam um contrato individual com cada operador e tinham de pagar, porque, como sabem, o beneficiário pagava pelo computador um determinado valor e pagava pela ligação outro valor. Este dinheiro era pago aos operadores que contratavam com os beneficiários. Esta regra foi a mesma em todas as componentes do Programa e.escola, incluindo o e.escolinha.

Posteriormente, o Governo introduziu um elemento novo. Como tinha a preocupação de este Programa ser o mais generalizado possível, o Governo procurou criar condições para que os estudantes de famílias com menor capacidade financeira não ficassem arredados do Programa, também tivessem direito a beneficiar dele.

Portanto, o Governo teve de dizer, por exemplo, no Programa e.escola, que para os professores e os alunos em geral o custo era de 150 €, mas, se os alunos forem beneficiários da acção social escolar de um determinado escalão, custo era só de 50 € e, se forem beneficiários de um escalão ainda mais baixo, o custo era apenas de 20 € ou mesmo nada. Isto constituiu um encargo que o Estado assumiu para si, porque nos 390 milhões de euros já não havia capacidade para tal. Mas o Estado disse que, no final, assegurava o pagamento das contas, porque não se sabia quantos alunos, professores e formandos das Novas Oportunidades se iriam inscrever, nem se sabia quantos alunos eram do e.escolinha, considerando, nomeadamente, o número de ligações feitas e o número de beneficiários da acção social escolar — também não se sabia quantos seriam.

Mais: o Governo, como se devem lembrar (não me lembro bem em que ano, talvez em 2009 ou finais de 2008), alterou as regras da acção social escolar e alargou muito o seu âmbito. O número de estudantes abrangido pela acção social escolar até 2008, digamos assim, era muito menor do que o número que passou a estar abrangido a partir de 2009. Nas medidas de apoio social, o Governo redefiniu as regras sobre quem tinha direito a aceder aos apoios da acção social escolar, o que resultou num número muito maior do que o que estava previsto antes.

Portanto, houve um conjunto de alunos — claro que isto só se aplica aos alunos, não se aplica aos professores — que passou a pagar pelo computador muito menos que o custo normal, já com aqueles preços mais baixos e com aqueles tarifários de ligação mais baixos.

Srs. Deputados, o que vos posso dizer é que em resultado do Programa e.escola entregámos, em dois anos, computadores a 80 000 professores, a 840 000 alunos e a 280 000 formandos das Nova Oportunidades, os tais 1,2 milhões. Agora, é possível que o número tenha subido um pouco, pois estou a dar-vos números que tenho de Setembro, altura em que cessei funções.

Durante dois anos (o Programa foi lançado perto de Agosto de 2007 e começaram a distribuir-se os primeiros computadores lá para Setembro, Outubro), até Setembro de 2009 (são 2 anos, 730 dias), após um contrato assinado pelo encarregado de educação, entregámos em casa ou na escola, no caso dos meninos de 1.º ao 4.º anos, computadores, grande parte dos quais com a respectiva ligação à *Internet* em banda larga, com a placa, com todos os acessórios necessários para o efeito. Esta entrega foi feita à média de 1600 computadores/dia, permanentemente, durante 730 dias.

Os Srs. Deputados terão certamente uma ideia do que é entregar 1640 computadores não num dia mas por dia, durante 730 dias seguidos (a média é contando com sábados e domingos, porque, se os retirar, ela aumenta), sem nenhuma anomalia especial, sem queixas especiais. Numa coisa com esta magnitude é natural que um ou outro computador pudesse ter uma avaria, mas os operadores tinham a responsabilidade de os trocar.

Às tantas surgiu a ideia de que os computadores iriam aparecer à venda na Feira da Ladra. Não conheço casos destes, mas, se algum dos senhores conhecer e me puder provar que provêm do Programa e.escola e não das lojas comerciais, agradeço.

Foram 1,2 milhões de pessoas beneficiadas, é um facto. Destes 1,2 milhões, como eu disse, 840 000 são estudantes, dos quais 432 000 do 5.º ao 12.º anos e 406 000 do 1.º ao 4.º anos. Há duas diferenças importantes entre o programa para todos os estudantes a partir do 5.º ano e o programa para os estudantes até ao 4.º ano.

A primeira diferença é que só poderiam beneficiar do programa definido para os alunos do 5.º ao 12.º anos os que fizessem ligações. Se não as fizessem, ou por já as terem ou por não precisarem, não tinham acesso a adquirir um computador naquelas condições.

Já no Programa e.escola, para os meninos do 1.º ao 4.º anos, todos os estudantes que quisessem, ou que os pais quisessem, todos tinham direito a receber o computador, fizessem ou não ligações. Esta foi uma questão que achámos importante, porque não queríamos que os meninos no início da sua juventude, quando começam a estar ligados à escola, por razões financeiras da parte dos pais, apesar de os valores já serem baixos, ficassem proibidos de os receber. E lembram-se todos da popularidade que o Programa e.escolinha teve, dos miúdos que se queixavam que ainda não tinham recebido e que queriam receber. Houve uma grande pressão para todos receberem muito depressa os computadores e procurámos que no Programa e.escolinha não houvesse a condição de adesão, ou seja, quem queria aderir, quem não queria não aderir e não deixava de ter computador por isso, contrariamente ao que sucedia no outro Programa.

Mas destes 838 000 computadores, 486 000 — 58%, pouco menos de dois terços — foram atribuídos a estudantes que beneficiavam da acção social escolar. Ou seja, este Programa teve um grande impacto precisamente entre as classes mais carenciadas financeiramente. O que é normal, porque, relativamente aos outros, os pais já tinham computadores, já teriam certamente dois computadores, e tinham lá em casa as ligações mais sofisticadas. Portanto, as famílias que tinham dificuldades é que usufruíram muito desse Programa, por isso é que 840 000 alunos que receberam computadores, 490 000 eram beneficiários da acção social escolar, ou seja, 58%. Houve esta preocupação de generalizar a todos os alunos.

Desta operação, resultou a seguinte distribuição de computadores: 776 000 pela TMN, 146 000 pela Vodafone, 243 000 pela Optimus e 35 000 pela ZON, porque a ZON, que não tinha entrado no Programa e.escola, disponibilizou-se a entrar no Programa e.escolinha, ou seja, na parte do e.escola para os alunos da primária. Portanto, a ZON também distribuiu computadores.

Este projecto, que teve este resultado de promover a difusão e de pôr em casa de 1 200 000 alunos, em dois anos, computadores, a maior parte dos quais com ligação à banda larga, custou, globalmente — Srs. Deputados, peço que não dêem especial atenção às pequenas diferenças de números, porque eu já saí do Ministério, como sabem, há quatro ou cinco meses, mas estou a dar-vos ordens de grandeza —, qualquer coisa como 900 milhões de euros. Foi quanto custou este Programa.

Portanto, o custo desta operação toda foi de 900 milhões de euros, dos quais, os operadores suportaram 360 milhões de euros, isto, em números de Setembro — e estou a falar-lhes do que tenho na minha memória, que, normalmente não é má —, e os beneficiários 340 milhões de euros. Ou seja, os operadores custearam o programa com 39%, os beneficiários com 340 milhões de euros, 37%, e o Estado com 220 milhões de euros, ou seja 24%.

Como é que o Estado financiou? Onde é que o Estado foi buscar o dinheiro para completar esta verba de 220 milhões de euros? Os Srs. Deputados também o sabem: o Estado foi buscar 36,5 milhões à ANACOM, resultados de 2007 e de 2008. O Estado resolveu aplicar o dinheiro que era seu, era da ANACOM e entrava para os cofres do Estado, e disse: «Sim, senhor, vou reinvestir isto. Como este dinheiro foi captado no sector das telecomunicações, vou reinvesti-lo, precisamente, no sector das telecomunicações para apoiar este programa, na parte que compete ao Estado, porque estes 220 milhões de euros só existem porque houve

benefícios da acção social escolar». Se VV. Ex.<sup>as</sup> fizerem as contas e retirarem os descontos excepcionais que se fizeram aos tais 480 000 estudantes da acção social escolar, verificam que o programa, praticamente, se paga a si próprio. Àquilo que os operadores põem, mais o que os beneficiários põem, o Estado não precisava de pôr nada!

Portanto, 220 milhões de euros: uma parte foi 36,5 milhões de euros; a outra parte corresponde a uma transferência feita do Ministério da Educação, portanto, da acção social escolar, porque isto era para cobrar verbas que tinham sido criadas, necessidades financeiras criadas pela aplicação dos critérios da acção social escolar, para a Fundação, para ela, por sua vez, pagar aos operadores. Não era para a Fundação gerir! A Fundação não ficou com o dinheiro que recebeu do Estado, nem com os 36,5 da ANACOM. Não ficou com ele numa gaveta, nem o meteu numa conta para fazer aplicações e usá-lo nas suas despesas correntes. Não! Era dinheiro que vinha num envelope e que dizia «pagar aos operadores este valor!».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Um envelope?!...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas eu esclareço-o, Sr. Deputado! Se o Sr. Deputado não tiver um *parti pris* a ouvir o que estou a dizer, pode contestar, mas estou a dizer-lhe que esse dinheiro era, estritamente, para pagar os compromissos que o Estado tinha assumido nos contratos que fez com as operadoras. A Fundação não!

Portanto, assim foi com os 220 milhões de euros.

Devo dizer que este programa teve um reconhecimento nacional muito grande, como é sabido, porque 1 200 000 computadores é qualquer coisa, mas também teve um reconhecimento internacional muito grande.

Não sei se os Srs. Deputados têm presente que, a certa altura, conseguimos trazer para Portugal a realização de um Fórum Mundial de Telecomunicações que, pela primeira vez, se realizou fora da sede da UIT, que é na Suíça. Eu tive um papel nisto, porque, enfim, consegui convencer o Sr. Secretário-Geral da UIT e os trunfos que eu tinha consistiam no grande papel inovador que este projecto tinha tido e que tinha um grande reconhecimento. E nós fizemos aqui, em Lisboa, durante três dias, o Fórum Mundial de Telecomunicações, com mais de 50 ministros, membros do governo de mais de 100 países, com mais de 1000 participantes. Também teve o reconhecimento do Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, que convidou a Fundação para as Comunicações Móveis para integrar o chamado «Conselho Estratégico da Aliança Global para as Indústrias das Telecomunicações e Informação e Desenvolvimento» das Nações Unidas.

Quero chamar a atenção para o facto de este Comité ter umas 70 pessoas por todo o mundo, repartidas do seguinte modo: 30 representantes de governo, 15 representantes do sector privado, 17 da sociedade civil e 12 de organizações internacionais. Destes 17 representantes da sociedade civil em todo o mundo, um é português, que é o Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis.

Mas também tivemos depoimentos de vários peritos internacionais, feitos aqui, em Portugal, na altura em que passaram por cá, ou nos seus países, de grande elogio a este programa. Não quero exagerar, mas garanto-vos que recebi, pelo menos, uma dúzia de ministros de comunicações de vários países do mundo — da Ásia, da Europa, da América Latina, da África —, para se informarem como é que o programa tinha sido construído e para pedirem a contribuição de Portugal para a montagem de programas semelhantes nos seus países.

Portanto, Srs. Deputados, passámos de uma situação que vigorou entre 2000 e 2006, onde nem os 25 milhões de euros que o Sr. Ministro da

Economia tinha cedido — que era a contrapartida que a OniWay, ou quem a substituísse, tinha de dar para ele revogar... — tinham sido realizados nem, sobre as contrapartidas, havia qualquer controle especial, para outra situação, em 2007, altura em que fomos fazer a primeira avaliação e detectámos que 173 milhões de euros tinham sido validados pelo Comité de Validação.

Reafirmo, Srs. Deputados: não há nenhuma especificação sobre marcas nem da parte do Ministério nem da parte da Fundação. O que há, da parte do Ministério, são características mínimas (peço aos Srs. Deputados que leiam os contratos), pode haver outras, até melhores, mas não pode é haver piores, e preço máximo. Portanto, definimos características mínimas e preço máximo e aos operadores competia-lhes procurar no mercado...

Srs. Deputados, estas características mínimas não foram definidas pelo Governo de forma a impor, foram acordadas, constam de acordos e foram aceites. Foram combinadas, acordadas entre o Ministério e os operadores. As características mínimas que foram acordadas são tanto da responsabilidade do Ministério como dos operadores, resultou de uma discussão técnica sobre as características que os computadores deveriam ter, e o preço máximo também resultou desta discussão conjunta. Acordámos que aquele era o valor máximo com que se deveria trabalhar neste sentido.

Se os Srs. Deputados lerem os contratos, verão que também está especificado que, se, por acaso, se viesse a verificar que aquele valor máximo não era realizável ou que aquelas características mínimas eram exageradas, deveriam ser outras, os operadores poderiam, a todo o momento, propor uma revisão dessas características mínimas ou desse preço máximo, mas tal nunca se verificou. Portanto, não o fixámos, como, aliás, os operadores, num comunicado conjunto que fizemos, dizem,

taxativamente. Não há nenhuma aquisição da parte do Ministério a nenhum operador.

Quanto à forma como isto foi feito, Srs. Deputados, é preciso compreender que nós tínhamos de ter um mecanismo... Uma coisa é a validação das contrapartidas — sim, senhor, há um Comité que tem de validar... Hoje, ouvi o Sr. Professor Freitas do Amaral dizer: «Bom, isto parece aqui uma coisa supérflua, nesta parte dos 390 milhões... Para que é preciso o Comité de Validação?» Pode ser uma questão meramente formal, mas há um despacho, que já vem de 2001, a dizer que o Comité de Validação é que valida. E não vejo nenhuma razão para tirar de lá isto. Pode dizer-se que, para a validação dos 390 milhões, há um contributo muito importante, que é o relatório ou o certificado, da Fundação que vai dizer: «Verifiquei as contas todas. De facto, foram entregues todos estes computadores, que custaram tanto. De facto, para a acção social escolar é tanto. De facto, isto está tudo aplicado». O Comité de Validação ou aceita isto ou fará, se quiser, mais alguma investigação suplementar, mas o Comité de Validação tem de validar.

Os 390 milhões de euros correspondem aos projectos desenvolvidos pelos operadores, de acordo com as orientações do Governo, para fomentar a sociedade da informação.

Não creio... Pelo menos, durante os anos em que estive no governo, nunca me apareceu nenhum projecto, nem melhor nem pior, nunca me apareceu nenhum, para utilizar esses fundos. Penso que ninguém pode dizer que não tenha sido uma boa aplicação do fundo, com o qual conseguimos desenvolver um projecto de 920 milhões de euros, em que o Estado apenas teve de contribuir com 25%, porque quis fazer isto estendido a toda a gente. Como não quis deixar ninguém de fora por razões financeiras, aplicou condições ainda mais favoráveis aos alunos beneficiários da acção social escolar, num programa de 920 milhões ou de

900 milhões de euros. Agora, tínhamos de encontrar uma forma de acompanhar este programa. Não é só os operadores dizerem: «Olhe, eu entreguei...!». Como devem calcular, há muito pormenor a ver, há que ver toda a circulação da informação, se os computadores foram entregues pelo operador tal, com o desconto tal, se têm uma placa, se têm isto, se têm aquilo... Para tal tínhamos de montar uma estrutura e encontrámos uma solução que nos pareceu boa — e não mudei de opinião, continuo a achar que foi a melhor solução. Mandámos estudar, pedimos pareceres, para vermos o que poderíamos fazer. Criar um instituto público? Mas isto implicava custos para o erário público, porque o Estado tinha de pagar a pessoal, etc. Como eu tinha de fazer isto de acordo com os operadores, as coisas tinham de ser creditadas pelas duas partes, então, achei que o melhor seria constituirmos uma coisa em que estivessem as duas partes. Assim, criámos uma coisa onde estão as duas partes e, deste modo, validamos. Claro que o Estado assegurou o controlo desta estrutura, que é a Fundação, mas não implicou nenhum dinheiro. De acordo com o despacho do Sr. Ministro da Economia, os senhores tinham ficado em pôr 25 milhões de euros, em partes iguais, numa Fundação que o Governo estava a criar, porque era com esse dinheiro que esta Fundação iria funcionar.

A Fundação centrou, nestes dois anos... A Fundação tem uns Estatutos, foi criada num notário, de acordo com a lei. Os Estatutos foram publicados, logo, no *site* do Ministério da Justiça, onde se publicam, no dia a seguir ao da sua escritura, são conhecidos, mesmo internacionalmente, até pelo Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas.

Tive a preocupação de seguir, hoje, a audição desta manhã e verifiquei que se falou... Nunca falei com o Sr. Professor Freitas do Amaral sobre a Fundação, como se deveria formar a Fundação... Mas tinha o documento que hoje foi falado na Comissão, aliás, nem era eu que o tinha, foi o Dr. Mário Franco que, na altura, me chamou a atenção para o

facto de o Sr. Professor Freitas do Amaral ter feito uma conferência ou algo parecido onde disse que seria bom que as fundações tivessem um conselho fiscal, que tivessem um auditor... E nós pusemos tudo isto lá.

Portanto, a Fundação tem uma missão neste momento. Tem os Estatutos que permitem fazer várias coisas e das coisas que tem feito, há uma em que ela centrou durante dois anos a sua actividade. Não desenvolveu nenhum projecto próprio, não contratou nada, nem por si própria nem em nome do Governo, não fez aquisições a ninguém, que não fossem as necessárias para o seu funcionamento normal. E, como já foi dito pelo Sr. Presidente, dos 25 milhões, utilizou uma parte ainda pequena, como é normal, porque ela tem pago o seu financiamento. A Fundação centrou-se em monitorizar o programa, porque o governo fez um despacho — o meu —, dizendo: a Fundação, se faz favor, acompanha e controla a boa aplicação destes 390 milhões de euros que os senhores operadores ficaram de pôr e garantem que estão a pôr da forma como a gente combinou: com os computadores para os meninos, com os descontos, etc. É isto que a Fundação tem feito.

A Fundação tem que... A Fundação não fechou este processo todo, principalmente no e.escolinha, que foi a última *tranche*, digamos assim, que entrou, porque, dada a natureza com que foi organizado o Programa e.escolinha, precisamos de avaliar... Como aqui não é obrigatório haver ligações à *Internet* — no outro era, mas aqui não é —, nós temos de avaliar quantas ligações foram feitas, montadas, no Programa e.escolinha. Ora, como não é obrigatório fazer uma ligação, isto é mais difícil de fazer do que era no Programa e.escola. Isto obriga a que seja feita uma auditoria — e não estou a falar de uma auditoria às contas da Fundação, porque esta está a decorrer — aos próprios operadores para verificar quem fez as ligações naquele período, em que moradas, se elas correspondem aos miúdos com os computadores... Enfim, há que verificar tudo isto, não porque tenhamos

alguma desconfiança, à partida. Os operadores têm-se portado sempre com grande responsabilidade nesta matéria, o entendimento tem sido bom, não é que discutamos muitas coisas e que estejamos sempre de acordo, mas lá vamos procurando chegar a acordo. Mas, por uma questão de princípio, temos de monitorizar e de auditar essa possibilidade de fazer ligações.

Portanto, Srs. Deputados, no essencial, quis dizer como foi que este programa nasceu, como se desenvolveu e os resultados que atingiu até agora. E, tal como disse no princípio, os Srs. Deputados podem ter a certeza de que estou disponível, desde logo, não só porque é minha obrigação (esta é uma comissão de inquérito e eu sou obrigado a vir cá) mas também, mesmo que não fosse, viria com empenho e vontade.

Os Srs. Deputados podem contar com o número de horas e vezes que forem necessárias para vir a esta Comissão esclarecer tudo, porque esta é a minha obrigação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mário Lino, por esta intervenção e pelos esclarecimentos que deu.

Vamos agora dar início à fase das perguntas, nos termos que foram acordados na Comissão, pelo que o primeiro conjunto de questões será colocado pelo Sr. Deputado Jorge Costa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, começo por agradecer a presença do Sr. Eng.º Mário Lino e a disponibilidade manifestada para nos ajudar a perceber o modelo que foi criado.

Recordo aqui que o objecto desta Comissão de Inquérito não é tanto o de discutir os méritos, ou os deméritos, dos programas, até porque esse objectivo não foi aprovado, apesar de ter sido proposto pelo Partido Socialista, mas o de perceber o que aconteceu às verbas envolvidas, por um

lado, e a razão da não utilização da contratação pública nos casos em que isto deveria ter sido feito, por outro lado.

Antes de passar às perguntas, quero fazer duas ou três precisões relativamente ao que o Sr. Eng.º Mário Lino disse.

Quando se referiu aos projectos em curso em 2002, os tais projectos que foram contratados, estava a falar de quatro empresas de consultadoria que foram contratadas...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Foi o que eu disse!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... para desenvolver quatro projectos, em que o valor deste investimento dos quatro operadores foi de 1,016 milhões de euros — é o que está nas actas do Grupo de Trabalho UMTS.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente. Foi isso que eu disse!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estamos a falar de 1 milhão de euros de um total de 1300 milhões de euros! Foi o que se tratou na altura e, mesmo isto, foi feito por concurso, não houve qualquer adjudicação directa, consta das actas de Outubro, Novembro, Dezembro e Fevereiro de 2002 do Grupo de Trabalho UMTS. Foi feita uma consulta, um concurso e uma adjudicação, tendo sido dois dos concursos adjudicados ao mesmo...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Por quem?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... pelo Grupo de Trabalho UMTS. Na altura, até se discutiu se a ANACOM também deveria ou não assinar os contratos com as entidades consultoras.

A segunda precisão tem a ver com quem falou pela primeira vez em fundações, que foi a pessoa que liderava, na altura, a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação (isto consta da acta n.º 4, de 4 de Abril de 2001). E quem liderava essa Comissão era uma pessoa que se chama Maria de Lurdes Rodrigues, que, mais tarde, veio a ser Ministra da Educação e que também será ouvida nesta Comissão. Foi ela quem, pela primeira vez, falou na questão da oportunidade de criação de uma ou mais fundações, e volta a referir o mesmo mais tarde, em Março de 2003, quando ainda estava na Comissão Interministerial.

Uma outra precisão prende-se com o facto de os programas que o Governo veio a desenvolver no âmbito do e.iniciativas, mas, sobretudo, no do e.escola, já estarem previstos nas propostas apresentadas pelos concorrentes.

Os quatro concorrentes a quem foram atribuídas as licenças de UMTS, em 2000, tinham um conjunto de contrapartidas, de iniciativas, previsto e, de facto, uma destas iniciativas era, exactamente, a criação de programas que permitissem o acesso a banda larga, a distribuição de computadores... Havia a dúvida se os computadores também poderiam, ou não, ser distribuídos aos professores, se isto cabia neste programa, mas, de facto, isto já estava falado, tratado, proposto, inclusive, a subsidiação à banda larga.

Isto para dizer o quê? Para dizer que para isto não era preciso criar uma fundação, a não ser que o Governo a quisesse usar como bandeira e controlar de perto o processo, como, de facto, veio a fazer.

Quem ouve o Sr. Eng.º Mário Lino falar parece que «nós», ou seja, o Governo, o Governo e o Governo teve sempre um papel interveniente nesta matéria, mas quando toca a responsabilidade pelas contratações, aqui D'el Rei!: «Já não temos nada a ver com isso... Não fomos nós... Já foram eles, os operadores, que trataram».

Já referi aqui, várias vezes (e o Sr. Eng.º Mário Lino diz que o ouviu pela televisão), o facto de os contratos assinados pelo Governo referirem o papel preponderante do Governo na gestão da Fundação. É o Governo que o diz, que foi quem minutou os contratos, os contratos não foram minutados por nenhum desconhecido!

De facto, isto prova que o Governo sempre assumiu, desde o início, um papel preponderante: assinaram os contratos com os operadores; depois criaram a Fundação; passaram a posição para a Fundação; pagaram à Fundação para que esta pagasse aos operadores, para que estes, por sua vez, pagassem aos fornecedores (e comprometeram-se a pagar antes de os operadores pagarem aos fornecedores); validaram as entregas; e, depois, no fim, nada têm a ver com os contratos. Parece que, de facto, houve um estranho a intervir nisto!

Em nossa opinião, sempre o dissemos — e isto ficou demonstrado hoje de manhã, na audição do Prof. Freitas do Amaral —, estamos a falar de dinheiro público. Os compromissos das contrapartidas só existem, já o disse esta manhã e repito, porque existiram licenças. Faz parte da atribuição de licenças o compromisso de investir. E se eles não tivessem investido?! Não se fazia nada?!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Ah! Se se fazia...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Para já, não foram quatro anos! Convém ser rigoroso nos números, porque depois os números não batem

certo com o que ontem aqui foi dito pelo Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis.

Se as contrapartidas faziam parte das licenças, logo estamos a falar de dinheiro público, e, portanto, deveria ter sido tratado como tal.

Pergunto, muito concretamente: a génese da Fundação foi, afinal, de quem? Foi, ou não, do Governo?

O Sr. Eng.º Mário Lino, enquanto Ministro das Obras Públicas, teve ou não conhecimento da carta que o gabinete do seu Secretário de Estado enviou a todos os operadores, com o modelo de fundação, com os estatutos, com a definição dos órgãos sociais, da composição do conselho geral, do conselho de administração, etc.? Teve conhecimento disto, ou não?

Por outro lado, relativamente à questão da decisão do ajuste directo (matéria já aqui falada de manhã), pergunto, concretamente: quem é que disse à Fundação para assinar aqueles contratos no âmbito dos Programas e.escola e e.escolinha?

O Presidente da Fundação disse aqui ontem que não foi a Fundação, por isso pergunto: quem é que, em concreto, lhes deu a indicação para definirem as características, os preços, as condições de aquisição dos computadores, quer do Programa e.escola quer do Programa e.escolinha? Se não foi a Fundação, se o Sr. Eng.º Mário Lino, enquanto Ministro, diz que nada teve a ver com o assunto, é estranho... É estranho que ninguém tenha agora culpa do processo.

Também gostaria de saber, relativamente ao funcionamento da Fundação, se ordenou algum inquérito ou alguma averiguação pelo facto de não estar a ser cumprida, enquanto Fundação, a apresentação do plano e do orçamento para o ano e a apresentação de relatórios de actividades. Já que não se cumpriram os Estatutos, como foi aqui referido esta manhã, isto deveria ter dado, no mínimo, uma averiguação, um inquérito para perceber o que se passava e tomar alguma medida.

Já que estamos a falar dos contratos, gostava esclarecer uma matéria que não ficou clara na audição do Presidente da Fundação. Os contratos com o Programa e.escolinha prevêm dotações dos operadores — a Sonaecom 100 000 euros, a Vodafone 250 000 euros e a TMN 11,5 milhões de euros.

Ora, gostava de saber se o Sr. Eng.º Mário Lino interveio nas negociações com os operadores e, se não o fez, quem é que interveio nestas negociações em nome do Ministério. Sei que pode dizer-se que o apuramento final ainda não está feito, mas se multiplicarmos os 70 euros que a TMN tem de entregar à Fundação por cada assinatura de banda larga, pelo estimado (e se lhe somarmos os 11 milhões de euros), isto fica muito acima do que se verificou com a Vodafone e a Sonaecom.

Dissemos ontem, e volto a afirmá-lo hoje, que nos parece que houve aqui uma situação de privilégio por parte da TMN, do Grupo PT, relativamente ao financiamento da Fundação.

Outra questão é a que se prende com a validação dos contributos. O Grupo de Trabalho UMTS tem actas de reunião, o Comité de Validação do Grupo de Trabalho tem actas de reunião e o Sr. Eng.º Mário Lino já disse aqui que leu as actas ou que teve acesso às mesmas. Ora, se leu as actas deve ter verificado que não estão discriminados suficientemente os montantes aplicados pelas operadoras. Estou a falar dos tais 758 milhões de euros, porque dos 931 milhões de euros foram validados 173 milhões de euros, e não estão discriminados estes 173 milhões de euros. Também não há suficiente discriminação relativamente aos outros 700 milhões de euros que deveriam ter sido vistos pelo Comité de Validação.

Pondo de lado os 390 milhões de euros que fazem parte da Fundação, o resto deveria ter sido visto e validado. Mas, de uma análise sumária de alguns elementos que aparecem, resulta que foram aceites, por exemplo, a título de contributos para a sociedade da informação, as verbas

gastas pela Vodafone na chamada «Fundação Vodafone», criada em Abril de 2001, bem como as verbas gastas pela TMN na chamada «Fundação TMN», criada em Março de 2003. Pergunto-lhe: considera correcto, adequado aceitar como contrapartidas para a sociedade da informação estas duas fundações criadas pela Vodafone e pela TMN? Já agora, conhece os objectivos destas duas fundações para aceitar que elas tenham sido consideradas contributos?

Ainda relacionado com a matéria da validação e dos 1300 milhões de euros, pergunto: o que se passa entre os 1300 milhões de euros e os 931 milhões de euros? Sempre se falou em 1300 milhões de euros, quer à data da concessão das licenças quer na Resolução do Conselho de Ministros que reformula o Grupo de Trabalho UMTS. O Sr. Eng.º Mário Lino falou-nos agora em 931 milhões de euros e, de facto, também nas actas são referidos 931 milhões de euros. Como sempre se falou em 1300 milhões de euros, penso que é preciso perceber a razão desta diferença.

Outra pergunta tem a ver com a queixa à Comissão Europeia. Não se percebe por que é que, passado todo este tempo, ainda não foi dada resposta à Comissão Europeia. Se estão tão tranquilos relativamente aos critérios seguidos e à legalidade do modelo, por que é que ainda não foi dada resposta à Comissão Europeia, que notificou Portugal para o levantamento de um processo de infracção pelo facto de não ter sido cumprida a legislação da contratação pública?

Pergunto ainda que comentário faz ao facto de o Governo actual ter mudado de modelo, adoptando agora um modelo de concurso público, que é, pelos vistos, uma solução mais barata, porque 50 milhões de euros a dividir por 250 000 computadores, dá 200 € por computador, enquanto nos contratos que assinou estão previstos 213, mais IVA, mais os custos de logística e os custos de transporte, de montagem, de assistência técnica, etc. Agora, o novo Governo propõe-se comprar os computadores a um preço

máximo de 200 € por unidade. Estamos, portanto, a falar de um novo modelo e, também, de um modelo mais barato. Gostaria de ouvir um comentário seu relativamente a isto.

Finalmente, o Sr. Eng.º Mário Lino, enquanto Ministro, em Setembro de 2008, tinha garantido que o Programa e-escolinha não era suportado pelos dinheiros públicos mas apenas pelos operadores. Ou seja, as verbas dos contributos iniciais, mais um número de assinaturas, a multiplicar pelos valores a pagar eram suficientes. Sabemos que estamos bem longe disso. Ontem, falou-se aqui em pouco mais de 1000. O Sr. Presidente da Fundação, estranhamente, não soube confirmar, mas estamos muito longe das centenas de milhares de ligações à banda larga que seriam necessárias para ser tal como diz.

Portanto, a conclusão é que, de facto, não foram os operadores que pagaram. Uma pequena parte foi paga pelos utilizadores e pelos operadores e uma parte significativa foi paga com o dinheiro transferido do erário público.

Há aqui sérias divergências. Ontem, o Presidente da Fundação falou em 220 milhões de euros de acção social escolar para a Fundação, para o que faltariam ainda 40 milhões de euros; o Sr. Eng.º Mário Lino falou em 180 milhões de euros...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Essa era a realidade!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Então, vão ser, de facto, 220 milhões de euros, o que significa que as contas não estão fechadas e que há algum descontrolo relativamente a isto. Tanto há que, ainda hoje, os operadores continuam a reclamar pagamentos — tal como está nos documentos que nos foram enviados — que a Fundação refere de forma diferente. Há aqui, de facto, diferenças e não se sabe como vão terminar estes números.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Costa, quem falou pela primeira vez na fundação não foi ninguém do gabinete, foram os operadores. E o Sr. Deputado tem obrigação de saber isto, porque era Membro do Governo da altura.

Os operadores, nas propostas que fizeram, propunham, todos eles, criar fundações. Todos propunham criar cada um a sua. Mais: a verba imputada à criação desta Fundação — isto já responde à outra pergunta, e o Sr. Deputado tem obrigação de o saber — faz parte daquilo que os operadores dizem que vão gastar para financiar a sociedade de informação, os tais (o número que o Sr. Deputado quiser) 1300 ou 900 milhões de euros. Nesta composição, para cada operador está referido o valor para criar a Fundação, ela faz parte da proposta. Os operadores, quando dizem que vão fazer projectos, incluem nestes projectos criar a Fundação. E quando dizem que vão gastar  $x$  milhões na criação da Fundação isso faz parte das suas contrapartidas.

O governo da altura aceitou as propostas e pô-las no contrato. Agora os operadores dizem: «cá está, criei a fundação que disse na minha proposta que iria criar e a qual implica um investimento de tantos milhões. Portanto, têm de aprovar». Respondi à sua questão.

Sr. Deputado, as fundações foram propostas pelos próprios operadores.

O Sr. Deputado disse, e é verdade, que a única coisa que sabe que foi contratualizada, logo nessa altura, para dar cumprimento às obrigações dos tais 900 ou 1300 milhões de euros foi 1 milhão. Muito pouco, Sr. Deputado! Acho espantoso, porque não me lembro de alguma vez ter

ouvido o Sr. Deputado, nem o membro do governo na altura, insurgir-se, questionar-se, perguntar-se «mas que diabo andamos ao fazer para, ao fim de tantos anos, ainda não termos conseguido concretizar nada destas contrapartidas?». Quando há um governo que consegue, em dois anos, desenvolver um projecto de 900 milhões de euros, dos quais 390 milhões de euros foram financiados pelos operadores, parece que é o problema.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O problema é o modelo!

O Sr. Dr. **Mário Lino**: — Sr. Deputado, sou levado a crer que se, por acaso, tivesse seguido a linha seguida até 2005, provavelmente, não estaria aqui a prestar contas, porque não tinha nada para prestar contas! Parece que não se pede contas por não se fazer; só se pede contas por fazer. Mas estou satisfeito por ter feito, Sr. Deputado!

Quando digo «nós», «nós», «nós», digo na parte em que o governo se comprometeu. É verdade que o governo fez contratos e que se comprometeu a uma série de coisas e os operadores a outras. Naquilo em que o governo assumiu responsabilidades não consta, em lado algum, nem por escrito nem na prática, que se tivesse comprometido a adquirir computadores, a fechar contratos com fornecedores de computadores ou a escolher marcas de computadores. Estas co-responsabilidades ficaram sempre do outro lado, do lado do operador.

Portanto, para cumprir o contrato, os operadores têm de escolher os computadores; têm de subordinar-se às suas características técnicas mínimas e ao preço máximo e apresentar propostas, e eles apresentaram. Houve, pelo menos, oito marcas de computadores envolvidas neste programa. Umas com mais milhares, outras com menos milhares, mas houve oito marcas.

Portanto, Sr. Deputado, a Fundação não foi uma invenção do governo, como sabe. Primeiro, consta das propostas dos operadores; segundo, o então Ministro da Economia, Carlos Tavares, quando determina o destino dos 25 milhões de euros que fixou pela saída da OniWay, diz que é para entrar numa fundação que está a ser ultimada pelo governo.

O governo a que pertenci considerou, depois de consultar especialistas na matéria... Hoje ouvi o Sr. Prof. Freitas do Amaral dizer que não vê nada de ilegal e que considera esta solução perfeitamente possível. E ele não sabe, como disse, pormenores. Não tenho qualquer dúvida que, conhecendo os pormenores, qualquer pessoa de boa fé percebe que esta solução não é a única, mas dificilmente se arranjará uma melhor, em que o Estado, sem gastar dinheiro no controlo do programa, tendo uma estrutura em que está junto com os operadores mas em que o Estado controla, assegura que este programa seja bem executado.

Fomos para a fundação, porque foi a solução que nos pareceu melhor. Ainda ninguém disse qual seria a solução melhor do que esta. A Fundação, pelo facto de o Estado controlar, passou automaticamente... Aliás, na altura, pedi um parecer (se o Sr. Deputado quiser posso fornecê-lo) a um gabinete jurídico para dizer se por aquela via seria ou não obrigada, nos compromissos e contratos feitos pela Fundação (não é pelos operadores, é pela Fundação), a seguir o Código dos Contratos Públicos e se estaria sujeita ao Tribunal de Contas. E está, tanto está que o Tribunal de Contas está lá. Não está lá por o Sr. Deputado Bruno Dias, como me pareceu estar hoje a insinuar, ter pedido para lá ir. Não! O Tribunal de Contas vai lá sempre, como é do seu direito e obrigação, porque a Fundação é uma entidade sujeita ao controlo do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas vai às entidades que tem de controlar, não é por algum Deputado pedir que o Tribunal de Contas vai lá. O Tribunal de Contas vai porque tem de ir, porque é da sua obrigação ir. E fizemos para

que o Tribunal de Contas pudesse ir; seguimos um modelo aberto ao controlo do Tribunal de Contas, com auditoria externa, com conselho fiscal, etc.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa pela interrupção, mas quero informar que vou fazer chegar à mesa uma cópia da carta que recebemos do Tribunal de Contas, que diz exactamente o contrário daquilo que o Sr. Eng.º Mário Lino acabou de dizer.

Em resposta a nós e ao PCP, diz que vai lá exactamente por pedido dos Deputados do PSD e do PCP para análise às contas.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E diz que se não fosse o pedido estava proibido de lá ir? Não diz.

Sr. Deputado, torno a dizer que o Sr. Prof. Freitas do Amaral explicou muito bem que a Fundação, tendo controlo do Estado, está obrigada ao controlo do Tribunal de Contas. Não sou jurisconsulto, mas disse-o o Prof. Freitas do Amaral hoje de manhã. Não sei o Sr. Deputado ouviu, eu ouvi, embora não estivesse presente, mas estava em casa a ver o Canal Parlamento.

O Sr. Deputado perguntou por que é que no e.escolinha a contribuição dos vários operadores é diferente. É diferente porque os operadores escolheram a modalidade que mais lhes convinha, pois tiveram de fazer a sua avaliação de risco, tendo em conta o que ainda tinham disponível das tais contrapartidas dos 390 milhões de euros.

A Vodafone já tinha muito pouco, pelo que preferiu pagar mais por ligação (julgo que pagava cerca de 250 €/ligação) e assumiu só o compromisso de pagar adiantado 500 000 euros, ou 1 milhão de euros ou 250 000 euros. Uma coisa deste género!

A TMN fez uma avaliação de outro género. Face à adesão que tinha tido nos Programas e.escolas, e.professores e e.oportunidades preferiu jogar de outra maneira, preferiu pagar logo a parte que lhe correspondia no pressuposto de que iria fazer  $x$  licenças, o que deu 11 milhões de euros, mas, a partir daí, só pagava 70 euros (e não os 250 euros) por cada licença. O que fizemos, e os Srs. Deputados podem comprová-lo quando perguntarem aos operadores, foi dizer à TMN que, se queria, podia fazer como os outros e dizer aos outros que, se queriam, podiam fazer como a TMN. Ou seja, cada um escolheu a avaliação de risco que entendeu.

A TMN julgou que iria fazer um número grande de ligações e que, portanto, lhe sairia mais barato assumir logo um maior número de ligações, sendo que até esse número nada mais pagaria nada e quando se esgotasse esse número só pagaria 70 €/ligação. Os outros preferiram assumir muito menos ligações, então, só pagaram 250 000 euros, mas, depois, pagariam 250 euros, ou seja, quase quatro vezes mais do que pagaria a TMN. Foi uma avaliação de risco.

Quantas ligações foram feitas no total? Ainda não sei. Primeiro, porque já saí do governo há muito tempo e, depois, porque ainda está a decorrer o programa e essa avaliação. E, como o Sr. Deputado, com certeza, já compreendeu, a avaliação do número de ligações no Programa e.escolinha tem uma complexidade que não tem no outro, porque, no outro, era obrigatório haver ligação e, neste, não é. O Sr. Deputado compreenderá isto.

Sr. Deputado, volto a dizer (e espero não ter de voltar a dizer isto mais vezes, porque acho que estou a falar claro) que não encontra 1300 milhões de euros escrito em lado algum, com excepção de um preâmbulo de uma resolução do Conselho de Ministros. Não há «1300 milhões de euros de que se tem falado». Quem é que tem falado?! Só se for o Sr. Deputado que fala, porque não conheço 1300 milhões de euros escrito em

lado algum que não seja (e fui eu que escrevi) no preâmbulo da resolução. E já expliquei ao Sr. Deputado de onde vêm os 1300 milhões de euros.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E está nas notícias, quando foi...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Isso das notícias...!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi divulgado pelo governo. Em 2000, quando foi a atribuição das licenças, foi divulgado...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, hoje já lhe expliquei e percebeu, com certeza!

Se for às propostas dos quatro operadores e somar os compromissos traduzidos em termos financeiros (a Vodafone diz: vou fazer uma vedação de 5 milhões de euros, vou fazer mais isto no valor de 3 milhões de euros; vou fazer descontos nos tarifários para as zonas rurais de 49 milhões de euros), se somar tudo isto, o mesmo valor de todos, dos quatro, dá à volta de 1300 milhões de euros. Só que um saiu, deixou de ter compromissos, foi libertado sem compromissos. E os compromissos da OniWay somam entre 400 e 500 milhões de euros.

Sr. Deputado, se for ver a proposta da OniWay e somar as verbas todas («da ordem de...», «estimamos em tanto...», «pensamos que poderá ir até tanto...»), se somar tudo isto, preços máximos, dá à volta dos 400 a 500 milhões de euros. Como a OniWay se retirou, ficaram 930 milhões de euros.

Quando fomos apurar os valores com os três operadores que estavam em jogo, aceitámos e os operadores acabaram por aceitar que tomássemos como bons aqueles valores que eles próprios tinham indicado que era

preciso realizar; se não fosse naqueles projectos seria noutros, mas 930 milhões de euros tínhamos de pôr.

Sr. Deputado, passo à queixa à União Europeia. Não conheço nenhuma decisão da Comissão Europeia sobre esta matéria, pelo que, Sr. Deputado, aconselho-o, se mo permite, a fazer como eu: vamos aguardar o que diz a União Europeia.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu só disse que havia uma notificação! Não há decisão, é uma notificação!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O único comunicado que conheço da União Europeia sobre esta matéria, que por acaso até tenho comigo, diz que não há nenhuma decisão tomada sobre esta matéria, apenas fez umas perguntas ao Governo português, a que o Governo português já respondeu várias vezes, até já lá foi, já mandou dados. Estamos naquela fase (e o Sr. Deputado também tem experiência disto) em que a União Europeia pede uns dados, nós mandamos; depois, a União Europeia aprecia, faz mais umas perguntas e nós voltamos a mandar... Estamos a esclarecer. Estou convicto de que tudo isto ficará esclarecido.

Por que é que o Governo mudou o modelo? Podia dizer ao Sr. Deputado para perguntar ao Governo, porque já não pertenço a ele. Mas, como estou aqui com seriedade a dar a minha contribuição, vou explicar-lhe por que entendo que o Governo mudou e por que me parece bem que tenha mudado.

Na primeira situação, o que é que tínhamos? Tínhamos um programa, para o qual havia umas estimativas, e agora até sabemos os números, de 980 milhões de euros, dos quais os operadores iriam gastar 390 milhões de euros. Iam comprar os computadores, fazer as entregas, assinar contratos individualmente. Nem o Governo nem a Fundação

compraram computadores ou escolheram marcas, porque do que se tratava era de aplicar os 390 milhões de euros. Era este o modelo.

Estes 390 milhões de euros chegaram ao fim. Mais: tanto quanto sei (mas peço que não tomem como definitiva esta afirmação, porque não tenho informação factual)... Entretanto, para além do Programa e.escola, os operadores continuaram a fazer várias coisas e, neste momento, os tais trezentos e não sei quantos milhões de euros que sobejaram dos 900 milhões de euros, foram 173 validados e ficaram 758; 390 nós aplicámos e ficaram 360. Estes 360 milhões de euros ou já estão todos validados como gastos noutros projectos, ou estará perto disso.

Portanto, não há mais dinheiro dos operadores. Então, agora, quem é que, para se continuar a fazer o programa, tem de comprar os computadores? Só pode ser o Governo. E, só podendo ser o Governo, não pode ser... Agora, o Sr. Deputado pode ter a certeza: não sei se é com uma fundação, se é com um instituto público, se é o Ministério da Educação, não faço ideia, não estou dentro destes pormenores, mas percebo que o modelo seja diferente. É que agora, dos operadores, zero, Sr. Deputado, não há! Claro que pode sempre combinar-se com os operadores se eles querem fazer algum patrocínio, alguma baixa de valor nas comunicações para ajudar a isto, mas não resulta das licenças, nem dos contratos (é uma coisa nova que se tem de negociar). Esse dinheiro foi esgotado com o Programa e.escola.

Portanto, o modelo, agora, é completamente diferente. É que, agora, de facto, quem vai ter de lançar os concursos é, por exemplo, o Ministério da Educação, quem vai ter de fazer contratos com os fornecedores do equipamento é o Ministério da Educação ou outra entidade pública, quem vai ter de controlar este processo é uma relação entre os fornecedores do equipamento e o Ministério que coloca os computadores. Tanto quanto eu

sei, esta compra de computadores não está ligada a problemas de ligações (não sei se está ou não, nunca ouvi falar, talvez seja, mas não sei bem...).

Mas, na verdade, o Sr. Deputado tem de compreender que há aqui uma mudança absolutamente fundamental: agora, já não estou a gastar dinheiro dos operadores, já estou só a gastar dinheiro do Estado. Esta é a razão pela qual é diferente.

Julgo que respondi a todas as questões que o Sr. Deputado me colocou, mas, se faltar alguma, diga-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mário Lino, daquilo que eu tinha aqui apontado, julgo que só falta responder à questão de saber se ordenou algum inquérito ao facto de a Fundação não...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ah, muito bem!

Sr. Deputado, nesse aspecto, concordo com o senhor: a Fundação não cumpriu aquilo que os Estatutos mandam. Há datas e prazos para aprovar contas, orçamentos e planos de actividades — estou de acordo. E não fiz qualquer inquérito público, nem nomeei qualquer comissão, mas reuni várias vezes com a Fundação para a intimar a rapidamente pôr as contas cá fora e para perceber as razões por que isso não tinha sido feito. E as razões que me foram sempre transmitidas e que tomei como aceitáveis, embora pressionando sempre para que rapidamente eles pusessem as contas cá fora, tinham a ver com o seguinte: a Fundação foi criada, como sabe, no 2.º semestre de 2008; depois só foi reconhecida em Outubro ou Novembro de 2008; e, na prática, só começou a funcionar em Março de 2009. A Fundação tem as suas contas onde gasta os tais 25 milhões de euros na sua actividade e funcionamento, mas tem toda a validação de todo o programa (que ela tem de validar, se está bem feito, etc.). Este processo com os operadores foi moroso e complexo, houve discussões (do género: toma lá o

programa de actividades, nós queremos alterar o programa de actividades, manda-o para cá outra vez) e arrastou-se mais do que deveria.

Estou de acordo que o desejável teria sido que tivesse cumprido os prazos. Mas, Sr. Deputado, não me pareceu que, relativamente a uma fundação que acabou de ser criada (e vendo nós tantas empresas públicas e privadas que apresentam tardiamente os seus relatórios e contas, que aprovam com grande atraso, ou nem chegam a aprovar, os relatórios de actividades, e que já estão lançadas há muito tempo), não me pareceu, dizia, que este fosse, tendo em conta os objectivos e os seus resultados deste programa, o problema maior. É preciso que as contas sejam aprovadas (e as de 2008 estão) e vistas pelo Conselho Fiscal (e, neste momento, estão). Por outro lado, estão a ser auditadas por uma auditoria externa, estão publicadas e estão aprovadas pelos fundadores no Conselho Consultivo. As contas de 2009 estão a ser fechadas e, tanto quanto sei, o orçamento para 2010 e o programa de actividades estão a ser preparados.

O Sr. Deputado pode dizer: «Se já estamos em Março, já estão a ‘queimar’ o tempo, já deveriam ter...». Também concordo com isso. Mas, Sr. Deputado, o facto de estarem atrasados não me parece ser razão, face ao contexto em que estamos, para fazer disto uma coisa nunca vista.

Portanto, esta situação não é a desejável, concordo consigo, mas pode crer que, da minha parte, fiz toda a pressão — e o Sr. Deputado sabe que sou bastante «pressionante» — para que fossem diligentes a aprovar as contas e as pusessem cá fora. E quis saber por que é que ainda não estava e o que é que faltava, para que isso fosse feito com rapidez.

Acho que a Fundação, que está agora praticamente no seu segundo ano (2009 foi o primeiro ano), vai pôr as suas contas em ordem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mário Lino, tenho aqui apontadas ainda mais duas outras questões.

Por que é que o Sr. Eng.º tinha afirmado que o projecto e.escolinha era totalmente suportado pelos operadores? A outra é para saber quem definiu as características e o preço dos computadores que foram adquiridos para o programa.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu explico.

No Programa e.escola, as características dos computadores não foram definidas pela Fundação, porque, à data, ela não existia, como sabe; foram definidas em conjunto, e constam de um documento conjunto, assinado conjuntamente, pelo que a responsabilidade é das duas partes, entre o Ministério e os operadores. O Ministério e os operadores acordaram e assinaram um documento com essas características. Quanto ao preço máximo, «idem, aspas», aconteceu o mesmo: também resultou de um acordo entre o Ministério e os operadores.

No Programa e.escolinha, passou-se exactamente a mesma coisa: a Fundação também subscreveu... É que, entretanto, o Governo tinha mandatado a Fundação para ela ser o instrumento que geria o programa e em quem o Governo tinha confiança de que lhe iria apresentar as contas do programa. Isto, para não ter, depois, de fazer um despacho de mandato. É que a Fundação podia não ter subscrito esse contrato no e.escolinha, mas, depois, o Governo tinha de fazer (como já tinha feito antes) um novo mandato. Assim, de uma assentada, a Fundação ficou logo como parte no contrato. E está lá escrito que o trabalho da Fundação é monitorizar.

Quanto às responsabilidades do Estado, o Estado assegura à Fundação que pode cumpri-las. Quais são as responsabilidades do Estado? Pagar a parte que não é paga nem pelos beneficiários, nem pelos operadores. E este pagamento pelo Estado resulta fundamentalmente dos compromissos por ele assumidos com a acção social escolar.

O Sr. Deputado diz que afirmei que o Programa e.escolinha era totalmente suportado pelos operadores. Sr. Deputado, o que posso ter afirmado é que o Programa e.escola, no seu conjunto (e não a componente professores ou a Novas Oportunidades), se financia praticamente a si próprio. A parte que não se financia a si próprio resultou do facto de o Governo ter introduzido a obrigação de os operadores, relativamente a um conjunto de estudantes, aos beneficiários da acção social escolar, não cobrar aquilo que tínhamos combinado, mas menos, pois o Governo cobriria a diferença.

Se o Sr. Deputado quiser saber em quanto orçou o Programa e.escola — e é fácil o Sr. Deputado fazer as contas —, vá ver quanto foi a soma dos benefícios e compare com quanto é que se recebeu a menos dos beneficiários da acção social escolar do que se teria recebido se eles não fossem beneficiários da acção social escolar. E reparará que este valor é igual (ou até maior) àquele que o Estado lá pôs. Ou seja, o que o Estado lá pôs, no seu conjunto, foi para financiar aquilo que foram condições melhores para os estudantes beneficiários da acção social escolar. Tirando isto, o programa praticamente tinha contas encontradas.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte (e também é preciso termos isto presente): o Governo poderia ter decidido fazer este programa só por si. Se o Governo, através da acção social escolar, já paga livros escolares, transportes, etc., também poderia ter resolvido fazer e pagar um programa para dar computadores a todos os meninos — e, assim, toda esta verba sairia do Orçamento.

Acontece que nós fizemos isto gastando 980 milhões de euros, mas só pondo lá 220 milhões de euros. Ora, acho que isto foi uma tarefa importante. É que para obter o mesmo resultado, suportado só pelo Orçamento do Estado, teríamos de ter gasto 980 milhões de euros.

Fiz tudo isto com preços muito baixos (e, em alguns casos, a preço zero) para 400 000 meninos — 400 000, Sr. Deputado! —, gastando só 220 milhões de euros.

O Sr. Deputado tem de compreender que este programa poderia ser feito de várias maneiras, mas, quer nos dinheiros públicos gastos quer na forma de controlo, a minha consciência diz-me que as formas que utilizei foram, do ponto de vista legal, perfeitamente aceitáveis, do ponto de vista de custos, as mais económicas possíveis e, do ponto de vista da eficiência, o mais eficientes possível.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, falta clarificar duas questões. Uma delas tem a ver com uma pergunta que fiz sobre se o Sr. Eng.º Mário Lino tinha tido, ou não, conhecimento da carta que seguiu do Gabinete do Secretário de Estado para os operadores com o modelo. E a segunda pergunta era sobre quem tomou a decisão de ajuste directo de facto relativamente à Fundação.

Relativamente às contas, que agora acabou de referir, os 220 milhões de euros é a verba gasta até agora, mas ainda há dívidas reclamadas por parte dos operadores, pelo que aos 220 milhões de euros acrescerá naturalmente o valor das dívidas.

Gostaria que o Sr. Eng.º Mário Lino comentasse estas questões.

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr. Eng.º Mário Lino, falta responder às questões do ajuste directo e da carta enviada pelo Secretário de Estado para os operadores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Vou tentar responder.

Começando pela carta, tenho a dizer que a carta do Sr. Secretário de Estado apenas traduz aquilo que já tínhamos combinado antes.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só estou a perguntar se teve conhecimento, ou não.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro, Sr. Deputado! Por amor de Deus! Então, não haveria de conhecer!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está respondido!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Secretário de Estado tinha delegação de competências, a ele é que lhe competia. Eu tinha uma orientação política geral, intervim em várias reuniões, quando elas eram mais «quentes» ou mais difíceis, como era minha obrigação, mas, normalmente, no dia-a-dia, o Sr. Secretário de Estado é que tratava disso.

Combinámos que fazíamos as coisas de determinada maneira, que era uma fundação — a ideia, como referi, remonta muito atrás, vem dos operadores, depois passou por vários governos —, e mandámos um primeiro *draft*. Mas poderia ter sido ao contrário: se tivessem sido os operadores a mandar, o Sr. Deputado, se calhar, perguntar-me-ia «mas então, agora, os operadores é que vão definir...?». Fomos nós a mandar o primeiro *draft*, depois houve discussões e foi-se aperfeiçoando.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sempre dissemos que a génese esteve no Governo. Portanto, é natural...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não sei se a génese... Quando há dois documentos, assinados por duas partes, é um pouco irrelevante saber quem teve a primeira ideia. O que interessa é que as duas partes assinaram e concordaram fazer assim. O saber de quem foi a ideia parece um pouco

irrelevante. Não há qualquer imposição, o Governo não decretou que tinha de ser assim.

Quanto ao ajuste directo, já lhe expliquei, Sr. Deputado, que nem o Governo, nem a Fundação fizeram qualquer contrato, compra ou aquisição a quem quer que fosse.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Mas ele sabe!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como é que os operadores compraram? Não faço a mínima ideia! Não sei se fizeram uma consulta, se puseram anúncios nos jornais, se pediram a uma empresa que procurasse no mercado... Não faço a mínima ideia! Não sei se o fizeram pela forma a que o Sr. Deputado chama de ajuste directo, não sei...

Sei que os operadores tinham a obrigação de comprar e compraram. Cumpriram os requisitos mínimos e o preço máximo que tínhamos acordado e isto ficou assim estabelecido.

Há pouco, lembro-me agora, não fui completo na resposta que dei. Para o primeiro programa, para a parte que não era do e.escolinha, as características desse foram definidas directamente pelo Ministério, e conjuntamente com os operadores, a saber, o que era lógico e o que era razoável, e fixámos estas características (nessa altura, ainda nem sequer havia a Fundação). Para o e.escolinha, na parte relativa à justificação técnica, teve papel preponderante, como também já é sabido, o Ministério da Educação, que definiu, inclusivamente, qual era o *software* mínimo que deveria haver naqueles computadores para os estudantes da primária poderem ter acesso. Mas foi sempre acordado e não imposto — não há qualquer carta que diga «tem de ser assim!». Foi assinado e acordado entre ambas as partes.

Quanto às dívidas dos operadores, não percebo bem a sua pergunta. O Sr. Deputado sabe perfeitamente...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só quero saber em quanto é que isso vai ficar no fim. É que, segundo as contas, ontem, eram as dívidas até Setembro. Hoje, pelas contas que aqui nos trouxe, em vez de 850, já vai em 920. Como ainda é devido aos operadores, é provável que os números vão por aí acima!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Isso era ótimo! Se o investimento, em vez de 1200 milhões de euros, fosse de 1400 milhões de euros, era estupendo, pois o Estado pagaria pouco.

Mas o que quero dizer-lhe é que, quando falei em 900 milhões de euros, era uma ordem de grandeza... Saí do Governo há quase cinco meses, pelo que, como compreenderá, não tenho... E também não andei, como parece que alguns ex-Ministros fizeram, a tirar fotocópias da documentação toda para levar para casa. Por isso, estou a funcionar de memória, baseando-me em alguns apontamentos. E, para ser franco, não poderia... Foi por algumas perguntas que fiz ao Mário Franco «olha lá, aquela coisa, em que data é que fiz...?» e fui à *Internet* e encontrei lá as coisas que me interessavam para efeitos de... Mas não trouxe arquivos para casa sobre esta matéria (aliás, nem sobre esta, nem sobre outra).

Depois, relativamente ao e.escolinha, é que foi a Fundação a fixar o valor mínimo e o preço máximo. Eram condições mínimas, preços máximos e sujeitos a que os operadores pudessem propor outras alterações. E foram acordadas entre as duas partes.

Agora, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que, num processo destes, quem acha que tem a receber 10, diz que tem a receber 15, e quem acha

que tem a pagar 10, diz que tem a pagar 8. E depois discute-se até chegar a acordo.

O que posso dizer é que, tanto quanto sei, neste momento, o dinheiro relativo a todas as dívidas do Programa e.escola e do Programa e.escolinha, que são da responsabilidade do Estado perante os operadores, já o transferido pelo Estado para a Fundação, e a Fundação pegou neste dinheirinho e não pode fazer outra coisa que não seja pagar aos operadores de acordo com as contas que foram apuradas, e isso está pago.

Admito que haja alguma parte que ainda não esteja devidamente fundamentada, mas vai estar. Mas, Sr. Deputado, em 390 milhões de euros, garanto-lhe que devem ser meia dúzia de euros. É, de certeza, muito pouco.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A TMN, nos elementos que mandou a esta Comissão, diz que são 94 milhões.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem, mas por que razão o Sr. Deputado acha que as contas da TMN estão melhores do que as do Governo?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Ó Sr. Engenheiro, eu não acho nada, só estou a fazer a pergunta!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Acredito que sim, mas não conheço esses números da TMN. A TMN fará as suas contas, como é sua obrigação, e tem de demonstrar. Por sua vez, o Governo aceita, ou não, e tem de demonstrar se não aceita. E esta matéria está a ser tratada.

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Paula Barros.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Ministro... Peço desculpa, Sr. Eng.º Mário Lino, penso que deveríamos seguir a tradição francesa: ministro uma vez, ministro toda a vida.

O Sr. Eng.º Mário Lino, na sua primeira intervenção, foi muito claro sobre todo este procedimento. Não o vou questionar sobre essa matéria, porque me parece que, no que toca a este ponto 10 da Resolução da Assembleia da República que instituiu esta comissão eventual, «Avaliar a execução das contrapartidas para a Sociedade de Informação a que os operadores móveis se obrigaram na sequência do concurso público para atribuição de licenças no âmbito nacional para os sistemas de telecomunicações internacionais de terceira geração (...)», o Sr. Ministro foi muito claro. Fez-nos aqui uma avaliação muito correcta no tempo e no conteúdo, referindo as diversas etapas e penso que estamos todos esclarecidos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para quem está de boa fé!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Para quem está de boa fé, como é evidentemente. Mas penso que estamos todos esclarecidos.

Depois, o Sr. Eng.º Mário Lino fez-nos aqui uma referência também à arquitectura jurídica que encontrou, através do modo como contribuiu para que fosse instituída, ao fim de todo este tempo (disse que desde 2003 que se falava na constituição de uma fundação) e à estrutura que chegou, com a sua persuasão, com os seus projectos, com a sua capacidade de convencimento das operadoras e como o seu bom senso, e que, finalmente,

operacionalizou aquilo que se estava à espera que fosse operacionalizado desde 2003.

Tanto é assim que, durante estes últimos dois anos, tivemos essa estrutura que conseguiu, num limitado espaço de tempo, como aqui disse, provocar um enorme impacto nas nossas escolas e nos nossos alunos, tendo em vista o desiderato final de permitir que estes alunos, mormente os 400 000 que aqui referiu como mais carenciados, tivessem acesso à sociedade da informação e do conhecimento e também que o Estado cumprisse o seu papel de promoção da igualdade entre os cidadãos através de uma discriminação positiva que resulta dessa comparticipação que o Estado aqui promove, através da acção social escolar.

Portanto, aquilo que está em causa, Sr. Engenheiro, é o conteúdo, não é a forma, não é só o modelo. Claro que nas democracias o modelo é importante.

Há pouco, foi-nos aqui dito que o conteúdo não interessa, que o que interessa é o modelo, a forma. Estamos esclarecidos! Quer dizer que ao fim do segundo dia da comissão de inquérito o conteúdo já não interessa. Ou seja, a razão de ser da instituição desta Fundação, Sr. Engenheiro — por alguns partidos da oposição, pelo menos, por um —, deixou de existir. Foi-nos dito que já não interessa o conteúdo, interessa o modelo. Ou seja, já só interessam as tecnicidades.

Claro que o modelo, em democracia, é importante. Pergunto, o Sr. Engenheiro, embora já tenha enunciado algo: quais foram os cuidados que tomou no sentido de a estrutura de gestão da Fundação para as Comunicações Móveis, que foi criada, ficar vinculada a procedimentos de contratação pública em relação aos 25 milhões, porque este é o único património que ela tem? O único património da Fundação são os 25 milhões...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — (*Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*)

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Deputado, agradeço-lhe imenso, mas veja os documentos, porque a única dotação, quando a Fundação foi instituída, foi de 25 milhões de euros.

Portanto, o Sr. Engenheiro, nessa proposta e nessa relação comercial que teve com os operadores, estabilizou um projecto, e os operadores até aderiram a esse projecto ao celebrar uma escritura pública, por vontade própria. Não foram, de certeza, coagidos a fazer a escritura pública, não houve ali uma coação física, nem moral, no sentido de «os senhores têm de fazer!», mas encontraram uma solução, uma solução jurídica e, aqui, também houve cautelas. Quais foram as cautelas? Penso que algumas decorreram de algo que aqui o Sr. Engenheiro nos disse, nomeadamente o modelo que aqui referiu, que era o modelo que consistia em haver um conselho geral, o qual elegia o conselho de administração e o conselho fiscal e que salvaguardava também, caso houvesse aquisições de bens ou serviços superiores aos tais 200 000 direitos de saque especiais — penso que é assim que resulta do Direito Comunitário —, o ter de se fazer concurso público.

Portanto, no que toca ao património da Fundação para as Comunicações Móveis, ficou salvaguardado que, sempre que houvesse aquisições superiores a esse valor, haveria concurso público.

Na Resolução da Assembleia da República vem dizer-se que deveríamos apurar se a escolha da natureza jurídica da Fundação foi determinada ou não pelo objectivo de contornar a obrigatoriedade de observar procedimentos de consulta e de concursos públicos prévios à adjudicação da aquisição de *hardware* e de *software*.

Ora, parece-me — e é isto que quero que me confirme — que quando a Fundação foi criada já estavam estabelecidos todos estes procedimentos, os tais contratos que há pouco foram questionados. Portanto, as características dos equipamentos, quer ao nível do *hardware*, quer do *software*, já estavam determinadas devido à relação directa entre o Governo e os operadores, antes da constituição da Fundação. O que quer dizer que o facto de esta Comissão vir apurar se a natureza jurídica de fundação foi escolhida para contornar procedimentos parece-me uma redundância. Por isso, gostaria que me confirmasse se é verdade que estas características mínimas e o tal preço máximo já estavam estabilizados antes da constituição desta Fundação.

O Sr. Engenheiro já nos referiu aqui que o Tribunal de Contas está a apreciar a actividade desta Fundação, segundo as competências do Tribunal de Contas. Isto significa que, no entender do Tribunal de Contas e também no entender do Governo — parece-me que esta era a filosofia que decorria do Governo —, a Fundação estaria sempre sujeita quer aos procedimentos internos que foram estabelecidos nos Estatutos (que eram as auditorias), quer a um Conselho Fiscal (com um ou dois ROC, não sei bem), quer ainda... Obviamente, como tinha um mandato de gestão (aliás, resulta dos documentos), no que toca às contribuições que o Estado tem de aportar a nível de acção social escolar para estes equipamentos, entendia-se também que o Tribunal de Contas podia e devia, no momento que entendesse por conveniente, fazer a apreciação da actividade da Fundação.

Portanto, em termos da nossa Comissão, se aqui me dizem que não interessa o conteúdo, que só interessa a forma, ou seja, o modelo, então, parece que podemos acabar com a Comissão de Inquérito! Ou seja, esperamos pelo relatório do Tribunal de Contas, vemos a apreciação do Tribunal de Contas e retomamos os trabalhos depois de obtermos o relatório e a decisão final do Tribunal de Contas. Mas, como eu entendo

que também interessa o conteúdo, penso que devemos fazer aqui uma apreciação política, como o Sr. Engenheiro também fez, da bondade da actividade de todas estas medidas.

Sei que a oposição não gosta que se faça esta apreciação, sei que a oposição quer utilizar esta Comissão para tecnicidades, mas não é isto que aqui... No que toca às tecnicidades ou aos procedimentos, vamos ter o Tribunal de Contas a pronunciar-se sobre esta matéria, vamos ter o relatório, e, portanto, devemos fazer aqui a apreciação política que entendermos sobre a matéria.

Eram estas as questões que queria colocar-lhe, porque o Sr. Engenheiro já respondeu às minhas angústias, aquando da sua primeira intervenção, e, assim, fico-mo por aqui, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a minha interpelação é para esclarecer uma dúvida sobre o mandato da Comissão.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, se não estou em erro, e salvo melhor opinião, foi apresentada em Plenário, pelo Partido Socialista, uma proposta no sentido de incluir no mandato desta Comissão a avaliação dos impactos e dos benefícios para o País, decorrentes e em resultado da realização do Programa e.escola. Essa proposta de inclusão foi rejeitada no Plenário.

Pergunto se esta minha informação está correcta, se, de facto, essa análise do impacto do Programa e.escola faz parte do mandato da Comissão, ou se não faz, como parece, por decisão do Plenário.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, também peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, também gostaria que Comissão esclarecesse se o ponto 10 da Resolução, que diz: «Avaliar a execução das contrapartidas para a Sociedade de Informação a que os operadores móveis se obrigaram na sequência do concurso público para a atribuição das licenças (...)», engloba, ou não, o Programa e.escola.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.<sup>o</sup> Mário Lino.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Mário Lino**: — Sr. Deputado Ramos Preto, começo por fazer uma pequena correcção, porque, como o Sr. Deputado fala sobre estas coisas nesta Comissão e, eventualmente, até fora, e vai continuar nas audiências, não quero que fique com um número errado na cabeça.

O Sr. Deputado disse que a acção social escolar beneficiou 400 000 alunos. Não foram 400 000, foram quase 500 000. Foram 490 000 alunos. Apesar de tudo, é importante, porque é bastante mais.

Segunda questão, Sr. Deputado, percebi, na sua intervenção, e compreendo, que ponha em dúvida em alguns casos a boa fé com que algumas pessoas possam... Quero dizer que, da minha parte, estou aqui na convicção, não posso estar de outra forma, de que todos os Srs. Deputados que intervêm nesta matéria o fazem de boa fé, e a mim compete-me esclarecer de boa fé e ter a expectativa de que os Srs. Deputados atentam o que digo, às provas do que digo, e que reajam em conformidade. Portanto,

não tenho qualquer razão para suspeitar que não vai ser de boa fé. Assim espero, pois é bom para o País que todos procedamos de boa fé.

Como já disse, Sr. Deputado, uma das questões que esteve em cima da mesa quando encontrámos a solução fundação e o tipo de fundação foi que ela permitisse, primeiro, que eu controlasse, acompanhasse e monitorizasse este programa com o mínimo de custo para o Estado. Fi-lo a custos zero. Não há nenhuma outra solução, instituto público ou o que quer que fosse, que não fosse custar dinheiro ao Estado. Fiz a custo zero. Ou seja, pus os operadores a pagar a monitorização, coisa que, aliás, Srs. Deputados, como sabem, é muito frequente haver, por exemplo, na regulação. Como sabem, os organismos de regulação impõem muitas vezes aos regulados que façam relatórios e estudos para eles reguladores regularem, mas os regulados é que têm de pagar. É um pouco na mesma filosofia.

**O Sr. Bruno Dias (PCP): — A ANACOM!**

**O Sr. Eng.º Mário Lino:** — Exactamente! Não, e o Instituto das Águas e Resíduos, a ERC, etc. E faz-se assim e faz-se em todo o mundo.

Encontrei uma solução de comum acordo — não impus, não foi através de nenhum despacho, de nenhum acordo —, chegámos a acordo de que esta seria uma boa solução porque iríamos ter uma forma de monitorizar, o que era bom para nós e para os operadores, porque os operadores também precisam que o Governo certifique que eles estão a cumprir aquilo a que eram obrigados e, portanto, também estão interessados em que essa verificação se faça. Encontraram uma solução muito económica para fazer esse trabalho. Primeira questão.

Segunda questão: procurámos que essa Fundação — e, por isso, mandei estudar num gabinete de advogados... Não quero fazer aqui

promoção a nenhum gabinete em particular, mas garanto que foi um gabinete de advogados portugueses de primeira linha que estudou as várias hipóteses. Já ouvi o Sr. Prof. Freitas do Amaral dizer que não encontrou nenhuma ilegalidade e não foi ao ponto de dizer que considera essa solução como a melhor, porque não tinha os dados todos, mas, quando os tiver e se os Srs. Deputados quiserem aceitar o repto que ele fez, de se poder pronunciar no fim quando tiver os factos apurados, estou convicto (posso enganar-me, mas estou convicto) de que ele vai concluir que, de facto, foi a melhor solução.

É uma solução que, além de ser muito económica, é muito eficiente e economiza o encontro que é preciso fazer e o diálogo que é preciso ter com os operadores, porque estamos juntos nesta estrutura. Ao mesmo tempo ela permite que, naquilo que é a contratação da Fundação, na aplicação dos seus dinheiros, se tenha de seguir o Código dos Contratos Públicos. Como os Srs. Deputados sabem, conheço bem o Código dos Contratos Públicos que, por acaso, foi uma iniciativa do Ministério das Obras Públicas. O Código dos Contratos Públicos foi um dos diplomas mais estruturantes a que o Ministério das Obras Públicas «meteu ombros», precisamente para que a contratação pública fosse mais simples, mais transparente, mais rigorosa, como foi reconhecido pela generalidade do sector. Claro que há sempre alguns que se queixam quando há qualquer coisa nova (como é diferente, agora têm de se adaptar), mas uma entidade insuspeita como o Sr. Presidente do Tribunal de Contas — que, aliás, se envolveu bastante na apreciação e no acompanhamento da elaboração do Código — tem feito elogios ao código da contratação pública. Portanto, garanti que a solução estava sujeita à apreciação do Tribunal de Contas sempre que este Tribunal queira, como está sujeita à apreciação de todas as entidades, a começar pela própria Assembleia da República.

Nesta matéria, Srs. Deputados, vou ser muito franco, o que me espanta não é o facto de a Assembleia da República ter criado uma comissão de inquérito para apreciar como foram feitos todos estes procedimentos. Considero legítimo, natural e é da minha obrigação vir explicar. O que me espanta é, durante tantos anos de total paralisia, de não utilização dos dinheiros, de não garantia de que estavam a ser cumpridos os compromissos que os operadores tinham com o Estado, a Assembleia da República nunca ter feito uma comissão de inquérito para se informar e perceber por que é que nunca tinham transferido os 25 milhões de euros, que desde 2003 ainda não estavam no Estado, por que é que ainda não tinham sido aplicadas praticamente nada, tirando cerca de 1 milhão de euros... Isto é que me admira, mas estou aqui para responder.

Garanti que o Código dos Contratos Públicos fosse aplicado pelo Tribunal de Contas.

Mais, Srs. Deputados: também é público e sabem que corresponde estritamente à verdade, porque vários relatórios do Tribunal de Contas o referem e o Sr. Presidente do Tribunal de Contas o referiu várias vezes, que o Ministério das Obras Públicas, para além do contributo e empenho que deu na elaboração do novo Código dos Contratos Públicos, é conhecido (consta dos relatórios de apreciação do Tribunal de Contas) por aplicar, de uma maneira geral, todas as recomendações do Tribunal de Contas quando faz auditorias. Tenho muito respeito pelas recomendações do Tribunal de Contas e empenho-me em aplicá-las, porque considero que estou a contribuir para que o sector público funcione melhor, seja mais eficiente e mais transparente.

Portanto, esta foi a minha postura neste processo.

A Fundação é uma boa solução. Para mim, é a melhor solução, porque é eficiente, custa zero ao Estado, permite atingir os objectivos que o Estado tinha, que era monitorizar o acompanhamento desse programa, e, ao

mesmo tempo, naquilo que são actos próprios da Fundação, as entidades fiscalizadoras, como o Tribunal de Contas, a Assembleia da República ou quem quer que seja, podem intervir, inquirir, informar-se, pedir dados, etc.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mário Lino.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, começo com um ponto prévio.

Sei que disse que os números que estava a dar eram números de uma ordem de grandeza, mas a diferença que encontro não é nos valores globais, entre os 920 milhões de euros e os 850 milhões de euros, à data de Setembro — números dados ontem pelo Sr. Presidente da Fundação e números dados pelo Sr. Eng.º Mário Lino agora —, é nos beneficiários. O Presidente da Fundação referiu 256 milhões de euros e o Sr. Eng.º Mário Lino refere 340 milhões de euros.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Eng.º Mário Lino disse 340 milhões de euros para os beneficiários e ontem (já testei aqui com colegas que tomaram a mesma nota que eu) falou-se em 256 milhões de euros. Sr. Eng.º Mário Lino, aconselho-o, para a próxima, a tirar umas fotocópias, mesmo nas máquinas ainda a preto e branco, para levar para casa, porque, porventura, não teríamos agora esta divergência de números.

*Protestos do Deputado do PS Luís Gonelha.*

Em Setembro de 2009. Significa que, para o Presidente da Fundação, deveriam ser mais.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como sabe, nunca interrompo os Srs. Deputados, mas permita-me que, em relação a esta questão, faça uma excepção para a clarificar.

Ouvi ontem a entrevista do Sr. Presidente da Fundação. Não me lembro do número que deu. Não estive a tomar nota dos números que ele deu para dar os mesmos. Mas há um número que eu sei. Ele disse que a participação dos beneficiários era de 37%. Se calcular 37% de 900 milhões de euros, não pode dar cerca de 200 milhões de euros ou, então, não é 37%. Se ele disse 37% e pronunciou 240 milhões de euros é porque se enganou, visto que são 340 milhões de euros. Caso contrário, não era 37%. Mas ele disse que eram 37%.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Eng.º Mário Lino, teremos oportunidade de esclarecer. Agora, estou no uso da palavra e vai descontar no meu tempo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Peço desculpa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De qualquer forma, quero dizer que me preocupa o conteúdo e não tenho nada a opor à ideia e aos objectivos e à boa vontade, ou seja, à bondade do projecto. Aliás, gosto muito do *slogan* publicitário que diz que não importa o destino, o que importa é o caminho que fazemos para lá chegar. E é esse caminho que gostaríamos de avaliar.

Estamos desde ontem a tentar perceber qual é a figura jurídica desta Fundação e como é que isto começou. Sabemos que havia um fundo. Hoje

de manhã, percebemos que precisamos saber onde é que ele estava, quem o controlava, porque já sabemos que esses 25 milhões de euros passaram automaticamente para a constituição da Fundação para as Comunicações Móveis. Diz o Presidente da Fundação que só isto é que é parte pública, só isto é que está sujeito a contratação pública, só isto é que deve gerar... Tudo o resto não está, e o Sr. Eng.º Mário Lino fez a mesma observação.

Há pouco, quando num aparte disse que a doutrina diverge, foi porque fui ver as contas da Fundação que nos foram enviadas (está num CD), segundo as quais: Depósitos à Ordem na Caixa, 775 milhões de euros. Ou seja, não são só 25 milhões de euros. É evidente que o Prof. Freitas do Amaral nos explicou e o Sr. Eng.º Mário Lino disse-nos hoje que adoptou aquele modelo de *foundation mailbox* e até falou num envelope que entra e sai, e, de facto, depois o dinheiro sai.

Vamos ter de aprofundar esta questão. Faremos requerimentos para saber exactamente o que querem dizer estes débitos e créditos, este saldo médio e este depósito à ordem. Portanto, não são só 25 milhões de euros. Há mais.

Assim, apesar de considerar, como acho que considera — e dir-me-á se sim ou não — que a Fundação, como diz o seu Presidente, é totalmente de direito privado e, como tal, o Estado e as entidades que fiscalizam a legalidade e a transparência nada têm a opor... Aliás, o Prof. Freitas do Amaral explicou-nos hoje de manhã que, mesmo que assim não fosse, a lei é omissa quanto à necessidade de auditoria, independentemente de eu olhar para os Estatutos da Fundação que dizem que as contas terão de ser auditadas anualmente por uma entidade independente. Não sei se houve alguma em 2008. Se houve, qual foi?

Portanto, se considerar isso, obviamente que temos uma resposta. Só considera 25 milhões de euros, considera que a Fundação é totalmente de direito privado, nada a fazer.

Se considerar (até porque já li ontem, já li hoje e não vou ler outra vez) que o Estado aloja a Fundação, embora provisoriamente, no Ministério das Obras Públicas, nomeia assessores ou ex-assessores do Ministro e do Secretário de Estado das Obras Públicas, segundo uma cláusula que existe nos contratos actua subsidiariamente, ou seja é fiador dos contratos, assina conjuntamente com a Fundação todos os contratos e ainda paga às operadoras em substituição dos fornecedores, paga às operadoras antes delas próprias receberem dos fornecedores, ou seja, talvez naquela *mailbox* que circula, pergunto: perante isto, V. Ex.<sup>a</sup> não entende que a boa fé, o dever de transparência, do bom uso da causa pública deveria agilizar processos de auditoria e de transparência? Pode ser uma questão de opção.

Não sei quanto custaram os filmes publicitários do *Magalhães*, mas eles foram feitos e, porventura, valeria a pena, ao mesmo tempo que se fazia um filme publicitário, legitimamente (o Governo assumiu que aquilo é uma bandeira do Governo, nada a opor), também cuidar da publicidade e da transparência de fundos, que, para nós, são públicos e os depósitos mostram-no. Como bem explicou o Prof. Freitas do Amaral, a partir do momento em que a posse do dinheiro passa para a esfera da Fundação, passa a ser dinheiro público na Fundação, logo passa a ser uma Fundação pública de direito privado, sujeita às regras da contratação pública, sujeita ao visto do Tribunal de Contas, sujeita à fiscalização do Ministério das Finanças. Aliás, ele até diz isto por analogia: mesmo que nada disto se passe, estas regras devem ser cumpridas. E a isto é que ele chamou uma coisa *sui generis*. E vimos que nada disto é cumprido.

Passo a uma segunda ordem de perguntas que têm a ver com o Programa e.escolas. Há dúvida se o contrato com a Microsoft também deveria ou não ter sido por concurso público. O Sr. Eng.º Mário Lino dirá que não, porque não temos nada a ver com isso, foram as operadoras. E, nesta matéria, havia, de facto, duas opções. O Sr. Presidente dizia ontem

que havia várias, mas que são duas: a Microsoft e a Caixa Mágica. Portanto, havia só duas.

Uma carta de entendimento com a Microsoft diz, num dos parágrafos, que o Ministério «(...) concorda que qualquer conteúdo de *marketing*...» — estou a falar só de *software* — «...que seja por esta autorizado distribuído no âmbito da iniciativa...», e escolas, «... incluirá a marca Windows e designará a Microsoft como principal patrocinador da iniciativa». Não é um contrato, é apenas uma sugestão de que aquele é o principal. Pergunto se isto não sugere (embora não seja uma obrigação) que, de facto, é aquele o parceiro. Aliás, o Ministério das Obras Públicas detém as licenças da Microsoft, foi feito um acordo com a Microsoft.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se não tem, é uma nova resposta, porque ontem o Sr. Presidente da Fundação confirmou que sim, mas admito que...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não! Pelo contrário, até disse que não havia licenças!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Admito, mas o Deputado do Partido Comunista acabou por mostrar, inclusivamente, as licenças.

No e.escolinha praticamente só há um fornecedor ou há um fornecedor principal, que é a JP Sá Couto. E, segundo notícias — às quais não estou a dar credibilidade, mas é a primeira e presumo a última vez que farei uso delas —, o *Magalhães* dá 46,8 milhões de euros à JP Sá Couto. V. Ex.<sup>a</sup> diz que não há acordos, não há documentos, não há absolutamente nada! Pode não haver, mas já lhe vou mostrar um documento que há.

Mas, mesmo que não haja, como diz o povo, «branco é, galinha o põe!». Olhamos para esta fotografia desta notícia relativa à promoção do *Magalhães* e quem está? O Eng.º Sócrates, o Presidente da JP Sá Couto, o Carlos Zorrinho, o Paulo Campos e o Mário Lino. Esta fotografia diz tudo.

Pergunto, Sr. Eng.º Mário Lino, se conhece ou não um memorando de entendimento do e.escola no âmbito da iniciativa *Magalhães*, assinado pelo Ministério das Obras Públicas e pela Intel. Na cláusula VIII deste memorando diz-se o seguinte: «De acordo com os objectivos da Intel e no âmbito deste Memorando de Entendimento, esta investigará e acordará com o MOPTC a implementação do seguinte: localização de *software* e *hardware* em português; ajudar a identificar um (...) (fabricante de equipamentos originais) com capacidade potencial para operar a nível nacional e internacional; oferecer aconselhamento a um ou mais (...) (fabricantes de concepção original) na produção de produtos tecnológicos com base em Intel, em Portugal; (...) identificar e fornecer apresentações a potenciais clientes; identificar e fornecer apresentações a fornecedores de ecossistemas; partilhar técnicas de *marketing* (...)».

Pergunto se isto não configura (para mim, configura) uma indicação clara de que o fabricante deveria ser a JP Sá Couto, que, aliás, detinha a licença com a Intel, embora houvesse no mercado outros produtos, do tipo... Aliás, esse *classmate* até já era produzido noutros países. Este produto de computadores para crianças existia...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em muitos países!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... em muitos países. Portanto, pergunto se é assim ou não, porque as operadoras não eram obrigadas a pagar ao fornecedor, quem pagava era a Fundação. Não havia qualquer

acordo de fornecimento entre as operadoras e a JP Sá Couto. Mas quem pagava, depois de receber, conforme dizem os contratos, era a Fundação.

Este memorando diz tudo. Este memorando deixa claro que houve aqui... Aliás, estas dúvidas são exactamente as mesmas dúvidas que leva a União Europeia a fazer perguntas. Gostava de saber quais foram as perguntas à data em que V. Ex.<sup>a</sup> era Ministro, quais eram as dúvidas e quais foram as respostas dadas. A determinada altura pediu tempo para responder, mas, entretanto, deve ter respondido. Portanto, eu gostava de saber quais foram as perguntas, as dúvidas e se elas tinham, ou não, subjacentes este memorando.

Gostava de saber se conhecia isto, porque foi tão peremptório, disse duas vezes que não havia nenhum papel, nenhum documento, nada. Mas existe este, posso facultar-lhe uma cópia, se entender, se tiver dúvidas de que este documento existe.

Para já, são estas as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, torno a dizer que não há contratos. O Sr. Deputado disse que havia contratos do Estado, ou da Fundação, com operadores. O senhor é capaz de me mostrar algum, indicar-me algum, sugerir-me algum? Não!

Não há nenhum contrato do Estado ou da Fundação com nenhum distribuidor de equipamentos. Não há! Foram todos assumidos pelos operadores, como eles próprios reconhecem até numa declaração pública conjunta que fizemos, que há pouco li, e que o Sr. Deputado conhece.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E do *software* também não?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Um momento, respondo a tudo. Não deixo nada por responder, Sr. Deputado.

Primeira questão: não há qualquer assinatura de contratos para comprar computadores.

Pretendem saber se os contratos deveriam estar ou não a ser monitorizados, acompanhados, certificados ou controlados pelo Tribunal de Contas. Deveriam e estão. Foi feito de maneira a estarem, e estão — nisto estamos de acordo.

Já expliquei ao Sr. Deputado e penso que é fácil compreender — como não acredito que o Sr. Deputado esteja de má fé, penso que ainda não quis ler com atenção.

As ditas contrapartidas, como sabe, não são dinheiro que os operadores têm de dar ao Estado para nada, como hoje quiseram fazer crer ao Sr. Prof. Freitas do Amaral. Não está escrito em nenhum contrato, nem nas propostas, porque se não também seria uma grande incompetência do governo, no qual, aliás, o seu partido esteve, porque nunca conseguiu trazer esse dinheiro para o Estado em três anos e meio. Não conseguiu trazer!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso foi em 2000, já o disse há pouco. O governo do PSD/CDS foi em Março de 2002.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu sei. Até 2005, não entrou dinheiro nenhum!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Os factos a se que está a referir passaram-se em 2000 e em 2001.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu sei, mas até 2005... Estamos a dizer o mesmo, Sr. Deputado. Se fosse dinheiro do Estado, não se percebe como é que, entre 2002 e 2005, não conseguiram trazer nem os 25 milhões euros! Nem este dinheiro veio, quanto mais os outros!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Um momento, Sr. Deputado, vou responder a tudo. Se o Sr. Deputado não considerar a resposta satisfatória, procurarei explicar de novo. Não tenho pressa...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já somos dois!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... e venho cá as vezes que forem necessárias.

Sr. Deputado, o que há são compromissos e o Sr. Deputado percebe que não tem nada a ver com dinheiro. Se se diz: «Eu, Vodafone, vou-me preparar e organizar internamente e faço uma fundação. Para isto vou aplicar 10 milhões de euros». A Vodafone não tem de dar 10 milhões de euros ao Estado para o Estado lhe criar a Fundação. Ela cria a fundação e diz: «Já criei, gastei 10 milhões, abata lá as contrapartidas». É isto.

«Vou fazer pacotes com tarifários mais baratos para as zonas rurais» e diz «O tarifário para as zonas rurais é tanto, esta diferença vale tanto», não é para dar o dinheiro ao Estado. Eles é que passam a receber menos dos utilizadores, porque pagam um tarifário menor, e isto tem uma tradução financeira.

Portanto, as contrapartidas eram todas deste género.

Sr. Deputado, leia as propostas e leia as licenças e verá que o que estou a dizer é estritamente a verdade, e o Sr. Deputado sabe.

Portanto, não há nenhum dinheiro. Não há nenhum dinheiro para entregar ao Estado. Nem os operadores ficaram de entregar nenhuma vez dinheiro ao Estado, com a excepção dos 25 milhões de euros, e, mesmo estes, de acordo com o despacho do Ministro da Economia (correcto, do meu ponto de vista) se entende que são não pagar as licenças, porque estas tinham sido pagas pelos operadores (cada um pagou 100 milhões, incluindo a OniWay, que pagou, e não lhe devolveram o dinheiro, depois, desistiu delas, paciência...)... Mas, a título de contribuição, para a sociedade da informação, tinha de pôr 25 milhões numa fundação que estava a ser ultimada pelo Governo. Foi o que disse o Dr. Carlos Tavares, e bem!

Quanto à Microsoft, Sr. Deputado, ouvi, ontem...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Antes gostava que explicasse a conta à ordem na Caixa Geral de Depósitos!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, quer que comece por essa? Então vou começar por essa.

Sr. Deputado Hélder Amaral, não sou jurista, mas permita-me que dê este pequeno exemplo: se eu fizer um compromisso com o Sr. Deputado Jorge Costa, em que ele me faz uma coisa e eu tenho de lhe pagar, e, depois, peço ao Sr. Deputado Hélder Amaral para ficar com o meu cheque para pagar ao Sr. Deputado Jorge, esse dinheiro é seu? Não, o senhor apenas está a funcionar... Nomeei-o como meu representante para pagar as minhas dívidas. Entrego-lhe o dinheiro e o senhor paga as minhas dívidas. O senhor não assumiu dívida nenhuma, nem o dinheiro passou a ser seu quando lho dou para a mão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O raciocínio está correcto, com um pequeno senão: o dinheiro que advém das contrapartidas, pago pelos operadores, é dinheiro devido ao Estado.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é dinheiro! Primeiro, não é dinheiro...!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É dinheiro público! Batatas é que não são!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado tem de consultar... O Sr. Deputado fará o que quiser, mas explique-me como é que considera que um operador que diga «vou criar uma fundação e isto vai-me custar 10 milhões de euros» deve este dinheiro ao Estado?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É ou não contrapartida?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É, mas não deve ao Estado. O que ele deve ao Estado é fazer a Fundação, Sr. Deputado. O Sr. Deputado pode consultar os juristas que quiser. Aceito o repto do Prof. Freitas do Amaral ou outro qualquer e pergunto...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é, Sr. Deputado. Nunca foi e não é! Se assim fosse o senhor tem de me explicar por que é que esta dívida nunca esteve nas contas do Estado. Então, deveria constar desde 2000. Inclusivamente, entre 2002 e 2005, um período em que os partidos com

tanta atenção e sensibilidade a este problema teriam tido certamente o cuidado de pôr lá esta dívida dos operadores. Nem os 25 milhões estão, Sr. Deputado. Quanto mais os 930!

Não há licenças. O Sr. Deputado pode ouvir, porque ouvi em directo... O Sr. Presidente da Fundação explicou que não há licenças. Houve um Sr. Deputado que perguntou: «mas onde é que estão as licenças?» As licenças não estão no Governo! O Governo não tem licenças, não contratou licenças!

O que o Governo fez foi uma habilitação. Como estava preocupado em que o preço deste computador fosse o menor possível, discuti com a Microsoft, dizendo: «Se e para aqueles casos em que os operadores, os fornecedores do equipamento, os distribuidores do equipamento, quem for fornecer os computadores, queiram lá ter *Microsoft*, nestes casos, quero combinar convosco que irão considerar que eles estão a fazer um programa de grande interesse pedagógico, etc., e, portanto, vão aplicar a esses operadores a tarifa que, no vosso tarifário, tem preços...». Sim, senhor, é para o Programa e escola, é uma iniciativa muito boa...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Conhece o que está nesta carta? A carta foi assinada pelo Ministério das Obras Públicas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Oiça, mas eu não estou a dizer que não foi. Estou a dizer-lhe que não há nenhuma licença.

O Sr. Deputado disse que o Ministério tinha contratado licenças. Não contratou licença nenhuma, não pagou licença, não recebeu licença. Não há nenhum dinheiro envolvido pelo Ministério, nem pela Fundação, em licenças, Sr. Deputado. Quem paga as licenças são os operadores e os que produzem os equipamentos ou os distribuem. O que o Governo fez foi assegurar que a Microsoft, nos casos em que o seu *software* fosse utilizado,

considerava um tarifário melhor, porque era para um programa com grande interesse didáctico. Foi isto que foi feito.

Quanto ao protocolo com a Intel, o Governo não comprou nada à Intel, nem contratou nada com a Intel. Fez exactamente a mesma coisa; o que o Governo fez foi — até podemos dar outros exemplos — dizer a todos os intervenientes que pudesse ter junto desses fornecedores que se fornecessem componentes deveriam considerar melhores condições de preço a quem os comprasse, porque aquilo destinava-se a ser utilizado por estudantes e professores no âmbito de um programa com grande impacto pedagógico. Foi o que o Governo fez.

Sr. Deputado, por amor de Deus! Perguntou-se se eu estive com o Sr. Primeiro-Ministro, numa cerimónia pública, a fazer propaganda da JP Sá Couto?! Sr. Deputado,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, antes disso...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Desculpe, Sr. Deputado...

Há alguma empresa portuguesa, que o senhor conheça, que esteja envolvida em projectos de exportação, que eu não tenha aparecido a apoiá-la? Não foi só a JP Sá Couto, foi a Teixeira Duarte, a Mota & Companhia, a Soares da Costa, a Portugal Telecom, a Sonaecom, a Vodafone, qualquer empresa portuguesa.

Fui a Marrocos, à Argélia, à Argentina, à Tunísia,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — À Venezuela!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... à Venezuela, exactamente, para fazer a promoção das empresas portuguesas, e tenho muito orgulho nisto, Sr. Deputado. Apareci nas fotografias com os donos dessas empresas. Ora, a

JP Sá Couto, que é uma empresa portuguesa, que dá trabalho a trabalhadores portugueses, que trabalha em Portugal...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quanto a isso estamos todos de acordo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O senhor acha que eu deveria apoiar a Toshiba?! Não, apoiei a JP Sá Couto, e a JP Sá Couto, que eu saiba, vendeu, exportou, com benefício para o País, pelo menos 400 000 computadores, se não muito mais.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nisso estamos de acordo, mas não foi essa a minha pergunta.

O que disse duas vezes foi que não havia documento algum, sugestão nenhuma, indicação nenhuma...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E não há!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tenho aqui a cópia do memorando, assinado pelo Ministério das Obras Públicas, na presença do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal, com o Presidente da Intel, Craig Barrett, que diz à RTP que a decisão de avançar para o *Magalhães* neste termos não foi nossa, Intel, foi uma decisão portuguesa, do Ministério,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Portuguesa não é Ministério. Portuguesa é Ministério?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... e onde estão as cláusulas que lhe li.

A única coisa que quero que me diga é se volta atrás com a afirmação que fez e reconhece que há este memorando.

Afirmou duas vezes que não havia documento nenhum, memorando nenhum, carta nenhuma, absolutamente nada que tivesse a indicação., que aqui está clara, de que é a Intel, e Intel só pode ser JP Sá Couro, porque a JP Sá Couto é detentora este *classmate*, deste computador e deste formato *Magalhães*.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, insisto que o Governo nunca assinou nenhum documento e esse documento nada tem a ver com qualquer contrato do Estado com a JP Sá Couto, nem com quem quer que seja.

O Governo acordou com a Intel em que a Intel, no caso de serem utilizados os seus processadores, o faria nas melhores condições possíveis

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, não vou ser injusto e dizer que foi o senhor, mas houve muito boa gente (e não sei se o senhor está entre eles)...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Por isso é que estou a dizer «muito boa gente».

Como eu dizia, houve muito boa gente que, quando apareceu o computador *Magalhães*, disse que, como o *Magalhães*, havia dezenas por todo o mundo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Alguns! Uns cinzentos, outros amarelos. E reparou que tinham todos os processadores da Intel?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Alguns, uns cinzentos outros amarelos! Reparou que tinham todos o processador da Intel?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem! E todos com o processador da Intel?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não era para o *Magalhães*...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Se calhar com o processador da Intel.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não sei... Então, se é mais barato, o Sr....

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem! O que ouvi dizer foi que a Toshiba até estava a encarar não ir ao concurso que agora foi aberto, porque não tinha condições de preço para apresentar. Mas como tem mais barato, talvez seja erro deles.

Quanto às perguntas da União Europeia, peço-lhe o favor de não interpretar isto como eu não querer responder, mas, de facto, não tenho as perguntas da União Europeia, nem faço ideia. Esta é uma matéria corrente que era tratada no âmbito da delegação de competências do Sr. Secretário de Estado. Sei que a União Europeia fez umas perguntas, como faz a respeito de muitas coisas, a que os serviços respondem, e é o Sr. Secretário de Estado quem trata disso. Foi um processo interactivo, não se passou apenas com uma pergunta e uma resposta. Já foram inclusivamente lá delegações da Fundação explicar e entregar documentos e eles pedem mais dados, mas, relativamente a isto, o Sr. Secretário de Estado, que, aliás, continua no Governo, poderá dar mais pormenores que eu agora não posso dar.

Portanto, Sr. Deputado, admito que haja uma mistificação involuntária por parte de alguns Srs. Deputados quando dizem que a Fundação pagava primeiro e que só depois é que os operadores pagavam. Parece que querem dizer o seguinte: a Fundação dava 10 aos operadores e

os operadores pagavam 10. Não, Sr. Deputado! O Sr. Deputado sabe que não é assim. A Fundação paga aos operadores a parte que tem de pôr. Passo a explicar: dos 980 milhões, a Fundação paga 25% aos operadores e os operadores pagam os 100%. Não é o mesmo dinheiro, Sr. Deputado! A Fundação só tem de pagar a parte que corresponde a compromissos do Estado, que é 25% do total.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Mas é só para honrar os compromissos!

Leia: «A Fundação tem por obrigação (...)». E o Estado, no protocolo que fez com os operadores, garantiu que assegurava que a Fundação, que era a entidade que o Estado... O Estado transferiu para a Fundação a responsabilidade de gerir, de acompanhar e de monitorizar este Programa e está a dizer: «estejam descansados que nós daremos à Fundação os meios necessários para ela honrar os compromissos do Estado». Isto porque, se não desse, a Fundação diria: «olhe, eu é que estou a fazer, mas não tenho dinheiro». Não! O Estado responsabiliza-se por pôr lá dinheiro, porque são compromissos do Estado. O Estado comprometeu-se que assegurava o pagamento de uma parte, que, como se viu, são 25%, e pagava-a através da Fundação.

Como a Fundação não pode ter um «saco azul» — admito eu, que não sou especialista em contabilidade —, quando recebe esse dinheiro, deve pôr numa rubrica que recebeu e noutra que está a dever a quem o pôs lá, porque recebeu do Estado e ficou a dever ao Estado. E, depois, quando prestar contas, diz ao Estado que já pagou e a conta fica saldada. Aquele dinheiro não é para a Fundação gerir, não é para a Fundação mexer, a não

ser para pagar aos operadores, de acordo com uma informação que previamente mandou ao Estado. A Fundação informa o Estado: o balanço das contas, até agora, é este, daqui resulta que o compromisso do Estado para a TMN é tanto e está validado. O Estado passa um cheque, digamos assim, põe o dinheiro na Fundação para ela pagar.

Esse dinheiro não é da Fundação, não foi entregue à Fundação para ela gerir, para o seu património ou para as despesas correntes, tem apenas um destino, que é pagar o compromisso do Estado. A Fundação funciona, se quiser, como um mero intermediário, porque é quem está a gerir o Programa. Acho que isto é compreensível, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado pode dizer assim: eu teria feito de outra maneira. Acredito. O que acontece é que não fez! Teria feito, mas não fez! Eu fiz desta, mas fiz, e distribuí 1,2 milhões de computadores em dois anos, Sr. Deputado. Este é um facto,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há vários factos!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... que não só admiti, mas fiz! O Sr. Deputado teria feito de outra maneira, não sei qual seria e que resultados conseguiria. Mas há uma coisa que eu sei: não fez e teve oportunidade de fazer, nem inquiriu por que é que não estava a ser feito, e já é Deputado há muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mário Lino.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na minha primeira intervenção, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Mário Lino e por perguntar se as contrapartidas não são dinheiro,

então, qual foi a forma que encontrou para materializar as contrapartidas enquanto dinheiro. Ouvimos falar nos 1300 milhões de euros, mas também ouvimos falar nos 931 milhões de euros, cuja forma de pagamento, segundo o que o Sr. Engenheiro disse aqui esta tarde, foi negociada com os operadores. Por isso, as contrapartidas foram, efectivamente, materializadas em dinheiro.

Uma vez que, no despacho de 2006, são referidos os tais 1300 milhões de euros, gostava de saber como é que foi calculado este valor e se ele decorre do somatório de todas as contrapartidas que os quatro operadores se comprometeram a pagar no âmbito do concurso. Isto porque, se for como eu estou a dizer, a conclusão que se tira é a de que as contrapartidas devidas à OniWay seriam à volta dos 370 milhões de euros.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — 400 milhões de euros!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está a corrigir-me para um valor ainda superior: 400 milhões de euros.

Ora, destes 400 milhões de euros — quero que me confirme isto —, existiu um perdão de 375 milhões de euros em 2003, através do Despacho do Ministro da Economia de então, o Dr. Carlos Tavares. Na prática, foi isto que aconteceu ao distribuir-se o espectro electromagnético da OniWay pelos restantes operadores, sem se lhes exigir as obrigações que a OniWay tinha assumido e pelas quais tinha ganho a sua posição no concurso. É que, destes 400 milhões de euros, apenas 25 milhões de euros chegam depois a materializar-se na existência da Fundação.

O Sr. Eng.º Mário Lino também nos disse esta tarde que a ideia da Fundação já é antiga, data de 2001 e vem dos próprios operadores. Gostava de lhe fazer algumas perguntas sobre este tema, porque a opção do Governo, quando tomou em mãos este *dossier*, foi a da criação de um

Fundo para a Sociedade de Informação. Ora, se era vontade dos operadores criar uma fundação, por que é que o primeiro passo foi o da criação de um fundo e por que é que na criação deste fundo e nos 14 meses que se seguiram a este acto de criação não foram levados a cabo os protocolos que tinham sido acordados entre o Estado e os operadores de capitalização do Fundo? Acho que é importante que este assunto seja esclarecido.

Tivemos, depois, o processo de criação da Fundação. Ontem, o Presidente da Fundação e também, hoje, o Sr. Engenheiro vieram dizer-nos que o Governo, no fundo, respondeu às necessidades, aos anseios e à vontade dos operadores para a criação de uma fundação. Bem! Mas é o próprio Governo que, num despacho ministerial, diz que vai criar um grupo de projecto para avaliar a criação da Fundação. Isto é verdade, está...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Posso fazer chegar-lhe o conteúdo.

O que o Governo diz é que cria um grupo de projecto para definir...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Exactamente.

Criou um grupo de projecto para definir...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não. Estou a citar de memória, mas far-lhe-ei chegar este documento.

Estava eu a dizer que o Governo cria um grupo de projecto para definir a forma como devia ser criada a Fundação...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Far-lhe-ei chegar isto! Ontem, inclusivamente, isto não foi desmentido pelo Presidente da Fundação! De momento, não tenho acesso a esse documento, mas far-lho-ei chegar em breve.

Posto isto, e ainda antes de entrar no processo da Fundação, gostava de ir novamente à questão do memorando com a Intel, porque, a meu ver, este é um ponto fundamental para, depois, esclarecermos a ligação final do Governo à JP Sá Couto. A própria porta-voz da Intel disse, na altura da assinatura do memorando: «Que esta é a maior venda de sempre da Intel». Mais, disse: «Com este processo a Intel passará, inclusive, a ter direito de conselheira tecnológica do Ministro Mário Lino».

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pode repetir?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isto são palavras da Agnes Kwan, porta-voz da Intel. Ela disse o seguinte: «A Intel passará a ter direito de conselheira tecnológica do Ministro Mário Lino». É o que ela diz! Se quiser, também lhe farei chegar a notícia da comunicação social que diz o mesmo, e não tenho registo de alguma vez ter sido desmentida.

O Governo assume o memorando com a Intel, chegando-a para próximo do seu poder de decisão; define, a partir daí, as características do computador e-escolinha; define, inclusive, para além das características dos

computadores a nível electrónico e a nível de *software*, a forma como o seu fornecedor deverá estar organizado — esta é mais uma inovação sobre o processo —, por isso gostava de saber como é o Governo, definindo tudo isto, estreitando esta malha de forma a que só um passasse por ela, diz que nada tem a ver com a escolha dos operadores.

Sobre este tema, gostava ainda de fazer mais uma pergunta, porque me parece necessário esclarecer a forma como o Governo chegou ao preço de 213 € mais IVA, que dizia que pagava, como valor máximo, pelo *Magalhães*, que incluía, para além do computador em si, todo o serviço de logística, de distribuição e, inclusive, de apoio aos utilizadores. Dado que este é um processo que achamos ser basilar na escolha, depois, da JP Sá Couto, é necessário também esclarecer como é que se procedeu para lá chegar.

Agora, gostava de ter algumas informações sobre as opções que foram levadas a cabo no âmbito dos dinheiros da Fundação, porque, ontem, o Presidente da Fundação disse-nos que só os 25 milhões é que estão na esfera do dinheiro público e, hoje, o Sr. Professor Freitas do Amaral vem dizer-nos que todo o dinheiro que entra na Fundação, por esta ser uma fundação pública de direito privado, é considerado dinheiro público, inclusive aquele que os operadores terão dado como entrada inicial para o Programa e-escolinha,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exacto!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... ou seja, os tais 100 000 euros da Sonaecom, os 250 000 euros da Vodafone e os 11 milhões da TMN. Por isso, todo este dinheiro — volto a dizer — é considerado público.

Pergunto: como é que esta entidade, que tem sob a sua alçada dinheiro público, não apresenta as contas da gestão deste dinheiro público?

Como é que o Ministro das Obras Públicas, que era quem estava com a tutela desta Fundação, não leva a cabo as auditorias que me parecem óbvias e necessárias?

Por outro lado, diz-nos o Sr. Eng.º Mário Lino que o dinheiro público nada tem a ver com a compra dos *Magalhães*. Bem! O que vemos, na prática, é o contrário, porque só um conjunto reduzido de *Magalhães* é que foi activado ao abrigo do acordo com os operadores e todos os acordos, todos os contratos, que existiam entre o Ministério das Obras Públicas, a Fundação e os operadores, todos eles, diziam que só havia lugar a ressarcimento por parte dos operadores caso existisse activação do *Magalhães*. Ora, no meio dos 410 000 computadores *Magalhães* distribuídos, se 10 000 tiverem sido activados... — e acho que este número já peca por excesso —, todos os outros 400 000 computadores, ao contrário das previsões iniciais do Governo e, já agora, dos próprios operadores, tiveram de ser custeados, numa grande parte ou totalmente, pelo Governo e alguns deles por uma pequena parcela dos beneficiários.

Em relação a isto, faço duas perguntas muito concretas: foi mesmo assim, ou não? Se foi mesmo assim, as contas reais do Ministério saíram goradas, porque parece-nos que, ao contrário do que nos disse, a vertente de dinheiros públicos que esteve envolvida no e-escolinha foi muito superior ao dinheiro que tinha sido inicialmente previsto.

Já agora, para terminar, deixo-lhe aqui uma das perguntas mais importantes que queremos discutir nesta Comissão: se foi o Estado, com uma pequena parcela dos beneficiários, a suportar a grande quantidade de computadores *Magalhães* que foram distribuídos, não deveria o Estado ter levado a cabo um concurso público para aquisição dos computadores?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso era muito difícil!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares fez-me algumas perguntas ou afirmações às quais já respondi à exaustão, mas volto a responder.

Já expliquei ao Sr. Deputado de onde vêm os 1300 milhões. Aliás, eles só vêm referidos no preâmbulo de uma resolução do Conselho de Ministros, julgo eu, que foi feita por mim e não diz 1300 milhões, diz «pelo menos 1300 milhões». Isto resulta da soma aritmética de todas aquelas verbas apresentadas nas propostas dos quatro operadores, que diziam «se estima em tanto...», «deverá ser da ordem de...». Fui fazer as contas para ter uma ordem de grandeza de quanto aquilo dava e, tudo somado, dava para cima de 1300 milhões. Lembro-me que da parte do OniWay deveria ser qualquer coisa como 400 milhões ou um pouco mais.

O Governo, na altura que aprovou a revogação da licença da OniWay, não perdoou nada. O Governo não perdoou porque as contrapartidas de qualquer dos operadores só faziam sentido associadas a um *business plan*, a uma actividade comercial que eles iriam desenvolver — iriam vender telemóveis, ter ligações, etc. — e, por causa disto, pagavam. Como ele concordou em que a licença fosse revogada, aquele operador não teve qualquer negócio. Portanto, não lhe perdoou nada! Revogou o contrato! Acabaram as obrigações, porque não tinham lugar, porque ele não tinha exercido qualquer actividade. Onde é que a OniWay ia buscar os 400 milhões, se não teve licença?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se me permite, o perdão a que me referi não foi à OniWay,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Foi a quem?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... foi aos restantes operadores ao ficarem com o espectro da OniWay!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não!

O Sr. **Pedro Filipe Santos** (BE): — E, se me permite, já agora, porque já tive acesso ao documento...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não! Peço desculpa! Mas não perdoou nada, pelo contrário. Para o espectro o Sr. Ministro da Economia na altura definiu quais eram as obrigações dos outros três operadores. Relembro: primeiro, em relação aos quatro projectos que já tinham sido contratados, os outros três tinham de assumir a parte que era da OniWay; segundo, tinham de pôr 25 milhões. Não lhe perdoou nada! Agora, não podia era ir cobrar aos outros três operadores os compromissos que a OniWay tinha de assumir se tivesse desenvolvido a actividade comercial durante 15 anos. O Sr. Deputado compreende que isto seria uma coisa absurda, porque os outros não iriam assumir a actividade da... Os outros operadores já tinham os seus compromissos e tinham de os cumprir. Agora, a OniWay disse que ia fazer uma fundação da OniWay. A propósito de quê é que a Vodafone iria pagar por uma coisa que a OniWay disse que ia fazer, mas que não fez, nem tem licença, nem tem actividade comercial? De qualquer maneira, esta não é matéria do Governo a que pertenci, vem de trás.

O que quero dizer é que estou de acordo com essa decisão, que me pareceu ser de bom senso e bem tomada. Concordará que, se eu não

achasse que era bem tomada, também teria feito as minhas críticas. Mas pareceu-me algo bem architectado.

Segunda questão...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Eng.º Mário Lino, antes de passar à segunda questão, quero dizer que já tive acesso ao documento que há pouco referi, apesar de não estar em concordância consigo na resposta anterior.

O documento que referi é o despacho conjunto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministro de Estado e das Finanças (Despacho n.º 15 475/2007), que cria um grupo de projecto que tinha por missão preparar o enquadramento jurídico e financeiro adequado à transformação do Fundo para a Sociedade da Informação numa entidade susceptível de ser financiada por capitais públicos de que resultou a tal Fundação.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Não fale em Fundação!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi exactamente o que eu disse!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Diga «uma entidade». O senhor disse que eu tinha criado uma fundação e eu disse que era falso. É falso e o senhor está a comprovar que é!

Nesse despacho não há a palavra «fundação», pois não?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Há o resultado do grupo de trabalho...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Desculpe, o resultado, como o senhor disse...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... que indica os operadores para criar uma fundação!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Desculpe, o senhor está a confundir-se. Há várias soluções. Agora, está a dizer-me que só havia uma?!

O Sr. **Presidente**: — Peço que não entrem em diálogo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, chegámos à conclusão de que, de entre as soluções possíveis (e ainda hoje o Professor Freitas do Amaral disse que havia várias), a melhor era a da Fundação.

Mas vamos continuar com as suas perguntas.

Penso que já repeti isto várias vezes e julgo que é fácil de compreender, Sr. Deputado. As contrapartidas não são dinheiro, porque, se fossem dinheiro, quando o Estado fez a licença, teria posto no Orçamento esse dinheiro e dito «estão a dever-me». Mas não pôs, nunca pôs! Mudou-se de governo várias vezes e nunca se pôs! A Assembleia da República também parece que nunca inquiriu onde estava esse dinheiro. Não são os 25 milhões as contrapartidas. Não! Não era dinheiro, eram projectos.

O Sr. Deputado sabe que é relativamente frequente, em muitos concursos, as entidades que concorrem comprometerem-se a fazer certas coisas. Não dão o dinheiro ao Estado para as fazer, eles fazem-nas! Comprometem-se a fazer qualquer coisa e têm de fazer essa coisa, o Estado tem de garantir que eles fazem essa coisa. Não dão o dinheiro ao Estado para o Estado a fazer.

Aqui, as contrapartidas eram isto. Eles tinham de fazer várias coisas. Tinham de apresentar descontos. Não era para o Estado dar descontos, o Estado não vende ligações, quem vende ligações são os operadores. Os operadores diziam assim: «Vou fazer descontos para as zonas rurais. Portanto, vou cobrar menos 100 milhões de euros». Aqui está uma contrapartida de 100 milhões de euros para o desenvolvimento da sociedade da informação. Não tinham de dar dinheiro ao Estado, tinham era de cobrar menos. A contrapartida era isto.

Portanto, a materialização em dinheiro é apenas um indicador. Como há medidas de vários tipos, como elas se podem traduzir em dinheiro — não em dinheiro para se entregar ao Estado, mas o que aquelas iniciativas podem envolver na sua realização —, só tive uma maneira: somar essa iniciativa. Por exemplo, uma Fundação, 10 milhões de euros; baixar as tarifas, 40 milhões de euros. Então, o operador é obrigado a fazer participações de 50 milhões. Não quer isto dizer que tenha de me dar 50 milhões, tem de criar uma fundação de 10 milhões e de baixar as tarifas em 40 milhões. Ora, eu tenho de verificar se isto é feito.

Em resumo, não há dinheiro ali, e, como não há dinheiro, esse dinheiro não está contratualizado. Não é da Fundação, nem os operadores lá têm esse dinheiro. Os operadores têm de fazer projectos que o governo aceite como válidos para efeitos de cumprimento do contrato.

Depois, foi criado um fundo. Esta é uma questão que os Srs. Deputados ainda não abordaram muito hoje, mas sei que, nas audições anteriores, foi bastante focada.

Como já aqui referi, sabíamos que as operadoras propuseram, cada uma delas, a criar a sua fundação, através da qual iriam realizar os seus projectos. Se me perguntar por que é que optaram pela fundação, não faço ideia. Eles acharam que deveria ser uma fundação, e, por acaso, foram todos, os quatro, e até deram nomes às fundações.

Também sei que o governo a que pertenceu o Dr. Carlos Tavares estava a implementar uma fundação. Isto também é verdade.

Bom, quando chegámos para tratar disto, para mim não foi logo claro que teria de ser uma fundação só por causa disso. Era uma indicação, mas tinha de ir ver.

Portanto, primeiro, criámos um fundo. Esse fundo foi criado no papel, mas nunca foi materializado. Não houve dinheiro, não foi preciso abrir uma conta em lado nenhum, porque os operadores não puseram lá dinheiro nenhum. Criou-se um fundo e este fundo era para ser dotado de uma determinada quantia. Mas aí chocou-se com o problema: esse fundo não tem personalidade jurídica. «Como é que depois ele vai funcionar? Põe-se os 25 milhões num fundo... Quer dizer, o Estado abre uma conta na Caixa Geral de Depósitos e vamos lá pôr 25 milhões?! Quem é que fica a gerir isto? Este fundo precisa de ter uma entidade gestora.» Por isso, criámos um fundo e, para materializar esta solução, criámos um grupo de trabalho, a que chamámos «entidade gestora do Fundo», que ainda não estava realizado. Mas, embora se chamasse assim (se ler o despacho que o Sr. Deputado tem), diz que ela é uma equipa de projecto que vai estudar a melhor forma, qual a natureza jurídica que deve ter esta entidade gestora do Fundo. E, ao estudar isto, em discussão com as operadoras, depois de pedir pareceres a gabinetes de consultores jurídicos sobre esta matéria, nós e os operadores concordámos e concluímos que a melhor solução seria uma fundação com estas características. Portanto, fez-se a fundação, porque era a única forma de podermos materializar a transferência do dinheiro, pois passava a haver uma entidade que recebia o dinheiro, e tínhamos quem o gerisse, quem fosse responsável. Seria, portanto, a Fundação. E os operadores puseram lá os 25 milhões de euros, que estão todos realizados.

É esta a razão. Insisto, o Fundo não resulta nem de uma imposição do governo nem de uma imposição dos operadores, foi acordado pelas duas

partes. Portanto, ambas as partes são responsáveis, porque acordaram que esta seria a melhor solução.

Depois, o Sr. Deputado também insiste em afirmar (o que não é verdade, peço desculpa) que o governo fixou as condições mínimas. Não há nenhum documento do governo a fixar condições mínimas, nem preços máximos! Não há nenhum documento do governo a dizer: «as condições mínimas são estas e o preço máximo é este». Não há, Sr. Deputado! Peço-lhe que tome nota: não há nenhum documento do governo a dizer isto! Há um documento assinado pelo governo e pelas operadoras, um documento conjunto, que tanto é do governo como é das operadoras, que resulta de uma discussão sobre esta matéria e onde as partes, em conjunto, decidiram que as características mínimas eram estas e o preço máximo aquele.

O Sr. Deputado pode dizer-me que foram os operadores que impuseram ao governo, ou que foi o governo que impôs aos operadores, ou que foi uma escolha dos operadores, ou que foi uma escolha do governo, mas o que lhe digo é que tudo isso é falso. O que é verdade é que foi uma escolha das duas partes, que discutiram e acordaram, por isso assinaram. Não há um documento do governo a dizer: «Operadores, aqui está! O governo quer que seja assim!». Não, Sr. Deputado! Há um documento assinado em conjunto, que define as características mínimas e diz o preço máximo.

Voltando ao assunto da Intel, não sei se os Srs. Deputados fazem ideia de quantos computadores há em Portugal com processadores da Intel. Deve ser a maioria, das várias marcas. Não percebo por que é que... Se fazemos um acordo, um protocolo, com a Intel, procuramos trazer a Intel para apoiar...

*Neste momento, o Sr. Deputado do PCP Bruno Dias diz que não com a cabeça.*

Sr. Deputado Bruno Dias, é assim!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Engenheiro está muito susceptível!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Se o Sr. Deputado estivesse no governo, é o que deveria fazer. Procurar que as empresas portuguesas tenham as melhores condições possíveis.

Por vezes interrogo-me sobre se o que incomoda os Srs. Deputados é o facto de a JP Sá Couto não ser a Toshiba, ser uma empresa portuguesa, que dá emprego a portugueses... Não percebo bem qual é o problema. Eu fico satisfeitíssimo que seja uma empresa portuguesa, que já exportou não sei quantos milhares de computadores, e tenho muito gosto em apoiar, como apoio e apoiei muitas vezes as empresas portuguesas, e os senhores podem informar-se junto das associações empresariais sobre se isto é ou não verdade. Tanto em Portugal como, principalmente, no estrangeiro, sempre apoiei as empresas portuguesas. Fui ao Brasil para defender os interesses da PT face à Telefónica, relativamente à Vivo. Fui à Venezuela por causa de empresas portuguesas fazerem projectos de barragens, projecto de abastecimento de água, projectos portuários. Fui a muitos sítios para defender as empresas portuguesas. Fui, e fiz bem! E apareci em muitas fotografias, sem Primeiro-Ministro, com Primeiro-Ministro, apoiando as empresas portuguesas. Tenho muito orgulho em ter feito isso e acho que fiz bem.

Portanto, Srs. Deputados, insisto: o governo não se responsabilizou... O governo tem contratos e, nesses contratos, o governo tem de fazer umas coisas e os operadores têm de fazer outras. O que os operadores têm de fazer é ir ao mercado, ver as ofertas disponíveis que

cumpram os requisitos mínimos que eles acordaram com o governo, ver o preço máximo que eles acordaram como governo e apresentar aos beneficiários para eles escolherem. Foi o que fizeram.

Não sou eu que digo, Sr. Deputado. Não sou eu que estou a dizer isto. Já lhe li e posso ler outra vez o comunicado conjunto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e dos três operadores que diz que o governo e a fundação nunca tiveram nada a ver com a compra de computadores, nem com qualquer outro equipamento. Isto foi sempre da responsabilidade dos operadores. Não sou eu que estou a dizer. Também sou eu que estou a dizer, mas não sou só eu que estou a dizer.

Isto é dito por mim, pelos operadores e pelos papéis. O Sr. Deputado não encontra é alguém que diga o contrário. Enfim, não diga só por dizer, diga de uma forma comprovada.

Há algum operador que diga que isto não é verdade? Não! Dizem que é assim.

Há algum documento a dizer que é o Ministério que compra os computadores ou indica as marcas? Não!

Há algum contrato feito pelo Ministério ou pela Fundação com algum distribuidor de equipamento a dizer que se compra *Toshiba*, *Magalhães*, ou o que quer que seja? Não!

Os Srs. Deputados fixam-se no *Magalhães*, mas a verdade, Sr. Deputado, é que houve 1,2 milhões de computadores distribuídos de 8 a 10 marcas diferentes. O Sr. Deputado pode dizer: «Ah, no distrito de Braga, foram muitos *Toshiba*». Está bem! O que é que eu tenho de fazer?! Da oferta eles escolheram esse. Os operadores foram ao mercado e, perante o que havia disponível e aos preços que os operadores entendiam ser mais adequados, encontraram o *Magalhães*. Ótimo!

No próximo concurso, que está aberto, não sei quantos operadores vão aparecer, até pode acontecer que não apareça nenhum, que apareça um ou que pareçam três.

Agora, havia no mercado, e tanto havia que várias pessoas, que percebem muito deste assunto, disseram logo que, computadores como aquele, havia vários, uns cinzentos, uns amarelos, uns com pega... Na altura, isto era para dizer que o computador feito em Portugal não tinha nada de inédito. Agora, já o interesse é dizer o contrário, que já não havia em lado nenhum.

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Era o único!

**O Sr. Eng.º Mário Lino:** — Não, Sr. Deputado. Havia computadores.

Se os operadores acreditaram ou não nesse programa... Houve fornecedores de equipamento que pensaram que era algum risco fazer um investimento para produzir computadores, de cujos resultados não tinham a certeza. Também não estudaram. Compreendo, porque este processo se desenrolou num período relativamente curto, e, portanto, os operadores tinham de pensar: «Mas, agora, vou produzir um computador para concorrer neste concurso... Vou gastar aqui dinheiro. Tenho de montar uma fábrica, ou uma linha de montagem, ou alterar uma que já tenho. Será que vale e pena?». E não se entusiasmaram.

A JP Sá Couto, que era uma empresa pequena e que já trabalhava nesta área dos computadores há muito tempo, aumentou linhas de montagem e até fez uma fábrica nova. Investiu, acreditou neste projecto e concorreu.

Aliás, lembro-me de, no debate que tive na televisão, no programa *Quadratura do círculo*, para o qual fui convidado, em que estavam o Dr.

Pacheco Pereira e o Dr. Lobo Xavier, o Dr. Lobo Xavier, que, como sabem, é consultor ou administrador da Sonae, e, portanto, conhece bem este problema, ter dito: «Bom, eu até acho que a JP Sá Couto perdeu dinheiro, porque os preços estavam tão esmagados». Acredito que sim. Não sei as contas da JP Sá Couto, se perdeu ou se ganhou neste negócio que fez, porque, depois, ela vendeu muito para fora.

Mas a JP Sá Couto teve de arriscar, teve de investir, teve de contratar trabalhadores, teve de criar linhas de montagem, investir até numa nova fábrica, que não sei se já estará pronta ou não, porque deixei de acompanhar isto. A JP Sá Couto acreditou no projecto, se calhar não houve outros que tivessem querido correr o risco, mas não imputem isto à responsabilidade ao governo. Isto porque, insisto, as características que foram acordadas conjuntamente pelos operadores e pelo Ministério, no caso do e.escolinha, também com a intervenção do Ministério da Educação, quanto a características mínimas, poderia ser mais do que aquilo, não poderia era ter menos e poderia ter preços menores dos que tinham sido fixados... O Sr. Deputado diz que houve quem tivesse preços menores, mas não apareceu a concurso, pelo menos, os operadores não falaram nisso. Os senhores têm de perguntar aos operadores por que é que não arranjam outros, não perguntem a mim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas parece-me que falta a resposta à pergunta sobre a forma como a Fundação ou o Governo paga o e.escolinha ou, pelo menos, grande parte dos computadores, dado que não existiu activação e o Estado tem de assumir esse valor.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas essa pergunta não faz sentido, porque é a mesma coisa que perguntar como paga aos estudantes cujo nome começa pela letra «A», os «Antónios», ou como paga àqueles que são da acção social escolar.

Nós temos um programa em que há uma parte, a das ligações, que é suportada pelos operadores, há outra parte que é paga pelos utilizadores, uns pagam mais e os da acção social escolar pagam muito menos, e há outra parte, que é o remanescente, que é suportada pelo Estado, no conjunto do programa.

O Estado não paga o e.escolinha, não paga o e.escola, não paga no distrito de Bragança, não paga os da acção social escolar, o Estado paga o remanescente, do bolo global, tendo em conta quanto entrou dos operadores, quanto entrou dos beneficiários e quanto falta.

O Sr. Deputado sabe, porque esse problema já aqui veio, que, para o e.escolinha, em particular, houve operadores que resolveram entrar, ainda sem ligação nenhuma, com 250 000 €, por exemplo, outros com não sei quanto, e a TMN entrou com 11 milhões. Aí está... Esse valor foi para pagar o e.escolinha. Depois, se ultrapassasse o valor correspondente aos 11 milhões... Não sei agora, de cor, quantos computadores eram, mas vamos supor que eram 100 000. Até 100 000 computadores, a TMN já não pagava mais nada; acima disto, só pagava 70 € por cada activação; os outros só quiseram entrar com 250 000 €, mas pagavam 250 € por cada activação, logo a partir das primeiras.

É daqui que vem o dinheiro para o e.escolinha, para o e.escola, para o e.professor. É assim! Não tenho contas feitas por tipo de computador ou por tipo de beneficiário, as contas são do projecto, globalmente.

Não quero que pense que estou a querer mistificar a questão. O Sr. Deputado pode fazer-me a seguinte pergunta: «está bem, mas, tudo isso ponderado, em qual das componentes é que o Estado, do dinheiro que pôs,

dos duzentos e não sei quantos milhões que pôs, fez a maior aplicação? Foi nos computadores para o 1.º ano? Foi para o e.escolinha? Foi para o e.oportunidades? Foi para o e.professor?». Devo dizer-lhe que onde deve ter feito menos deve ter sido no e.professor, porque, como aí não houve descontos, o dinheiro que eles deram deve ter chegado, praticamente, para pagar os computadores. Aí, a comparticipação não foi nada. Onde é que está o grosso? O grosso do dinheiro que o Estado pôs garanto-lhe que foi da acção social escolar, porque, com o dinheiro que o Estado contou para este projecto, das tais contrapartidas, se não fosse a acção social escolar, mesmo com este número de ligações no e.escolinha, praticamente tinha pago o programa todo. Está a perceber, Sr. Deputado?!

Agora, é verdade que tivemos muito menos ligações no e.escolinha do que no e.escola — é verdade! — e, portanto, há menos receita dos operadores por esta via — é verdade! —, mas o programa, no seu conjunto, permitiu gerar os meios necessários para o Estado só pôr 25%, o que corresponde, praticamente, aos encargos que vêm da acção social escolar. Isto é um facto!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, mais uma vez, os meus cumprimentos.

Sr. Engenheiro, quero pedir-lhe uma explicação sobre um documento, que passo a ler muito rapidamente: «A Microsoft diligenciará no sentido de (...) proceder ao licenciamento do *software* (...) para (...) disponibilizar (...) o *Office 2007*, (...) o *MS Producer*, *Microsoft Reader*, *Movie Maker*, *Windows Media Player* e *Live Messenger* (...)». Este é um documento assumido pela Microsoft, para ser disponibilizado este *software*

em concreto aos participantes no e.escola, e.oportunidades e e.professor, é assinado, em nome da Microsoft, pelo Director-Geral Nuno Duarte, e, em nome do Ministério, por Mário Lino, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, senhor!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Este documento foi assinado em Lisboa, no dia 5 de Junho de 2007. Ora, é exactamente neste mesmo dia que é assinado o acordo com as operadoras, quando ainda não havia Fundação, e se tratava de constituir o tal Fundo para a Sociedade da Informação.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exacto!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está aqui estabelecida uma relação que integra a Microsoft no programa e.escola e que define produtos, em concreto, a serem colocados e transaccionados no âmbito deste programa e desta operação. Isto foi assinado por si, em 5 de Junho de 2007, e gostava de lhe perguntar qual o processo de decisão que conduziu à assinatura deste documento. Como é que isto foi formulado, isto é, como é que se elaborou este documento, quem é que o propôs e por que razões entende o Sr. Eng.º Mário Lino que esta contratação de um determinado fabricante, em termos de integração de produtos em concreto na operação que iria ser desencadeada, foi negociada desta forma, entre o Ministério e a Microsoft. Estas são as primeiras questões concretas que quero que esclareça, tendo em conta que só muito mais tarde, mesmo na fase final da realização do Programa e.escola, é colocada a alternativa, e não com o sistema *dual boot*, de escolher entre computadores com sistema *Microsoft* ou computadores

com *software* livre, mas apenas na TMN, porque as outras duas operadoras não disponibilizaram esta alternativa.

Portanto, gostava que esclarecesse em que termos é que este acordo, este contrato assumido pelo Ministério...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Contrato?!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... é realizado e desenvolvido e como é que se explica... Há duas partes que assumem aqui este enquadramento e, neste sentido, mais tarde, verificamos que, como ontem explicou o Dr. Mário Franco, não foi por opção de mais ninguém senão da própria Fundação e do Ministério, em nome do Estado, que se negociaram os requisitos mínimos, não estando lá o *dual boot*, ou seja, o *software* livre não foi colocado de outra forma a não ser em alternativa.

A minha pergunta é muito simples: por que é que a Microsoft tinha de ter, digamos assim, lugar garantido em 1.ª classe, nesta viagem? Ainda não se tinha acabado a negociação com as operadoras e já lá estava a Microsoft a dizer: «Dê por onde der, está lá este *software*».

Por outro lado, e tendo em conta que o Sr. Engenheiro também disse que não há nenhum documento que se traduza no assumir de compromissos para o fornecimento de produtos para o e.escola e o e.escolinha, gostava que nos dissesse como explica esta afirmação à luz daquele facto.

Pela nossa parte, propusemos, no Plenário, a questão da escolha da Intel e do modelo *Intel Classmate*, não é de processadores Intel, é deste modelo, que, em Portugal, se chama *Magalhães*, na Venezuela, se chama *Canaima*, na Turquia, se chama não sei o quê, no Montenegro, se chama não sei o que mais e, na Índia, se chama outra coisa qualquer, do modelo *Intel Classmate*, cuja montagem é feita com base naquilo que é fornecido como tecnologia pela Intel — parece que os brasileiros chamam a isto

«maquilhadora» —, porque essa escolha e o Memorando de Entendimento de 30 de Julho de 2008, assinado pelo Ministério e pela Intel, não valem só pelo que significam em relação à JP Sá Couto, valem pela Intel e pela questão de saber quais os critérios do Governo para assumir este compromisso, o qual permitiu a entrada em pleno da Intel, como fornecedor de tecnologia, para o Programa e.escolinha. Ou seja, o processador Intel, melhor dizendo, e mais concretamente, o modelo *Intel Classmate*, que competia, em termos globais, com outros modelos, relativamente a este nicho de mercado, entrou em Portugal pela «porta grande», desta maneira, por um acordo com o Ministério.

É esta questão que coloco ao Sr. Engenheiro, sobre o processo de decisão que conduziu a este Memorando, à sua formulação, à sua elaboração e à sua assinatura. Como é que se desenvolveu o processo que desembocou neste memorando de 30 de Julho de 2008? A mesma pergunta para o Protocolo de 5 de Junho de 2007, em relação à Microsoft. Aliás, ainda a propósito da Microsoft, há aqui um outro Memorando de Entendimento, onde se estabelece que a Microsoft disponibilizará e apoiará uma oferta de *software* completa, a *Microsoft Suite Magalhães*, para a iniciativa *Magalhães/e.escolinha*, o qual é celebrado, em Lisboa, pouco depois do Memorando de Entendimento com a Intel, concretamente em 3 de Outubro de 2008, e não foi assinado só por si, Sr. Engenheiro, foi assinado por 10 Ministros e pelo curador do Plano Tecnológico, porque cada Ministério tinha uma coisa envolvida nesta história.

Donde, é preciso clarificar, porque isto é uma questão muito concreta que não permite grandes elaborações, como é que se avança e como é que se concretizam estes acordos, negociações, entendimentos, os quais se traduzem, depois, na entrada destes fornecedores, destes fabricantes de produtos, para o Programa e.escola. Como é que foi o processo, desde o

momento em que alguém teve esta ideia até ao momento em que o senhor, enquanto Ministro, assinou um papel com estas empresas?!

Segunda questão: o problema da fiscalização e da transparência da gestão da Fundação para as Comunicações Móveis. O Sr. Engenheiro falou nas auditorias que o Tribunal de Contas pode fazer — pois, com certeza! — e falou na auditoria externa, que há-de aparecer, que há-de estar a ser feita, pela FCM.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Já fizeram!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falou no ROC, aliás, parece que são dois, que assinam os relatórios e contas, mas não falou em nenhuma fiscalização prévia, nem na prestação de contas em termos públicos. O que quero perguntar, de forma muito concreta, é se o Sr. ex-Ministro, Eng.º Mário Lino, considera normal que seja preciso o Tribunal de Contas decidir fazer uma auditoria ou a Assembleia da República promover um inquérito parlamentar para que sejam apresentadas as contas e os contratos deste programa.

Aliás, o Sr. Engenheiro deve lembrar-se de que o Relatório e Contas de 2008, que se reporta aos últimos três meses do ano e foi apresentado em Setembro do ano passado, como já aqui foi dito e demonstrado abundantemente, só trata, praticamente, de despesas correntes e de funcionamento. Mas, em Junho do ano passado — era o Sr. Engenheiro Ministro das Obras Públicas —, quando lhe perguntei pelas contas do Programa e.escola e da Fundação, o senhor respondeu que, dentro de poucas semanas, sairia o relatório e contas, disse «aguardem um bocadinho que hão-de ter essas contas todas».

Ora, o relatório saiu no fim de Setembro — não foram poucas semanas, mas isto, para agora, não conta muito — e não refere nada sobre

as contas do Programa e.escola. Pergunto: é esta a transparência que nos prometeu? É preciso um inquérito parlamentar e uma auditoria do Tribunal de Contas para que venham cá para fora as informações pelas quais, durante meses e meses, fomos perguntando, ao que o senhor dizia «esperem umas semanas que isso já vem»?! Gostava que o Sr. Engenheiro desse um esclarecimento em relação a esta matéria.

Finalmente, sobre a própria génese do Programa e.escola, há também questões muito concretas que gostaria que nos esclarecesse, com o seu testemunho e a sua recordação. Apesar das várias abordagens que aqui se têm feito, a nosso ver, falta clarificar pelo menos uma situação quase meramente cronológica: como surgiu a ideia do Programa e.escola? Foi da parte de quem? Em que circunstâncias é que surgiu esta proposta? Quem a apresentou? Nós ficamos com a ideia de que há dois caminhos, que não são paralelos, porque se encontram mais à frente, em 2007: o caminho do Programa e.escola e o caminho do Fundo, que viria a ser fundação, ou das várias fundações, que, depois, acabaram por ser apenas uma. Em relação ao percurso de cada um destes caminhos, era interessante que o Sr. Engenheiro nos desse o testemunho de qual foi exactamente o ponto, digamos assim, de génese deste programa.

Assim como também seria interessante que nos desse a ideia de que Ministério «nasceu» o e.escola. A ideia que temos é a de que «nasceu» no seu Ministério, mas, depois, falou no papel importante que o Ministério da Educação teve no e.escolinha, quase dois anos depois. Já agora, pergunto: por que é que foi só nessa altura? Por que é que o Ministério da Educação não teve um papel mais destacado do que acabou por ter e só mais tarde se registou a sua intervenção mais concreta, quando estava em causa um projecto voltado para a educação, nomeadamente para os estudantes e para os professores?

Confirmando-se que foi no seu Ministério que «nasceu» este projecto, em que contexto é que surgiu a proposta? Quem calculou em 390 milhões de euros (esta é uma questão concreta que me parece valer a pena esclarecer) o montante que o senhor aqui citou, correspondente aos custos, para os operadores, do Programa e.escola? E, já agora, gostávamos de saber se foi feita a estimativa do reverso dessa análise. Ou seja, se foi feita a estimativa do que viria a ser ou poderia vir a ser a receita ou benefício para os operadores, em resultado da contratação de novos clientes, aliás, centenas de milhares de novos clientes para a ligação de banda larga móvel, porque muitas das famílias que aderiram ao Programa e.escola já tinham *Internet* em casa,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas não foram obrigadas!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e, na escola, havia ligação *wireless*. No entanto, foram obrigadas a contratar a ligação para ter acesso ao e.escola, porque, senão, não havia computador para ninguém. Tinham de ter a ligação de banda larga móvel contratada com os operadores e foram estas centenas de milhares de pessoas que passaram a ser novos clientes destas operadoras. Para além dos custos que, evidentemente, estariam associados a esta operação, para os operadores havia custo mas havia benefício. Pergunto se esta estimativa foi feita e em que termos foi calculada no âmbito do Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, francamente há alguns raciocínios que não consigo perceber. O Sr.

Deputado pergunta-se sobre o benefício que existiu para os operadores pelo facto de haver mais ligação à *Internet* em banda larga. Isto é o mesmo que eu perguntar ao Sr. Deputado Bruno Dias se, ao aprovar o aumento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, calculou o benefício das empresas que vão vender os livros escolares. Sr. Deputado, não consigo perceber esse raciocínio. Peço desculpa, mas cheguei a uma situação de incapacidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se quiser, posso ajudar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, o que quero é...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se não percebeu, posso ajudá-lo a perceber. Há custo e há benefício para todos. Se já estimou o custo, pergunto-lhe se estimou o benefício.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É como no prolongamento da escolaridade obrigatória: há benefícios para os...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não quer responder.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Estou a responder-lhe.

No prolongamento da escolaridade obrigatória há benefícios para as fábricas de sapatos, porque, como os meninos têm de ir para a escola de sapatos, vão vender mais, também vão vender mais camisolas, mais calções, mais livros, mais pastas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi feita a estimativa, ou não, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Nunca ninguém fez essa estimativa, porque esse problema não tem relevância!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi feita a estimativa dos benefícios para os operadores!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro que não! Tal como o Sr. Deputado nunca fez, com certeza, em nenhuma das propostas que apresentou na Assembleia da República no sentido de se investir nisto, naquilo ou naqueloutro!

Propõe mais investimento público; há uma quantidade de empresas que trabalham em obras públicas e que vão ganhar dinheiro com isto! O Sr. Deputado, quando defende que é preciso haver mais investimento público, nunca apresentou as contas de quanto é que os construtores ou os fornecedores de equipamento vão ganhar com essas «obrinhas» públicas! Portanto, Sr. Deputado, não é assim!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa parte está respondida!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O que me interessa é que no País haja um maior número de pessoas, principalmente nas classes mais jovens, com acesso a computadores. Claro que para terem computadores é preciso que alguém os venda, e isto vai aumentar a venda de computadores. Claro que, para os computadores terem ligação à *Internet* em banda larga, é necessário fazer essas ligações e quanto mais ligações houver mais os operadores ganham. Mas é assim, e isto é bom para o País! Aliás, seria bom que houvesse ainda mais ligações, mais computadores e muitas mais outras

coisas. Com a actividade económica, tirando daí os benefícios, as empresas que trabalham nestes sectores também vão beneficiar.

Quer dizer, vai haver mais emprego, porque vão ter mais trabalhadores, vai haver mais investimento... Não consigo perceber o raciocínio do Sr. Deputado, mas, enfim, não tenho capacidade para compreender tudo.

Sr. Deputado, o seu computador, que tem aí consigo, tem *Microsoft*?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Este computador não é meu, é da Assembleia!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas tem *Microsoft*?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi comprado pela Assembleia!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pergunto se é *Microsoft* que tem. Espero que não diga que sou o culpado disso, que obriguei a Assembleia a pôr o *Microsoft* nesse computador! Não, Sr. Deputado. É sabido...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me dá licença, há uma resolução do Parlamento sobre esta matéria e esta questão, se quiser, pode muito bem ser discutida.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Bruno Dias, não comece a ficar abespinhado, porque também não fiquei consigo. O senhor também me fez perguntas com as quais eu poderia ter ficado abespinhado, mas entendi que as colocou para me desafiar, para eu responder, para esclarecer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Coloquei-lhe perguntas muito concretas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, a Microsoft é um grande fornecedor de *software*, como todos sabemos. Não tenho esta estatística, embora conheça algumas pessoas que nos seus computadores não têm *Microsoft*, têm outros sistemas operativos, mas acredito que o *software* da Microsoft seja largamente dominante.

Portanto, é evidente que, se vou fazer um Programa cujo objectivo é ter computadores e os computadores têm de ter sistemas operativos, sendo o mais frequente o da *Microsoft*, e é aquele que está à venda no mercado, diga o seguinte: «Não sei se vai haver muitos ou poucos, sei que vai haver também de outros operadores, mas deste vai haver com certeza». Perante isto, faço um acordo com eles para arranjar maneira de que os operadores que forem comprar computadores com o sistema operativo *Microsoft* o tenham nas melhores condições possíveis para que o preço final de tudo seja o mais barato. Faço isto, e bem, e acho que o devo fazer.

Ora, se eu sei que a Assembleia da República vai comprar computadores e que eles têm o sistema operativo *Microsoft*, se eu puder, discuto com a Microsoft no sentido de obter um entendimento. Se o Ministério reconhece que é muito importante para a Assembleia da República ter computadores, porque a utilização destas tecnologias pelos Srs. Deputados aumenta a sociedade da informação, procuro obter um entendimento quanto ao preço. Mas não estou a obrigar a que os computadores tenham este sistema. Os que tiverem têm; os que não tiverem não têm!

Com a Intel passou-se a mesma coisa. Não obriguei que os computadores tivessem processadores *Intel*. Porém, arranjei forma de a

Intel dar condições favoráveis para os que tivessem. É tão simples quanto isto.

Acha que fiz mal? Acha que deveria ter condições menos favoráveis? Saía tudo mais caro! As criancinhas teriam de pagar mais dinheiro, os professores teriam de pagar mais dinheiro ou custar mais dinheiro ao Estado!

Não, Sr. Deputado, acho que fiz bem em procurar que os fornecedores para um programa deste tipo, e muitos deles têm, como é o caso da Microsoft — e ontem o Sr. Presidente da Fundação já explicou — nos dessem tarifários específicos. Com a autoridade que tínhamos pelo facto de sermos Governo, dissemos o seguinte à Microsoft: «Reconhecemos que este é um programa da maior importância para o desenvolvimento da sociedade da informação e que tem fins pedagógicos. Portanto, os senhores façam favor de reconhecer isto e apliquem a tabela...». Fizemos este entendimento, não comprámos licença alguma.

Os computadores das várias marcas (*Toshiba*, *Fujitsu* ou *HP*) que usaram esse *software* para o Programa e.escola beneficiaram, todos eles, destes preços mais baixos e também os que tinham o processador *Intel*. E, como sabe, há vários computadores sem processador *Intel*, não é só o *Magalhães*; provavelmente os outros do Programa e.escola também tinham.

Portanto, Sr. Deputado, não percebo bem o seu problema. Claro que eu pensei que o Sr. Deputado — não leve a mal o que vou dizer — podia ter aquela ideia das empresas imperialistas, a Microsoft e tal... Mas eu não tenho esta preocupação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado Hélder Amaral também?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Estou agora a falar consigo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado Hélder Amaral também perguntou sobre isto!

*Risos.*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas as motivações são diferentes. E, agora, estou a falar com o Sr. Deputado Bruno Dias.

Sr. Deputado, a Microsoft é um dos principais fornecedores de *software* e de sistemas operativos que existe na maior parte dos computadores, embora não seja o único. E nós, com a preocupação de haver possibilidade de escolha e de não nos enfileirmos por um, arranámos maneira de se poder escolher um ou outro. Contudo, quando chegámos ao e.escolinha, resolvemos dar um passo mais à frente e dissemos: vamos pôr lá os dois! Mais, lembro-me muito bem desta discussão. Mas, pondo os dois, qual seria o *default*? Mesmo pondo os dois, pode haver um *default*. O Ministério esteve contra isto e disse: «Não, não! Não há cá *default*. O utilizador, quando abrir, tem de, expressamente, escolher qual deles quer, porque, se eu tivesse de pôr um *default*, teria de escolher um». Tendo dois sistemas operativos e ter de escolher um como *default* era sentir-me um bocado «empurrado». E o utilizador podia dizer «Agora, que já cá está este, vou apagar e voltar atrás?!» Não. Aparecem os dois sistemas operativos e escolhe.

Isto foi o que sucedeu no Programa e.escolinha. À medida que as coisas se desenvolvem, com a experiência que recolhemos, vamos melhorando.

Num programa que, inicialmente, poderia ter dois sistemas operativos à escolha de quem compra, achámos que, no segundo, seria mais

conveniente, como nem sequer havia a obrigação de ter ligações à *Internet*... Aliás, esta sugestão foi muito bem recebida e acordada, até nem sei se foi sugerida... Enfim, foi discutida, porque estas coisas discutem-se em conjunto... Perguntam-me quem é que teve a ideia. Lembro-me lá de quem é que teve a ideia. Isto é irrelevante, o que interessa é quem aprovou a ideia e não quem a teve.

A verdade é que acordámos que os computadores do Programa e.escolinha, do 1.º ao 4.º anos, deveriam ter os dois sistemas, sem nenhum deles ser *default*, e que seria utilizador, no acto de abrir o computador, a escolher. Ou seja, sempre que abrir o computador pode, desta vez, escolher um e, da próxima vez, escolher o outro. Mas a escolha será sempre do utilizador, precisamente para as pessoas se habituarem a ter vários sistemas operativos, a contactarem com eles, etc. Foi uma coisa feita no bom sentido, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado vem dizer que é preciso que haja a Assembleia da República e o Tribunal de Contas para apresentar contas, mas não é verdade, as contas estavam em marcha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estavam em marcha para onde, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, não quer...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Estavam a ser feitas, Sr. Deputado. O Sr. Deputado percebe o quero dizer com o «estavam em marcha». Estavam a ser elaboradas.

As contas de 2009 estavam prontas para aí em Maio ou Junho de 2009. Depois, como chegou o Verão, o revisor oficial de contas não estava cá e tiveram de esperar. Depois veio o revisor oficial de contas e só depois é que puderam ir para o Conselho Geral da Fundação para aprovação. São pormenores que conheço, porque acompanhei mais ou menos estas coisas, mas não era eu quem estava a conduzir o processo. É um problema da Fundação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essas são contas de funcionamento, não do Programa e.escola!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Oiça, Sr. Deputado, se quer as contas da Fundação tem-nas.

No que respeita às contas do Programa e.escola, já saí há cinco meses do Governo, tenho de perguntar onde elas estão. Mas elas têm de existir, pois o Estado até já transferiu dinheiro para...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É o que eu digo, têm de existir!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Existem! O Tribunal de Contas está, com certeza, a ver.

Mas, Sr. Deputado, agora não foi preciso. Também não foi preciso, como sabe, que a Assembleia da República tivesse tido a boa ideia de ter inquirido, na altura própria, o Governo sobre a razão de ainda não ter trazido os 25 milhões. Não teve esta ideia. Eu não precisei que a Assembleia de República criasse nenhuma comissão de inquérito para o efeito, para desenvolver este projecto. E também não precisei, nem precisaria que o Tribunal de Contas... O Tribunal de Contas vai, precisa de ir e deve ir, e acho muito bem que vá, à Fundação, mas a Fundação tem de

apresentar as suas contas até porque está nos Estatutos. Como sabe, os Estatutos foram feitos pelo Governo e pelos operadores em conjunto, porque achámos que assim deveria ser. Achámos que deveria haver contas, que deveria de haver plano de actividade, que deveria haver conselho fiscal, embora, ainda hoje de manhã, o Sr. Prof. Freitas do Amaral tenha tido dúvidas sobre se isto seria obrigatório. Mas não o fizemos só porque é obrigatório, é porque é bom, é boa prática; portanto, pusemos isto nos estatutos, porque queremos que seja feito.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está atrasado!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado diz que está atrasado. Está! Reconheço que esteja atrasado, mas está a ser feito!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não fala do e.escola.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Portanto, não precisei...

De onde surgiu a ideia? O Sr. Deputado Jorge Costa, na sua intervenção, disse, e é verdade, que ideias deste tipo, por serem computadores, coligações a preços mais baratos, já constavam das próprias propostas de alguns dos fornecedores. Aliás, não é de espantar, porque, se queremos desenvolver a sociedade de informação, ideias deste tipo ocorrem. São coisas óbvias, não é? O problema estava em conseguir pôr em marcha. Sabe que entre ter ideias e passar à prática vai uma grande distância.

Portanto, ideias havia; a prática, zero. Não houve nem Fundação, nem transferência dos 25 milhões, nem aplicação das contrapartidas, nem distribuição de computadores. Havia umas ideias. Portanto, quando começámos a discutir, por um lado, medidas para fomentar a sociedade de

informação... Os Srs. Deputados sabem da transformação que foi feita em Portugal no domínio das telecomunicações, por amor de Deus, o número de operadores que se multiplicou, o número de ofertas que se multiplicou, a concorrência que aumentou. Hoje, somos dos países mais avançados em termos de concorrência — a estatística não é minha, é da União Europeia — no sector das telecomunicações.

Como eu estava a dizer, no meio de todas essas medidas, ocorreram: dinheiro é o que está ali disponível, contrapartidas; são precisos projectos...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, não esteja a brincar com isto, pois percebe bem o que estou a dizer.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-vos que não entrem em diálogo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Temos compromissos para serem transformados em projectos. Ora, um projecto interessante pode ser este: fomentar... Aliás, tivemos muitas sugestões e propostas para fazer este programa, por exemplo, para advogados, para as Forças Armadas, para agentes de segurança. Era interessante, mas achamos que a prioridade era a formação — professores e estudante. Foi uma opção.

Não me lembro de como isto ocorreu, se, um dia, estava sentado à mesa e alguém disse «tive uma ideia, fazemos o Programa e.escola». As coisas não nascem assim, Sr. Deputado. São discutidas em muitas reuniões e as ideias vão emergindo, vão tomando os seus contornos, vão-se discutindo e, a certa altura, configurámos esta solução, como é evidente. É assim, com certeza, que o Sr. Deputado também funciona quando está a discutir...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente, e o mundo pula e avança!

*Risos.*

E garanto-lhe que, com este Programa e.escola, isto deu um grande avanço, um grande pulo.

Bom, perguntou-me como é que calculámos os 390 milhões de euros. Ó Sr. Deputado, eu já lhe expliquei, mas volto a explicar.

Primeiro, começámos só com o 10.º ano e perguntámos: quantos é que pode haver? Depois, se generalizarmos para o 11.º e para o 12.º anos, fizemos umas contas e talvez fossem uns tantos mil... Falámos com os operadores e eles, umas vezes, achavam que eram demais, outras, que eram de menos... Fomos comendo.

Qual é a comparticipação das ligações? É tanto. Quanto é que falta? Com isto, com quanto é que vocês se comprometem, se fizerem estas ligações? Foi assim que chegámos aos 390 milhões de euros.

Na verdade, ficou aquém; se houvesse mais dinheiro, mais se poderia gastar. Agora, vai fazer-se a continuação desse programa e, para aí, já não

há contrapartidas. Portanto, se eu tivesse mais dinheiro e contrapartidas, mais se poderia fazer com esse dinheiro, mas já se esgotou. Esgotou-se, e não esperámos 15 anos, Sr. Deputado! Esgotámos, em dois anos, num programa com esta dimensão.

Portanto, Sr. Deputado, não há aqui nada de misterioso. É normal que ocorra esta ideia do e.escola! Não tenho dúvidas de que se o Sr. Deputado fosse ministro ou secretário de Estado lhe teria ocorrido. Dou-lhe essa... Estou convicto de que tinha pensado em fazer um programa... Tinha-lhe, com certeza, ocorrido, porque é uma ideia normal, é lógica! Aliás, coisas deste tipo já estavam nas próprias propostas dos operadores e, portanto, era normal que se chegasse a este...

Não me sinto com nenhum mérito especial — se quer que lhe diga, e estou a ser muito sincero — por ter patrocinado, digamos assim, orientado ou sido responsável por esta ideia ter nascido, fundamentalmente, no âmbito do Ministério das Obras Públicas. A meu ver, o mérito não é ter nascido a ideia. Se quer que lhe diga, o mérito do Ministério das Obras Públicas foi ter concretizado a ideia! Isto é que é difícil! Ideias podemos ter muitas. Depois, levá-la à prática, fazer e saber que ao fazer, mais do que não fazer... É sempre mais fácil não fazer... Não me lembro de alguma vez ter sido chamado ao Parlamento, como Ministro, por não ter feito qualquer coisa, foi sempre por ter feito! Portanto, aqui o risco está em fazer, Sr. Deputado!

Mas eu acho que quem governa tem de assumir esse risco de fazer, de concretizar para o bem do País, e sujeitar-se à crítica, à auditoria e explicar o que fez e por que o fez, é o que eu estou aqui a fazer, com muito gosto!

Penso ter respondido a todas as questões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falta só esclarecer a questão do processo de decisão que conduziu à assinatura dos documentos com... Não são as razões que levaram a isso e as vantagens mas como se chegou àquele momento da assinatura dos documentos com a Intel e com a Microsoft. Como é que se conduziu o processo de decisão.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu nem percebo bem o que o Sr. Deputado quer dizer. Como é que se conduziu?! É assim! Falámos com a Microsoft, achámos que deveriam fazer isso; depois de discussão, eles disseram que sim e nós passámos isso ao papel, a escrito, a dizer que é assim que vamos fazer. É uma coisa simples. Eu não conheço outra maneira, mas...!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi por iniciativa do Ministério?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro! Às vezes, levo tempo a perceber!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi o Ministério que elaborou o documento?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado está a perguntar-me se foi a Microsoft que cá veio e que começou a dizer: «por que é que vocês não fazem...»! Não, não! Pode ter a certeza de que não foi! Mas, se fosse, também não tinha mal, desde que eu tivesse concordado, passei a ser parte da autoria.

Foi assinado em conjunto, mas foi uma preocupação que nós tivemos, como tivemos em relação a muitos outros aspectos, ligados com o programa.

Vamos supor: aquele computador tem uma caixa, e esta caixa é feita em Portugal.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É feita em Portugal?!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não sei, estou só a dar um exemplo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não foi feita em Portugal!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Tenho a impressão de que é de Taiwan. Mas, seja feita de onde for, o Sr. Deputado Bruno Dias acha que, se eu tivesse alguma possibilidade de falar com quem faz essa caixa, não teria dito: «ouça, o governo português está muito empenhado neste programa. Isto vai ser um grande desenvolvimento para o País, nós queremos Portugal na linha da frente da sociedade da informação, você não quer fazer um acordo connosco, segundo o qual, para este programa, vocês fazem essa embalagem mais barata?» Eu teria feito, Sr. Deputado! Obviamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pergunto-lhe se, alguma vez, se admitiu no Ministério que se pudesse fazer em Portugal, como se fez noutros países, não incluir a *Microsoft* nos computadores?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Se pudesse fazer em Portugal o quê?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que se fez noutros países, de colocar outro *software* que não o *Microsoft*?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-vos que...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu já disse que no e.escolinha têm um outro *software*.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, não! Não ter *Microsoft*!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas por que é que eu não poderia ter *Microsoft*? Porquê? Se a maior parte dos computadores têm, por que é que aqueles não poderiam ter? Ó Sr. Deputado, eu não consigo perceber!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, julgo que estão esclarecidas...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não escolhi os computadores, são as crianças e os pais que escolhem os computadores! Se não os quiserem com *Microsoft*, escolhem outro!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, julgo que estão respondidas as questões que foram colocadas e já vamos com mais de três horas e meia desta audição.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu estou fresco!

O Sr. **Presidente**: — Eu já não estou tanto, Sr. Engenheiro.

Como eu dizia, já vamos com mais de três horas e meia desta audição e vamos, agora, entrar na segunda ronda de perguntas.

Peço aos Srs. Deputados que formulem perguntas muito concretas, muito específicas, muito rápidas, e, já agora, peço ao Sr. Eng.º Mário Lino

que as respostas também o sejam. Sei que o Sr. Engenheiro tem muito gosto em estar aqui connosco, mas se pudéssemos todos abreviar, sem prejuízo da informação que temos o dever de coligir na Comissão, tanto melhor.

Portanto, para dar início a esta segunda ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, a quem peço brevidade, dispondo, para o efeito, de menos tempo do que teve na primeira ronda.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, mas, indo ao encontro desse apelo de brevidade, tenho apenas uma única pergunta a fazer e que tem a ver com as contas.

O Sr. Engenheiro disse aqui que o montante investido neste Programa, e.escola mais o e.escolinha, vai em 920 milhões de euros, mais ou menos, e disse também que estamos a falar de 1 200 000 computadores distribuídos.

O Programa e.escola, assinado entre o Fundo para a Sociedade de Informação e que, depois, passou para a Fundação, fixa o valor em 540 euros por computador. O Programa e.escolinha, o *Magalhães*, fixa em 214 euros mais IVA o valor de cada computador.

Ora, 1 200 000 computadores correspondem a 800 000 computadores do Programa e.escola e a 400 000, em números redondos, do Programa e.escolinha. Fazendo 800 000 computadores vezes 540 euros dá 430 milhões de euros; 400 000 computadores a 213 euros dá 85 milhões de euros. Somando 430 milhões de euros mais 85 milhões de euros dá 515 milhões de euros. Estamos muito longe dos 920 milhões de euros que o Sr. Eng.º Mário Lino aqui disse que estava a custar o programa!

De duas, uma: ou, de facto, o programa está a ficar muito mais caro, ou seja, o preço médio por computador (se dividirmos 920 milhões de euros por 1 200 000 computadores) fica em aproximadamente 767 euros,

ou, então, isto está claramente fora de todas as previsões, muito mais quando temos em curso um concurso de 50 milhões de euros para 250 000 computadores.

O que é que explica, se é que há alguma explicação, esta disparidade de números? Há aqui uma diferença de 400 milhões de euros, entre aquilo que deveria custar e aquilo que está, de facto, a custar.

Esta é a única pergunta que tenho para fazer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Costa.

Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, já lhe tinha dito que eu estava a dar-lhe uma ordem de grandeza, mas, como já saí do governo há cinco meses, não tenho os números. Portanto, se não 900 milhões de euros, são 850 milhões de euros, mas não sei. É o que posso dizer relativamente a isto.

Em segundo lugar, neste programa, os custos envolvidos, como sabe, não são só os do preço do computador, é preciso levar o computador a casa (há a logística, a distribuição), depois, é preciso que o operador, que é quem entrega o computador, fique com a responsabilidade em relação ao mesmo. Por exemplo, se o Sr. Deputado tiver o computador, telefona-lhes e diz: «o meu computador está avariado» e eles têm a obrigação de lá irem reparar. Tudo isto está no preço.

Eu não sei esses pormenores, Sr. Deputado, mas poderá perguntar ao Sr. Presidente da Fundação ou ao Sr. Secretário de Estado, que lhos darão.

Agora, o que digo — e aposto consigo — é que o Sr. Deputado não fazia o mesmo programa, nem pelo mesmo preço, só o faria muito mais caro... Aliás, não faria programa nenhum, porque nunca fez...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Parece que o novo governo se propõe fazer um programa bastante mais barato!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Não se propõe...! Não sei se se propõe, porque não sei se tem as ligações. O Sr. Deputado está a comparar coisas que não têm comparação! Este valor inclui as ligações, Sr. Deputado! Repito: inclui as ligações, inclui o pagamento todos os meses, durante três anos, dessas mesmas ligações, porque é aqui que os operadores vão buscar o dinheiro para pagar a contrapartida.

Portanto, é um programa que tem... E foi usando as contrapartidas dos operadores.

Estamos agora a falar no novo programa que é um programa completamente diferente. Não baralhemos!

Por conseguinte, não posso responder-lhe a essa pergunta, mas o Sr. Deputado tem todos os meios ao seu alcance para tirar, em pormenor, isso a limpo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra ao Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Engenheiro, estive atento aos esclarecimentos que aqui foi dando durante a tarde e deu alguns em duplicado relativamente àqueles que o Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis já aqui tinha, amplamente, esclarecido. Mas é sempre bom ouvir da boca do Sr. Engenheiro os mesmos esclarecimentos às mesmas perguntas. Espero que os nossos trabalhos evoluam para outro tipo de questões, porque a maior parte das perguntas que aqui estão a ser feitas ao Sr. Engenheiro estão esclarecidas em toda a documentação que a Fundação, a requerimento dos partidos, nos fez chegar, e estão, portanto, vertidas nos documentos...

O Sr. **Presidente**: — O requerimento não foi dos partidos, foi da Comissão!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim, da Comissão de Inquérito, mas a instâncias dos Srs. Deputados que participam na Comissão. E agradeço-lhe, Sr. Presidente, pela precisão que aqui realça.

De todo o modo, Sr. Engenheiro, agradeço-lhe imenso os esclarecimentos.

O Sr. Engenheiro diz que só quem faz é que corre o risco, que só se corre o risco fazendo. Por algumas intervenções que aqui ocorreram, já viui que há, da parte de alguns Srs. Deputados, uma grande capacidade para prever o passado. O difícil é prever o futuro, não é verdade? Mas tem havido aqui uma grande capacidade de prever o passado, dizendo que fariam de outra maneira, mas a verdade é que não fizeram.

Sr. Engenheiro, há uma nota que aqui quero deixar, para ficar bem claro, porque também já ontem foi referida pelo Sr. Presidente.

À medida que o governo foi negociando a operacionalização do Programa e.escola também negociou — e, em meu entender, bem, mas confirme-me se assim foi ou não —, em paralelo, o estabelecimento deste protocolo de cooperação com a tal empresa MSFT — Software para Microcomputadores, Lda e estabeleceu, como aqui já foi referido pelo Sr. Deputado Bruno Dias, programas como o *Academic Select*. Gostaria que me esclarecesse sobre isto, porque, na verdade, segundo resultou aqui da intervenção do Sr. Presidente da Fundação, parece que a Microsoft tinha um preço para um programa que era um preço educação. Confirme-me se é assim ou não.

Ora, como eram os operadores que tinham de adquirir esses computadores, como a aquisição era uma obrigação dos operadores,

obviamente que a Microsoft não poderia vender esses computadores ao preço que vendia o computador educação, se não se tivesse estabilizado, por efeito deste acordo com o Ministério, o acordo que o Sr. Engenheiro tomou a iniciativa de estabilizar enquanto Ministro e, assim, permitir as condições mais favoráveis para os adquirentes deste equipamento.

Era esta a minha questão, Sr. Engenheiro, que me confirme só isto, para ficar esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ramos Preto, quero dizer-lhe, como consumidor, que essa é a prática corrente, como VV. Ex.<sup>as</sup> também podem comprovar, pois basta irem a uma qualquer loja para verem, por exemplo, o *Windows* estudante, que tem determinado requisito para ser adquirido e pode ter conteúdos diferentes dos outros programas vendidos nessa casa de *software* ou em outra qualquer. Repito, esta é uma prática corrente, como disse o Sr. Eng.º Mário Lino, de resto. Fazem-se diferenciações em função de utilizações específicas para determinados grupos-alvo de potenciais clientes, digamos assim. Neste caso concreto, estudantes e professores têm, de facto, preços reduzidos, e não é só este fornecedor que faz isto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, com o devido respeito, não foi essa a questão que coloquei.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Estou a instar o Sr. Engenheiro, e não foi essa a questão que coloquei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Ramos Preto, confirmo o seu entendimento, foi mesmo assim, mas quero acrescentar mais.

Nos protocolos feitos com a Microsoft e com a Intel, que leram, julgo que não é feita qualquer referência ao e.escola, ao e.escolinha, ao *Magalhães* ou ao quer que seja. Penso que não há, mas, se houver, é a título de exemplo. Eles foram feitos como sempre fizemos outros, por exemplo com a Cisco e outras empresas: foram assinados em público, houve fotografias com ou sem o Sr. Primeiro-Ministro, como fizemos muitas outras coisas, como, por exemplo, para as redes de nova geração, no sentido de envolver, no nosso país, as empresas de maior prestígio, conhecimento e peso a nível mundial em projectos. Portanto, o Governo fez aqui o seu trabalho de — como direi — influenciar, trazer, promover, chamar a atenção,...

O Sr. **Presidente**: — Sensibilizar!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... sensibilizar, pôr em contacto as empresas portuguesas com essas grandes empresas, fazendo protocolos para eles se interessarem por Portugal e virem investir cá.

Insisti, muitas vezes, com essas empresas para aumentarem o investimento em Portugal, para aumentarem o número de trabalhadores que cá têm contratados, para alargarem a sua actividade. Não para o Programa e.escola, mas para muitas outras coisas!

Muitos desses protocolos, se forem ver, têm a ver com muito mais coisas, com tudo aquilo onde a sua contribuição pudesse ser útil, «à pala» de outros... E quantos mais protocolos eu pudesse fazer nesta matéria, melhor!

Portanto, Sr. Deputado, confirmo, que é assim mesmo. À medida que o problema se foi desenvolvendo, fomos procurando chamar tudo o que era possível para que o programa fosse mais consistente, mais económico, com melhor qualidade e com melhores produtos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por dizer a frase: «Por quem Deus nos manda avisar...»! Sr. Eng.º Mário Lino, o memorando de entendimento, assinado a 30 de Julho, logo no início, por baixo, tem escrito «e.escola/Iniciativa *Magalhães*».

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O texto está pejado de «e.escola» e de «*Magalhães*», mas acabou de dizer que tem uma referência esporádica, que nada tem a ver...

No dia em que assina o memorando, a 30 de Julho, escolhe a Intel, uma grande empresa, com grande credibilidade, mas fá-lo sem qualquer tipo de análise do mercado, e indica que a Intel — é o que está no memorando — investigará e acordará com o Ministério das Obras Públicas a localização, o *software*, etc. Nesse mesmo dia, no Pavilhão Atlântico, o Governo apresenta, «dá ao mundo» o computador *Magalhães*, dizendo: «Aqui está o computador *Magalhães*, o primeiro computador de fabrico português, e aqui está a empresa JP Sá Couto, produtora deste computador». No mesmo dia!

Para provar o que estou a dizer, tenho comigo notícias do *Diário de Notícias*...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — No mesmo dia, já estava ou não estava escolhida a JP Sá Couto?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já estava aqui. Até aparece, nesta notícia, a história, e bem, fabulosa dos irmãos Sá Couto, da Póvoa de Varzim. A empresa, na altura, tinha uma marca conhecida — o *Tsunami* —, fruto de uma outra coisa qualquer, e dominava o mercado em apenas 3%, 5%. Aliás, esta mesma notícia também aparece internacionalmente no *The Inquirer*, com a data de 31 de Julho, embora apareça com a referência do dia anterior, e pode ler-se que o Governo português encontrou uma empresa, a JP Sá Couto e a Prológica, que produzirá no Programa e.escolinha... E tem uma fotografia em que estão os dois, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Craig Barrett, com um sorriso... Termina, dizendo: só podia ser!

Há pouco, também lhe perguntei se sabia quais eram as dúvidas da Comissão Europeia, mas respondeu que não as tinha lido, nem as trazia. Mas eu tenho e já agora, se não se importar, gostava de fazer referência a esta questão, porque as dúvidas da Comissão Europeia são aquelas que estamos a debater há dois dias! Ou seja, é considerar que os dinheiros do concurso ou da licença do UMTS são ou não fundos públicos. Nós consideramos que sim e, logo, eles estão obrigados à contratação pública.

A União Europeia, por acaso, na carta que enviou ao Ministério, também refere que, em 30 de Julho — como pode constatar, a notícia foi muito profusa e difundida que eles próprios só deram conta a 30 de Julho — «... o Governo português iniciou a criação do novo Programa

e.escolinha,...» — aqui também se fala em e.escolinha, a União Europeia também percebeu tudo mal, também era uma pequena referência... — «... no âmbito do qual 500 000 computadores portáteis serão fornecidos, gratuitamente ou a preço reduzido, aos alunos de nível primário, com base num acordo celebrado entre a Intel e a JP Sá Couto». Cá está, também a União Europeia a considerar que foi escolhida a JP Sá Couto! E considera que os fundos das quatro operadoras decorreram de um concurso público de licenças, isto é, considera que o resultado dessas participações são fundos públicos.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não considera, porque ainda não decidi nada, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Considera, tenho-o aqui escrito!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Vamos ver se considera...

O Sr. **Hélder Amaral**: (CDS-PP): — Vou ler um considerando:...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O senhor retrata-se se a Comissão europeia não considerar?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vou ler um considerando: «O recurso financeiro colocado à disposição do fundo resulta de contribuições de três operadores de telecomunicações que, por este meio, cumprem a sua obrigação resultante da obtenção de frequências adicionais para a exploração de sistemas de telecomunicações internacionais em concurso».

Mais à frente, faz referência a um acórdão (del Archetti), mas também faz uma referência ao Ministério das Finanças, dizendo que o

titular de uma licença de construção ou de um plano de loteamento aprovado que realize as obras de equipamento não efectua qualquer prestação a título gratuito, uma vez que liquida uma dívida com o mesmo valor que reverte a favor da comuna, a saber: a contribuição para despesas de equipamento sem que a natureza alternativa da obrigação, contribuições em dinheiro ou outra estejam directamente referenciadas e consoante a modalidade de execução. O que retiro daqui é, precisamente, o que temos estado a dizer: independentemente de o dinheiro ter entrado, ou não, na Fundação, de estar na mão dos privados, resulta de dinheiro devido ao Governo, porque se trata de um dinheiro que provém de uma licença, de um concurso de licenciamento. Portanto, a União Europeia considera isso fundos públicos e remete para a legislação europeia (existe um conjunto de alíneas, de acórdãos e de legislação), e, à luz da Lei da Concorrência, a União Europeia questiona o Estado português. Eles consideram que são fundos públicos e, por o serem, qualquer adjudicação nesta matéria deveria ser alvo de concurso público.

As perguntas que fazem, dando dois meses ao Governo português para responder, vão no sentido de solicitar toda a informação sobre este processo, isto é: por que é que o Governo português não teve este entendimento e por que é que não procedeu, à luz das leis da concorrência, aos necessários concursos públicos.

O que deu origem a esta Comissão de Inquérito, as dúvidas e as perguntas que temos são saber o que são fundos públicos e o que não são fundos públicos. Se as participações das operadoras, por via de contrapartidas e por via de terem obtido esse mesmo licenciamento (que são, no fundo, bens escassos e, logo, da esfera pública) e o cumprimento (em dinheiro ou em serviços) configuram também fundos públicos. É que, se os considerarmos fundos públicos, o seu uso obriga ao respeito das regras da contratação pública.

Também estas são as dúvidas da União Europeia.

O que se constatou foi que, numa primeira fase, o Governo escolhe uma operadora, escolhe o fabricante e anuncia-os no mesmo dia, apesar de referir nesse contrato que vão estudar o melhor fabricante.

Perante isto, levantei uma dúvida, que não é só nossa mas também da União Europeia (que tem feito perguntas ao Governo português). O Sr. Eng.º Mário Lino disse desconhecer-las, mas posso dar-lhe cópia e verá que não forjei esse documento, que é da própria Comissão Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tenho comigo um comunicado da União Europeia que vem clarificar, mais uma vez, que não tomou qualquer decisão nesta matéria.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ainda!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ainda não tomou. E, como ainda não o fez, não sabe qual é a decisão que vai tomar!

O que é que o Sr. Deputado me dirá se a União Europeia não levantar qualquer procedimento?! Se calhar, dirá que o Governo também comprou ou influenciou a União Europeia...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São palavras suas, não minhas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Estou a perguntar-lhe!

A União Europeia não tomou qualquer iniciativa de perguntar o que quer que fosse a Portugal, como sabe. O que houve foi uma queixa

apresentada por alguém na União Europeia e, sempre que há uma queixa, a União Europeia pega nessa queixa, envia-a para o país em causa e pergunta o que tem a dizer sobre a matéria.

Que eu tenha de explicar à União Europeia pormenorizadamente e que ela faça perguntas, está bem... Agora, que o Sr. Deputado me venha inquirir, e eu já respondi várias vezes às suas perguntas, e insista em que há dinheiro e obrigações...

Esta manhã, segundo ouvi, o Sr. Deputado teve uma oferta, uma proposta, uma disponibilidade do Sr. Prof. Freitas do Amaral para, no fim, quando tivesse os documentos e uma vez apurados os factos, fazer um parecer. Ora, proponho que o Sr. Deputado junte os factos, entre os quais aqueles que lhe transmito. Depois, verificará se o Sr. Prof. Freitas do Amaral considera que, com o enquadramento em que tudo se passou, as licenças, os contratos, etc., esse dinheiro é do Estado, porque se for, tenho de passar um atestado de incompetência enorme a governos que passaram todo o seu mandato sem nunca ter tido o cuidado de ir buscar esse dinheiro para o pôr nas contas do Estado!

**O Sr. Ramos Preto (PS):** — Do Orçamento!

**O Sr. Eng.º Mário Lino:** — Mas que grande incompetência!

Ora, eu não vou a esse ponto, porque entendo que, nessa matéria — não digo noutras —, não foram incompetentes, fizeram o que era normal. Nem sequer em relação aos 25 milhões de euros, embora isso, sim, fosse dinheiro. Mas também julgo que esse é um dinheiro que eles tinham de depositar numa fundação (ou noutra forma qualquer), para financiar o desenvolvimento da sociedade da informação. Ou seja, não era dinheiro em que se dissesse: «Toma lá, Estado, e faz o que tu quiseres». Não era dinheiro para ir para o «saco» do Ministério das Finanças, pondo lá receitas

de tanto..., dizendo: «Agora aplique no que quiser». Não! Aquele dinheiro corresponde a um compromisso.

Aqueles 25 milhões de euros são a única contrapartida em dinheiro, uma contrapartida feita — e bem! — pelo Ministro Carlos Tavares. Foi uma forma de exigir: «Vou distribuir-vos estas licenças, estas frequências, vocês têm de cumprir tudo aquilo a que já estavam obrigados e têm de pôr (os três) mais 25 milhões de euros». Foi assim que tudo se passou.

Portanto, Sr. Deputado Hélder Amaral, já respondi a todas as suas perguntas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Falta saber por que é que, no mesmo dia em que assina um memorando com a Intel, em que é anunciado publicamente ao mundo o computador *Magalhães*, pelo Sr. Primeiro-Ministro, já está escolhido o produtor desse mesmo computador, que se chama JP Sá Couto.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não estou a perceber... Isso é mau?! Preferia que fosse uma empresa espanhola?! Acha que seria melhor?! Não consigo perceber qual é o problema!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Eng.º Mário Lino, eu preferia...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu tenho um computador que satisfaz os requisitos do programa. Pode haver outros que satisfaçam, mas aquele é produzido por uma empresa portuguesa. Não acha que eu deva estar satisfeito com isto?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não. Eu preferia, e estou convencido de que V. Ex.<sup>a</sup> também preferia, que o uso de dinheiros públicos fosse feito de acordo com as regras.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu também!

O Sr. **Hélder Amaral**: — Também preferia que, em igualdade de circunstância, ganhasse uma empresa portuguesa. Todos ficamos mais contentes.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não tenho dúvidas que o Sr. Deputado prefere isso...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não tenha a menor dúvida! Mas prefiro ainda mais que haja regras claras e toda a transparência no processo. Se, por acaso, ganhar uma empresa portuguesa, ótimo; se não ganhar, paciência.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Há toda a transparência. Aliás, ainda esta manhã, o Sr. Prof. Freitas do Amaral disse que não viu qualquer ilegalidade neste procedimento. E estou muito satisfeito que um dos computadores que tenha sido distribuído neste programa...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ele disse mais do que isso, como deve calcular.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, está gravado.

Uma das consequências que este programa teve foi a de permitir que uma empresa portuguesa tivesse dado emprego a mais trabalhadores

portugueses, tivesse desenvolvido a tecnologia portuguesa nessa área e produzido um computador que hoje é exportado para vários países do mundo, e que espero que continue a ser ainda mais.

Espero mesmo que haja mais empresas portuguesas a produzir mais computadores, o *Magalhães* ou sem ser o *Magalhães*, o que o Sr. Deputado quiser! Pela minha parte, quanto mais puder fazer para que mais empresas portuguesas possam atingir esse objectivo, melhor!

Insisto nos seguintes pontos: primeiro, o Programa e.escolinha foi assente num conjunto de características, não em marcas; segundo, a JP Sá Couto tinha um computador que era feito em Portugal e que correspondia às características...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Consegue dizer-me como chegaram à empresa?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como é que chegámos à empresa?! Não estou a perceber...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, não podemos continuar neste registo de diálogo permanente.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Os operadores não contam!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não foi por intermédio do Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De certeza que não!

O Sr. **Presidente**: — Já terminou, Sr. Eng.º Mário Lino?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, quero fazer-lhe uma pergunta inicial, muito simples (cuja resposta é «sim» ou «não»), apenas para perceber como foi feito o tratamento e a criação dos protocolos e dos memorandos com a Intel e a Microsoft.

Se percebi bem, o Governo instou essas duas instâncias para ver se elas faziam um desconto, uma no *software* e outra no *hardware*, para o programa que o Governo iria levar a cabo. Foi isto que aconteceu? Da interpretação que se faz, quer do protocolo quer do memorando, o Governo também ficou obrigado, por esse protocolo, a divulgar este acordo. É assim?

Já agora, uma segunda pergunta que decorre desta primeira: que outras empresas de *software* e de *hardware* foram contactadas pelo Governo, para ver se também faziam descontos para possibilitar a criação de outros computadores?

Os fins não justificam os meios. E, porque me parece que a discussão enferma a partir do momento em que começamos a discutir se a empresa é portuguesa ou deixa de ser portuguesa. — esta é uma questão relevante, não é isto que está em causa —, compreende que o cumprimento da legalidade, como Ministro, como tendo estado num dos órgãos de soberania, é, obviamente, um dos actos que deve nortear toda a actividade pública, e é, no fundo, a validação da legalidade que estamos aqui a verificar.

A questão que me parece pertinente é a de saber como é que é anunciado um computador no mesmo dia em que ainda, supostamente, não

existia uma decisão dos operadores sobre o computador a escolher. Onde é que é assumido o memorando com a Intel que resulta na escolha desse computador?

Quando falamos da Intel, ao contrário do que o Sr. Engenheiro tentou fazer crer, não estamos a falar apenas de um processador mas de todo um computador. Aliás, o termo técnico que designa o que é a JP Sá Couto para a Intel é uma *original design manufacturer*, que, no fundo, é quem define a caixa e monta o aparelho. Isto porque, quanto ao aparelho em si — como é engenheiro sabe isto tão bem quanto eu —, todas as características técnicas são definidas e indicadas pela Intel e são pagos os direitos à Intel pela utilização deste conhecimento. Por isso, este é um ponto importante no esclarecimento de todo este processo.

Sendo a escolha do computador uma decisão dos operadores, segundo nos foi dito hoje por si, como é que o Governo se antecipa aos operadores e anuncia um memorando com a Intel e a compra do *Magalhães* à JP Sá Couto? Esta é a pergunta fundamental que queremos ver respondida.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Anuncia a compra à JP Sá Couto?! Sr. Deputado, mostre-me lá onde é que está o Governo a anunciar que compra computadores à JP Sá Couto!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — São várias as notícias.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Então, se são várias, diga-me só uma! Sr. Deputado, se são várias, estou a facilitar-lhe a vida: dê-me um documento em que o Governo...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Com toda a calma do mundo responder-lhe-ei a essa pergunta.

O Governo esteve intimamente envolvido na apresentação do *Magalhães*...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E acha mal que o Governo se envolva na apresentação de um computador feito em Portugal, Sr. Deputado?! Queria que se envolvesse na apresentação de um computador feito aonde? Em Singapura? Em Madrid? Não sei onde é que o Sr. Deputado queria! Por amor de Deus!...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ouço com toda a serenidade as justificações que der, mas agradeço que me deixe concluir a frase!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Governo também se vai envolver, aliás, já se envolveu, na apresentação do carro eléctrico que vai ser feito em Portugal, da bateria que vai ser feita numa empresa portuguesa. Em todos esses projectos que são feitos em Portugal o Governo deve apoiar as empresas portuguesas, como a de computadores. Esta é uma questão.

Outra questão é saber se esse computador serve para o Programa e.escola. Ótimo, se serve, melhor! É o único que serve? Se aparecerem mais, melhor, mas aquele tem a vantagem de ser feito por uma empresa portuguesa. Haverá mais feitos por outra empresa portuguesa? Não apareceu nenhum! Haverá mais feitos por empresas estrangeiras? Diziam

alguns Srs. Deputados que havia muitos pelo País. Não conseguiram apresentar propostas.

Sr. Deputado, não percebo o que quer que eu lhe diga! Deveria ter sido feita essa apresentação dois dias depois ou dois dias antes? Foi no mesmo dia. Ó Sr. Deputado, as coisas são feitas no dia em que são feitas!

Há um protocolo estabelecido com a Intel para apoiar a empresa portuguesa a desenvolver um produto, um computador cuja integração nacional começa com um valor relativamente elevado, embora não muito grande ainda (não sei de cor, não sei se era 20% ou um valor assim), mas cuja perspectiva é que aumentasse até, com excepção do processador, ser feito todo ele em Portugal. Neste momento, não sei qual é a incorporação nacional que o computador tem, mas tem aumentado.

Então, não acha importante que o Governo apoie uma empresa portuguesa?! Se houver 2 ou 10 empresas portuguesas a fazer computadores garanto-lhe que o Governo deve apoiar essas empresas. Se for preciso convencer a Intel a dar condições e a transferir tecnologia para Portugal para essas empresas, acho que o Governo deve fazê-lo. E, relativamente à Microsoft, também deve fazer isto? Também é isto que o Governo deve fazer. Se esse computador serve para o Programa e.escola, óptimo, ainda bem! Mas não obriguei que esse computador fosse o único para o Programa e.escola. Fico muito satisfeito que tenha sido, Sr. Deputado, é uma coisa diferente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, com toda a serenidade, gostava de recolocar a questão, porque todo este alarme criado parece-me exagerado, face à pergunta, que me parece directa e que continua sem ser respondida.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A partir do momento em que discutimos nacionalismos estamos a partir para uma questão subjectiva numa acção legal, que é a escolha de um computador. A pergunta é simples: como é que o Sr. Eng.º Mário Lino, enquanto ex-Ministro, explica que no dia em que apresentou um memorando com a Intel, em que apresentou o computador *Magalhães*, esse acto seja apresentado como uma grande vitória da Intel pela venda de milhares de computadores, antecipando-se à escolha que os operadores tiveram para a oferta aos seus clientes? A questão não é se se trata de uma empresa nacional ou não, é se se trata daquela empresa em concreto.

Já gora, só pela questão dos nacionalismos, a escolha da Intel restringe imediatamente no território nacional a JP Sá Couto.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Esta é a escolha que temos. A Intel era inevitável? Não era inevitável! Existiriam outras empresas portuguesas, mas a escolha da Intel restringe imediatamente à JP Sá Couto. Estas são as explicações cabais que gostaríamos de ouvir hoje.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, continuo a não perceber.

O Sr. Deputado tanto diz que há mais empresas como diz que restringi à Intel. Se há mais é porque não restringi nada! Há mais! Portanto, a Intel é uma delas, mas há mais, diz o Sr. Deputado. Apresentam-se... Com certeza, devem te feito...

Olhe, a mim nunca me apareceu nenhuma empresa de processadores a dizer «eu estava muito interessada em fazer um acordo com uma empresa portuguesa para fazer isto»! Aí eu poderia dizer «sim, isso é excelente. Apoio». Não me apareceu! Se o Sr. Deputado conhece alguma, faça favor de dizer, mas não a mim, que já não estou no Governo.

A Intel disponibilizou-se a apoiar uma empresa portuguesa a produzir um computador com características muito boas para o Programa e.escolinha. Isto quer dizer que não quero mais nenhum computador ou que quero de outra marca? Não. Quer dizer que a Intel se apresentou e se disponibilizou para apoiar uma empresa portuguesa a desenvolver um projecto de computador que serve para o País e que serve para exportar, que serve para dar trabalho, para dar actividade económica ao nosso País. Por sua vez — não sei se sabe —, a JP Sá Couto, depois, também contrata muito trabalho a outras empresas à pala deste programa. Portanto, há uma cadeia. o computador não é só feito pela JP Sá Couto, há muitas partes que são feitas noutras empresas, mas o Sr. Deputado deve saber isso. Esse computador é uma mais-valia que o País tem, por ser produzido numa empresa portuguesa com *software* da Intel.

Não há nenhum documento em que se diga que só pode ser esse computador, que tem de ser computador, nem tem de ser esse, nem só pode ser esse... Zero! Não há nenhum contrato, nenhum documento onde eu diga que tem de ser o computador fornecido pela empresa tal. Não, Sr. Deputado! Não há! Não há, digo eu e dizem os operadores que os compraram.

O Governo e a Fundação nunca tiveram nada a ver com a escolha dos computadores, Sr. Deputado! Digo-o eu e dizem-no os operadores. Portanto, Sr. Deputado, já respondi a essa pergunta. O que é que o Sr. Deputado quer? Quer que me entristeça por haver uma empresa portuguesa a produzir um computador com as características do *Magalhães*? Que já

exportou centenas de milhares de computadores destes para o estrangeiro? Não! Estou muito satisfeito! Ainda bem que assim é, deveria ter exportado mais!

Outras empresas portuguesas têm fomentado... Lembro-me, por exemplo, que a ZON e a PT têm fomentado, noutros países onde estão em actividade, o desenvolvimento de programas que utilizem o *Magalhães*. Acho que eles estão a fazer bem, em vez de estar a ser feito por outra qualquer empresa que não seja portuguesa. No entanto, não estou a condicionar ninguém, nem outras empresas portuguesas, nem mesmo estrangeiras que apareçam com os seus computadores, Sr. Deputado. Não encontrou nenhuma referência, nenhuma exigência, nem sequer sugestão a que o computador deve ser este ou aquele.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, falta o Sr. Engenheiro responder às minhas duas primeiras perguntas.

Se entendi bem, foi o Governo que instou a Microsoft e a Intel a fazer uma redução de preço, quer no *software* quer no *hardware*, e, depois, promoveu, conforme o memorando e o protocolo assinado, essa informação para com os operadores. Se sim, gostaria de saber se existiu para com outras empresas de *software* e de *hardware* o mesmo tratamento.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, existiu para todas as empresas que quiseram fazer acordos semelhantes com o Governo. Conhece alguma empresa que possa dizer: «fomos ter com o Governo e o Governo, connosco, não quis fazer...»? Não, Sr. Deputado! Fiz acordos com todas as empresa...! É o contrário, Sr. Deputado, para fazer acordo com uma empresa é preciso que ela queira! Não consigo fazer acordos com empresas que não queiram.

A Microsoft fornece *software*, este é usado nos computadores que se vendem em Portugal; várias marcas utilizam *software* da Microsoft. Preocupei-me porque seria previsível que os computadores que fossem estar à venda oferecidos pelos operadores no âmbito do Programa e.escola usassem este sistema. Poderiam usar outro, mas para aquele consegui arranjar forma de se habilitarem a concorrer a uma licença mais barata. Não o Governo, que não comprou licença nenhuma, mas os operadores que compram computadores. Se pudesse fazer isto para mais, era isto que eu teria feito.

Não recusei, não deixei de me empenhar por qualquer outra empresa que tenha *software* e que tenha vindo oferecer-se ao Governo para também fazer um protocolo. Em todos os protocolos, mesmo nestes acordos que fizemos (a ZON, às tantas, como sabe, entrou no e.escolinha, e não estava lá inicialmente, mas podiam ter entrado outros operadores), é sempre dito o seguinte: «este protocolo fica aberto a ser subscrito por qualquer outra empresa que esteja interessada». Fizemo-lo quanto às redes de nova geração (como se lembram, inicialmente, a Vodafone ficou de fora, por razões de política própria, e, depois disso, já aderiram mais empresas) e sempre fizemos isto. O que quero é que mais empresas portuguesas ou, pelo menos, que trabalhem em Portugal e que empreguem trabalhadores portugueses, se envolvam no desenvolvimento do País. Foi isto o que eu quis fazer, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, a quem peço brevidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, registamos que decorre desta nossa reunião a informação concreta e a confirmação de que, ao contrário do que inicialmente foi dito, se

realizaram, de facto, negociações entre o Ministério e fornecedores, como é o caso da Microsoft e da Intel, e que as mesmas foram anteriores ao arranque dos programas respectivos, o e.escola e o e.escolinha. Esta é uma informação e um facto que fica demonstrado, e que é, aliás, explicado pelo Sr. Eng.º Mário Lino, Ministro à data, no que respeita aos contornos em que esta negociação foi realizada e aos objectivos que levaram a essa negociação por parte do Ministério. Esta afirmação baseou-se, aliás, no objectivo declarado ainda há pouco pelo Sr. Engenheiro, no propósito de esses contactos e de essas negociações permitirem preços mais baixos e a defesa de empresas portuguesas.

Sr. Engenheiro, à luz desta explicação, como é que compreende que na negociação para o lançamento do e.escolinha, que não passou por este tipo de contactos, de contratos e de negociações prévios com a Microsoft, como aconteceu no e.escola, tenha sido muito mais barato o licenciamento do *software* da Microsoft do que no e.escola? Ou seja, todas essas *demárches* e iniciativas do Ministério junto da Microsoft para permitir preços muito mais baixos traduziram-se, afinal, em preços muitíssimo mais elevados no e.escola do que no *Magalhães* e no e.escolinha.

O Sr. Engenheiro está a dizer que não. Não sei se vai confirmar isto, mas já vem tarde porque o Sr. Presidente da Fundação já o confirmou ontem à tarde, desse lugar onde está agora o Sr. Engenheiro sentado.

Houve uma diferença de preços, pelo que pergunto por que é foram *a priori* falar com a Microsoft quando havia empresas portuguesas de *software* desenvolvido e criado em Portugal que não foram contactadas e que tiveram do Ministério uma atitude completamente diferente daquela que a Microsoft encontrou.

Pergunto ainda se, tendo em conta que os senhores negociaram com a Intel a adopção de tecnologia Intel e, depois, ficou de se encontrar quem a construísse cá, o Ministério convidou ou contactou outras empresas para

além da Intel nesse sentido. O Sr. Engenheiro respondeu, há pouco, que mais ninguém apareceu. Mas daí decorre uma questão: se mais ninguém apareceu e, então, aparece a Intel que se disponibiliza a apoiar o programa e as empresas, onde é que fica a relação do Estado com estes fornecedores, se é na base da generosidade, do reconhecimento e da amizade fraternal? Isto porque neste contexto quem aparece a propor ao Governo o fornecimento de bens e serviços tem de ser tratado no quadro da actividade comercial que está a fazer e não da generosidade.

Para terminar, Sr. Engenheiro, pergunto, muito concretamente, o seguinte (o senhor pode não atribuir importância alguma a esta questão, mas, para nós, ela é importante e, se possível, deve ser concretamente respondida): quem representou o Ministério nestas negociações com estas empresas? Foi o Dr. Mário Franco? Foi algum assessor do seu Ministério? Foi alguém do gabinete do Secretário de Estado Paulo Campos? Quem é que representou o Ministério na negociação com estas empresas que conduziu à elaboração e assinatura destes memorandos de entendimento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, começando pela última questão, não sei quem representou o Ministério. Tem de perguntar ao Sr. Secretário de Estado Paulo Campos, porque ele é que tinha delegação de competências para tratar dessa matéria.

O Sr. Deputado disse «ao contrário do que foi dito, concluiu-se». Não, concluiu-se exactamente aquilo que foi dito, porque os acordos e os protocolos estabelecidos com a Microsoft e a Intel são públicos, foram assinados em público e foram divulgados em público. Portanto, o Sr. Deputado não chegou a conclusão alguma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Foram, foram! O quê?! Com a Microsoft?! Então, o senhor acabou de dizer que saiu a notícia e que até leu a notícia...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, recebemos, agora, na Comissão de inquérito!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas está a ler-me papéis e datas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi preciso criar a Comissão de inquérito! Andámos anos a pedir isso ao Governo e nunca nos foi entregue!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Deputados...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Por amor de Deus! Acabaram de me dizer que tinham sido assinados no mesmo dia e que eu até estava na fotografia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso foi recebido na Comissão de inquérito!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O memorando com a Intel foi assinado publicamente, Sr. Deputado. E houve muitos mais, de que, agora, já não me lembro... Assinei acordos desse tipo com variadíssimas empresas na área

das telecomunicações, não só para o Programa e.escola, como para o e.escolinha, como para redes de nova geração, para a fibra óptica, enfim, imensas coisas desse género.

Depois, o Sr. Deputado insiste (mas não sei a que se quer referir) na relação do Estado com os fornecedores. Ora, o Estado, nesta matéria, não teve qualquer fornecedor, uma vez que não comprou nada, nem adquiriu nada, nem encomendou nada, nem contratualizou nada. Portanto, os fornecedores devem ser de outra entidade qualquer. Não há relação do Estado com fornecedores. A relação do Estado foi com empresas de desenvolvimento tecnológico, com quem o Estado acordou que deviam interessar-se e fomentar junto de empresas portuguesas, que a elas é que competiria escolher o desenvolvimento da tecnologia dos computadores, para que Portugal não fosse só um simples, digamos, montador (não fizesse só a assemblagem) mas também produzisse o maior número possível de componentes aqui, em Portugal. Era esse o processo que interessava desenvolver para que, depois, Portugal também pudesse exportar esses computadores, que, quanto mais peças tivessem feitas em Portugal, melhor, com mais valor acrescentado do nosso País. É esse o projecto que a J.P. Sá Couto desenvolveu, que acho positivo. Isto, da mesma forma que temos apoiado outras empresas, e até multinacionais, para investirem em Portugal e alargarem o número de engenheiros e de técnicos portugueses que estão cá a trabalhar, seja a Cisco, a Microsoft, a Fujitsu, etc. Era essa a nossa obrigação e foi isso que fizemos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Terminada esta parte da reunião, vamos interromper por dois ou três minutos, só para eu poder acompanhar o Sr. Engenheiro à porta da Assembleia.

Depois, vamos continuar a nossa reunião, pois hoje temos, pelo menos, de deliberar a questão do relator (e espero que seja rápido).

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, quero só agradecer a amabilidade que tiveram comigo, em particular o Sr. Presidente, e dizer, uma vez mais, aos Srs. Deputados que, sem qualquer limitação, estou disponível para este assunto ou qualquer outro em que os Srs. Deputados entendam útil a minha presença. Estarei aqui o tempo que for necessário e as vezes que forem necessárias e sempre com muito gosto e empenho em esclarecer a Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela sua disponibilidade, Sr. Engenheiro.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos, então, tratar das questões que temos de tratar, algumas delas de intendência, mas são exigências legais. Uma delas tem a ver com a questão da ajuramentação dos assessores dos grupos parlamentares, como ontem anunciei. Peço, por isso, aos Srs. Assessores presentes na sala que façam a assinatura do termo de juramento que está aqui ao meu lado e que passo a ler:

«Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, numa das Salas do Palácio de São Bento, onde se encontrava reunida a ‘Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis’, sob a presidência do Sr. Deputado Miguel Macedo, compareceram a Técnica Superior Parlamentar Maria Cristina Correia, o Assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Dr. Silvino Gomes da Silva, o Assessor do Grupo Parlamentar

do Partido Social Democrata, Dr. Pedro Croft, o Assessor do Grupo Parlamentar Centro Democrático Social, Dr. José Pedro Amaral, a Assessora do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, Dr.<sup>a</sup> Carla Luís, a Assessora do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, Dr.<sup>a</sup> Lúcia Gomes, que juraram, pela sua honra, respeitar a confidencialidade absoluta e o segredo de justiça, respeitante a todos os actos do processo de inquérito a que a Comissão está a proceder.

E para constar se lavrou o presente termo de juramento, que vai ser devidamente assinado pelo Presidente da Comissão e pelos demais intervenientes».

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a segunda questão que temos de tratar tem a ver com a circunstância de esta ser a 5.<sup>a</sup> reunião da Comissão de inquérito e de termos de definir, nos termos da lei das comissões de inquérito, o relator, ou a relatora, ou grupo de relatores para esta Comissão de inquérito. Pedi aos Srs. Coordenadores dos diversos grupos parlamentares para tentarem entrar em consenso em relação a esta matéria, mas não sei se houve algum resultado dessa tentativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, falámos entre nós, mas não sei se se pode falar em consenso. Nós temos uma proposta de nome para apresentar e penso que o Partido Socialista também tem, pelo que essas propostas terão de ser votadas aqui. A nossa proposta de nome é a Deputada Carina Oliveira, que faz parte do nosso grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, nós propomos que o relator da Comissão seja o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Presidente**: — São estas as duas propostas de nomes que temos. Uma vez que não há entendimento, vamos passar à votação.

Começamos por votar o nome do Sr. Deputado Luís Gonelha, proposto pelo PS, para relator da Comissão.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP e votos a favor do PS.*

Vamos agora votar o nome da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carina Oliveira, proposto do PSD, para relatora da Comissão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS e abstenções do BE e do PCP.*

Face ao resultado das votações, foi aprovado o nome da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carina Oliveira para relatora da Comissão.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, como, há pouco, me fez um reparo, devo dizer que votaram os Deputados que estão aqui, pois, nesta Comissão, não há grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Tem toda a razão, Sr. Deputado Ramos Preto. As horas que passámos hoje aqui nesta sala já consentem quase todos os lapsos. Mas sei que esse reparo foi feito com grande amizade e grande estima e acato-o com a mesma humildade com que V. Ex.<sup>a</sup> acatou, há pouco, o meu reparo — amigo também!

Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carina Oliveira será a relatora da Comissão. Está, assim, também cumprida esta exigência que tínhamos de cumprir hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de abordar mais uma questão. Relativamente à lista de audições, tínhamos, na posição 10, o Grupo de Trabalho UMTS, de 2003, e, na posição 11, o Grupo de Trabalho UMTS, de 2006. Verifica-se que o Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, de 2006, que é o Prof. Eduardo Cardadeiro, é o mesmo que está na posição 26. Portanto, poderíamos eliminar a posição 26, que tinha sido uma proposta do PP, com quem também já abordei esta questão, e o Prof. Eduardo Cardadeiro viria na posição 11, que é o Grupo de Trabalho UMTS, de 2006. Isto conclui-se da leitura das actas que recebemos (nem conheço as pessoas).

Quanto ao Grupo de Trabalho UMTS, de 2003, houve vários, mas também se conclui das actas que tiveram pouca ou nenhuma intervenção no processo de validação. O Bloco de Esquerda é que fez a proposta e a ideia era também a de prescindir do n.º 10. Com isto, reduziríamos a lista de 36 para 34 audições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, é altamente louvável que, tendo em conta os dados que temos agora aqui na Comissão, possamos olhar com outros olhos para as 36 audições que tínhamos agendado e ver se, em relação a todas elas, faz sentido manter essas audições. Mas isso fica ao critério dos Srs. Deputados.

A única questão que quero colocar em relação à sugestão feita e que tem a ver com a audição do Sr. Prof. Eduardo Cardadeiro, é a seguinte: tem de se colocar a questão, julgo, se ele está, ou quer estar, na posição de

responder por duas entidades diferentes, na mesma ocasião, na Comissão de inquérito. É a única questão que coloco.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, ele apenas é Presidente do Grupo de Trabalho enquanto Administrador da ANACOM. Uma coisa é indissociável da outra.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não estou a colocar qualquer problema. Acho que a proposta faz sentido. Por mim, nada tenho a opor. E se nenhum dos Srs. Deputado se opuser a isto, faremos dessa forma.

Já agora, quero dar uma informação à Comissão. A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rodrigues, com quem entrei em contacto, não veio ainda à Comissão porque está no estrangeiro e só regressa a partir do dia 12 de Março. Posto isto, como é evidente, eu disse à Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rodrigues que, a partir dessa data, entraríamos em contacto com ela para acertar a data e a hora da sua vinda a esta Comissão, pois não faria sentido outro procedimento.

Estou a falar disto para terem conhecimento da razão pela qual não está a ser seguida exactamente a precedência que tínhamos indicativamente aprovado aqui na Comissão.

O Sr. Dr. Carlos Zorrinho e o actual Secretário de Estado da Educação estão, nesta semana, em deslocações oficiais: um acompanha o Primeiro-Ministro na viagem a Moçambique e outro o Presidente da República a Andorra. Portanto, só na próxima semana, estariam disponíveis para vir à Comissão, razão pela qual não se seguiu esta ordem e se foi saltando, para continuar os trabalhos da Comissão. E assim se fará, sempre que houver impedimentos deste tipo. Mas quero dar esta explicação à Comissão.

Entretanto, tínhamos previsto reunir, na próxima semana, na segunda-feira, à tarde, na terça-feira e na quarta-feira. Acontece que, para seguir a indicação que tínhamos na lista de audições, temos disponíveis as pessoas que se seguiam na lista para terça-feira e para quarta-feira. De resto, alguns dos Srs. Deputados disseram-me que têm compromissos de contacto com o eleitorado e agendadas acções nos respectivos distritos (num dos quais eu próprio tenho, mas, enfim, eu faltaria no distrito para estar aqui).

Assim sendo, se não vissem inconveniente, reuniríamos, na próxima semana, na terça-feira e na quarta-feira (e, na segunda-feira, à tarde, não faríamos reunião), sendo certo que, depois, na quinta-feira e na sexta-feira, temos, em sede de Plenário, a discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2010, razão pela qual não faremos reuniões da Comissão de inquérito.

**O Sr. Jorge Costa (PSD):** — Terça-feira e quarta-feira, à tarde?

**O Sr. Presidente:** — Terça-feira, à tarde, e quarta-feira, de certeza à tarde e julgo que, provavelmente, também de manhã.

Srs. Deputados, julgo que tem corrido bem a forma como temos funcionado nesta Comissão. Agora que temos uma grande parte dos documentos que foram solicitados às várias entidades, desde logo às empresas, e olhando para esses documentos (ainda não olhei exaustivamente para todos, mas já olhei para alguns), acho que vale a pena equacionar se algumas das solicitações que fizemos para audições se devem ou não manter, em face da resposta que foi dada. Quer dizer, há uma série de empresas que disseram «nós não temos nada a ver com isto, nós não assinámos nada...». Posto isto, admito que, porventura, antes de em definitivo decidirmos se devemos manter ou não essas audições — e a

Mesa precisa de saber isso rapidamente para, com tempo, poder contactar as pessoas —, possa eventualmente pedir-se adicionalmente outra informação ou pedir de outra forma a informação que os Deputados pretendem.

Agora, a verdade é que, se marcamos audições em que, à partida, não conhecemos, digamos, campo suficiente para fazer essa audição, podemos estar aqui a consumir horas da Comissão de inquérito em actos que vão ter pouca produtividade relativamente àquilo que nos interessa para esta Comissão.

Assim sendo, peço aos Srs. Deputados (mas, evidentemente, isso é algo que está na disposição de VV. Ex.<sup>as</sup>) que avaliem bem aquilo que foi a lista das audições aprovadas com aquilo que foi a informação entretanto chegada à Comissão. E se pudermos aliviar um pouco esta lista de audições, tanto melhor; se não pudermos, temos de as fazer.

Entendo, no entanto, que valia a pena fazer esse esforço, a bem de todos nós e da produtividade desta Comissão de Inquérito, que tem o prazo que tem e que nos foi dado pelo Plenário, pelo que convinha que o cumpríssemos e não que o ultrapassássemos.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, mas não ficou nada deliberado em relação à proposta que o Sr. Deputado Jorge Costa fez.

O Sr. **Presidente**: — Que proposta, Sr. Deputado?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — A de ouvir o Professor Eduardo Cardadeiro só na qualidade...

O Sr. **Presidente**: — Na lista, o Professor Eduardo Cardadeiro será ouvido como responsável do Grupo de Trabalho UMTS e, posteriormente, como administrador da ANACOM.

Cortaríamos, da lista, o n.º 26 e o depoente viria cá na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho UMTS, que poderia acumular com a de administrador da ANACOM, e responderia às questões que fossem colocadas sobre as duas situações.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E o n.º 10 da lista também se pode cortar, porque se verificou que afinal não é necessário ouvir essa pessoa.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Em relação a esse, não estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Essa é outra questão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas qual deles é?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É o Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, de 2003.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, de 2003, de acordo com as actas, não tem qualquer intervenção no processo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sinceramente, gostava de ponderar essa proposta. Aliás, penso que todos gostaríamos de a ponderar.

Sr. Presidente, o Sr. Deputado Hélder Amaral está a dizer — e, em meu entender, bem! — que fizéssemos, no quadro da proposta do Sr. Presidente, uma breve reunião para reavaliar toda esta temática. Se o Sr.

Presidente entender fazê-la com os coordenadores, talvez se chegue a consenso nesse quadro e depois, se também houvesse consenso, os Deputados, na Comissão, sancionariam esse acordo, senão apreciar-se-ia em sede de Comissão.

O Sr. **Presidente**: — A mesa está disponível para fazer as reuniões que forem necessárias.

A minha sugestão é a de, amanhã, reunirmos um pouco antes ou um pouco depois da reunião da Comissão, porque entendo que valia a pena olharmos para os documentos que, entretanto, chegaram à Comissão e, em face do que chegou, cada um dos Srs. Deputados avaliaria se valeria a pena manter ou não a lista tal qual foi aprovada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de dizer que foi exactamente nessa sequência, depois de termos olhado para os documentos e para as actas, que achámos (e segundo o que foi dito pelo Deputado Jorge Costa) que perde pertinência a audição do Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, de 2003. A motivação do requerimento do Bloco de Esquerda para cá estar o Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, de 2003, era a de percebermos o que em 2003 resultava das alterações que o Governo promoveu. Mas entre 2002 e 2004, com estas alterações pelo meio, existiram três presidentes dos grupos de trabalho.

Por isso, seguindo a mesma lógica, ou riscamos o nome dos três presidentes — e eu partilho dessa opinião porque, pelas actas que vimos, não tem qualquer relevância particular serem ouvidos cá — ou, então, teremos de ouvir os três.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, percebo o que está dizer. Tanto quanto ouvi também, o Grupo de Trabalho UMTS, de 2003, não verificou,

porque não havia nada a verificar, das contrapartidas que teriam sido prestadas no âmbito do concurso UMTS 2000, só houve a partir de 2006.

Mas a questão é esta e formalmente a mesa tem de a pôr: independentemente de quem propôs, a Comissão deliberou ouvi-los. Portanto, não vai ser o Presidente que, por sua alta recreação, vai riscar da lista o nome dos depoentes. Se a Comissão, por consenso, deliberar retirar aquilo que está constante da lista das audições, fá-lo-ei com todo o gosto, como devem imaginar; se não deliberar, faremos como foi decidido.

Não se trata, pois, de um estrito formalismo mas obediência àquilo que foi uma deliberação da Comissão. Não sou eu que posso retirar da lista de audições aqueles que os Deputados deliberaram ouvir.

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, não vou estar presente amanhã, pelo que peço, a haver reunião dos coordenadores, que a mesma seja feita nas próximas terça ou quarta-feiras.

O Sr. **Presidente**: — Pela minha parte, faço-a a qualquer altura.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Nada a opor.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, da lista que apresentámos, há uma série de audições que, penso, não farão sentido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, posso fazer uma sugestão.

Para não estarmos a fazer este trabalho, que é importante, em plena reunião, sugeria que cada um dos Srs. Deputados fizesse esse trabalho e depois, através de *e-mail*, trocava opiniões com os outros Deputados, designadamente com os coordenadores da Comissão, por forma a que, se

fosse possível, na próxima reunião, que não a de amanhã, estivéssemos habilitados a recompor, digamos assim, a lista de audições. Entendo que é mais prático, mais expedito e a Comissão, depois, decidiria sobre aquilo que for o produto do vosso trabalho. Concordam?

*Pausa.*

Uma vez que ninguém se opõe, assim se fará.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, queria colocar mais uma questão em relação à qual, parece, serei secundado por todos. Tem a ver com um pedido de melhoria das condições de trabalho, porque esta tarde o calor foi quase extremo e penso que é possível alterar esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se é. É que ouvi que estava inscrita, para o próximo ano, uma verba no Orçamento da Assembleia da República para, justamente, melhorar as condições do ar condicionado destas salas. Ouvi isto quando da discussão do Orçamento da Assembleia da República em Plenário.

Portanto, receio bem que tenhamos... Mas vou ver com os serviços o que é possível fazer, sendo que hoje também me disseram que havia alguma dificuldade no som. Não sei se foi deficiência nossa, mas, enfim, temos de ver isso. Vou ver o que se pode fazer, porque, de facto, ao fim de muitas horas o calor é insuportável.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra não para falar do ar condicionado mas do requerimento que vamos apresentar — aliás, anunciei-o ontem — no sentido de nos ser entregue cópia das actas

do Conselho de Administração e do Conselho Geral da Fundação para as Comunicações Móveis.

Faremos entrega do requerimento amanhã de manhã por escrito. Se for aceite verbalmente, fica aqui feito verbalmente e se quiserem votá-lo... Isto com o objectivo de acelerar os trabalhos da Comissão para não deixarmos para a próxima semana, se concordarem. Estamos a falar das actas do Conselho de Administração e do Conselho Geral da Fundação, que, ontem, o Presidente da Fundação aqui referiu...

O Sr. **Presidente**: — Desde o início da existência da Fundação, é isso?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Desde Setembro de 2008. Do Fundo para a Sociedade da Informação nada pedimos. Pedimos apenas as actas do Conselho de Administração e do Conselho Geral da Fundação, desde o início da sua existência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, exigem a formulação do requerimento por escrito?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, entendo que devemos tratar esta questão *by the book*, direitinho...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, também apresentei ontem um requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, amanhã, votaremos o requerimento, que será apresentado por escrito.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 58 minutos.*